

TATIANE REGINA DE ASSIS SOUSA

**O DISCURSO DO CAPITALISTA ANDA RÁPIDO: UM ESTUDO
PSICANALÍTICO ACERCA DA ACELERAÇÃO SOCIAL E DO CAPITALISMO
DE PLATAFORMA**

São João del-Rei

PPGPSI-UFSJ

2023

TATIANE REGINA DE ASSIS SOUSA

**O DISCURSO DO CAPITALISTA ANDA RÁPIDO: UM ESTUDO
PSICANALÍTICO ACERCA DA ACELERAÇÃO SOCIAL E DO CAPITALISMO
DE PLATAFORMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Linha de Pesquisa: Fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia – Linha 1

Orientador: Dr. Roberto Pires Calazans Matos

São João del-Rei

PPGPSI-UFSJ

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725d Sousa, Tatiane Regina de Assis.
O discurso do capitalista anda rápido um estudo
psicanalítico acerca da aceleração social e do
capitalismo de plataforma / Tatiane Regina de Assis
Sousa ; orientador Roberto Pires Calazans Matos. --
São João del-Rei, 2023.
110 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Psicologia) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2023.

1. Redes sociais. 2. Aceleração social. 3.
Neoliberalismo. 4. Discursos. 5. Temporalidade. I.
Pires Calazans Matos, Roberto, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 64 / 2023 - PPGPSI (13.24)

Nº do Protocolo: 23122.038965/2023-99

São João del-Rei-MG, 03 de outubro de 2023.

A Dissertação **O discurso do capitalista anda rápido: um estudo psicanalítico acerca da aceleração social e do capitalismo de plataforma**

elaborada por **Tatiane Regina de Assis Sousa**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRA EM PSICOLOGIA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Vinicius Anciães Darriba (UERJ)
Assinado por concordância com ata de defesa realizada por videoconferência

(Assinado digitalmente em 03/10/2023 16:42)
MAGALI MILENE SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1424013

(Assinado digitalmente em 03/10/2023 15:50)
ROBERTO PIRES CALAZANS MATOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DPSIC (12.25)
Matrícula: 1352922

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **64**, ano: **2023**, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de
emissão: **03/10/2023** e o código de verificação: **9fab69f3e8**

AGRADECIMENTOS

À minha tão amada avó e aos meus tão amados pais, pelo profundo amor e dedicação que trilham minha trajetória. A eles, que são meu maior alento e estação para qual sempre retorno.

Aos meus tão amados irmãos. Sorte mesmo é ter em vocês laços tão profundos de amizade. Agradeço pelo apoio em todos os sentidos possíveis e inimagináveis.

Ao José Luciano, pelo carinho, pela calma e pelo acalento em tantos momentos que compartilhamos juntos.

Aos meus laços de amizade pelo suporte que musicaliza minha trajetória nesses encontros que transbordam afetos.

À minha analista que me proporciona a pulsante experiência do inconsciente e por me apresentar que, assim como música, o desejo é avesso às pressas abismais do dia a dia.

Aos professores da pós-graduação da UFSJ, que, de modo geral, são afetados pela transformação social e pelas inquietudes, nos ensinando com gentil delicadeza a construir boas perguntas. De modo especial ao professor Wilson Camilo.

À professora Magali Silva, pelas preciosas contribuições e pelo apoio de sempre neste percurso intenso e pulsante que são os laços da psicanálise.

Ao orientador Roberto Clazans, que acolheu tão generosamente minhas inquietações e me direcionou com ensinamentos preciosos que levarei para a vida.

Ao professor Vinicius Darriba, pelas primorosas contribuições desta banca e que me apresentou que uma pergunta sobre o tempo visa ao mais singular de um sujeito.

À CAPES, pelo subsídio financeiro que me viabilizou uma maior dedicação à pesquisa.

*“Tempo não é dinheiro.
Tempo é o tecido da nossa vida (...)
Esse tempo pertence aos meus afetos,
Para conviver com meus amigos,
Para ler Machado de Assis (...)
A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo”
(Antonio Candido)*

RESUMO

A presente pesquisa visou investigar as implicações da aceleração social do capitalismo de plataforma para o sujeito e o laço social contemporâneo. Em um primeiro momento, por meio da metodologia bibliográfica, realizamos um percurso conceitual nos campos político e social. Isso nos permitiu situar o capitalismo de plataforma e seus efeitos de aceleração como um paradigma que exacerba as contradições da ideologia neoliberal atrelada à maximização da liberdade, individualização, desempenho e autoengendramento. Se a aceleração social vem se acentuando nos cenários das redes, indagamo-nos: quais os seus efeitos para o sujeito no laço social contemporâneo? Buscamos articular o que da temporalidade em psicanálise poderia nos fornecer um caminho para o problema proposto. Com fundamentos em teorizações freudianas acerca da temporalidade do inconsciente e do a posteriori do trauma bem como das teorizações lacanianas de sujeito e discurso, argumentamos que o tempo seria um operador da linguagem, o qual permite que o sujeito emerja em laços sociais marcados por incompletudes constitutivas. A cadência linguageira, ao contrário da aceleração capitalista, é a marca de um registro temporal fortemente ligado ao campo do desejo enquanto legado, nisso que dele convoca o sujeito a reinventar as tessituras de sua própria constituição. Assim, pudemos compreender o discurso do analista como um contradispositivo face à aceleração social capitalista. Seguindo o campo aberto por Freud, se o tempo é irrealizável por circunscrever uma posição do inconsciente, apostamos que essa dimensão negada no neoliberalismo seja um dos fios condutores para uma subversão e uma reivindicação do singular no contemporâneo.

Palavras-chave: Redes sociais; Aceleração social; Neoliberalismo; Discursos, Temporalidade.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the implications of the social acceleration of platform capitalism for the subject and the contemporary social bond. At first, through bibliographical methodology, we carried out a conceptual journey in the political and social fields, which allowed us to situate platform capitalism, and its acceleration effects, as a paradigm, which exacerbates the contradictions of the neoliberal ideology linked to the maximization of freedom, individualization, performance and self-engendering. If social acceleration has been increasing in network scenarios, do we ask ourselves about the effects of these accelerations for the subject in the contemporary social bond? We seek to articulate what gives temporality in psychoanalysis could provide us with a path to the proposed problem. Through Freudian theorizations about the temporality of the unconscious and the a posteriori of trauma, as well as Lacanian theorizations of subject and discourse, we argue that time would be a language operator that allows the subject to emerge in social ties marked by constitutive incompleteness. The language cadence, contrary to capitalist acceleration, is the mark of a temporal record strongly linked to the field of desire as a legacy, in what calls the subject to reinvent the textures of his own constitution. Thus, we were able to understand the analyst's discourse as a counter-device to capitalist social acceleration. Following the field opened by Freud, if time is unrealizable because it circumscribes a position of the unconscious, we bet that this dimension denied in neoliberalism is one of the guiding threads for a subversion and vindication of the singular in contemporary times.

Keywords: Social media; Social acceleration; Neoliberalism; Speeches, Temporality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os lugares do matema e a direção de interseções.....	80
Figura 2 - Os quatro discursos e o quarto-de-giro.....	82
Figura 3 - O discurso do mestre.....	86
Figura 4 - O discurso do capitalista.....	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	17
3 A GESTÃO DO PSÍQUICO PELO NEOLIBERALISMO: DO CAPITALISMO DADOCÊNTRICO AOS DISPOSITIVOS CONTEMPORÂNEOS DE ACELERAÇÃO SOCIAL	20
3.1 Da economia à racionalidade neoliberal: os dispositivos de auto-exploração	20
3.2 Algoritmo e precarização social: o capitalismo de plataforma e a panaceia das liberdades individuais	29
3.4 A mais-valia 2.0: aceleração, capitalismo de plataforma e exploração do trabalho social	38
4 A ACELERAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E O TEMPO DO SUJEITO NO LAÇO SOCIAL: O MAL-ESTAR NA CONTEMPORANEIDADE	51
4.1 Do sujeito à subjetividade neoliberal	51
4.2 A temporalidade do <i>a posteriori</i>: do sujeito ao discurso	63
4.3 Os discursos: a temporalidade do laço social	74
4.4 O curto-circuito capitalista e os dispositivos contemporâneos de exploração	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6 REFERÊNCIAS	103

1 INTRODUÇÃO

As inquietações com o modo de funcionamento do que vem sendo chamado de capitalismo de plataforma se apresentaram para mim no estágio clínico na graduação, quando eu atendia adolescentes que apresentavam narrativas permeadas de fragmentos de suas relações nas redes sociais. Tais fragmentos por vezes apontavam formas de sofrimento específicas, as quais chamaram minha atenção, como uma paciente que se queixava de procrastinar suas atividades em função do longo tempo depositado nas redes sociais. É o caso também de outra paciente, que relatava o mal-estar de somente conseguir se comunicar com os pares pelas redes sociais, pois a presença física destes causava-lhe certa paralisia, impedindo-a de estabelecer contatos mais efetivos e duradouros. Posto isso, a trajetória de escuta do mal-estar desses(as) adolescentes têm ecoado em meu percurso psicanalítico desde então, conduzindo-me à proposta da vigente investigação.

Somado a isso, anteriormente à pandemia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) havia liberado os atendimentos on-line sob a justificativa do modelo solucionista, pragmático e de ampliação mercadológica. Tal justificativa, demasiadamente instrumental e técnica, trouxe inquietações à medida que claramente privilegia modelos neoliberais de gestão da ciência e da tecnologia assim como das relações intersubjetivas. Isso me levou a uma pesquisa em psicanálise relativa às adversidades técnicas do atendimento on-line, que, ao que constatei, davam notícias do agenciamento capitalista das trocas sociais, o qual inevitavelmente havia chegado ao próprio fazer clínico.

Ao empreitar estudos relacionados ao modo de organização das tecnologias informacionais no contexto do capitalismo avançado, deparei-me constantemente com teorizações sobre como o funcionamento das plataformas vêm apontando uma aceleração cada vez mais maciça das trocas sociais, refletindo o próprio modo de vida neoliberal. Nos estudos marxianos contemporâneos, acompanhamos um amplo debate situando em que medida o capitalismo tem assumido novas frentes de exploração subjetiva com a chegada das redes sociais. O que vem sendo chamado de capitalismo de plataforma por teóricos como Morozov (2018), designa a economia do compartilhamento de dados nas redes atrelada à panaceia das liberdades individuais, que tem possibilitado ao capitalismo ressaltar sistemas de exploração ao reverter a privacidade em padrões de consumo e de extração de valor, viesados pela deliberação algorítmica. Ainda, para Dardot e Laval (2016), os meios de informação têm exacerbado tanto a propensão capitalista à vigilância do espaço público e

privado quanto a sua tendência, cada vez mais insidiosa, à exploração por meio de dispositivos que levam os indivíduos à internalização de uma aceleração própria ao modo de vida produtivo empresarial. Isso deu início a inevitáveis interrogações sobre o tempo: como os sujeitos respondem à aceleração capitalista na atualidade? Essa aceleração pode impactar uma posição do sujeito perante os operadores da linguagem?

Encontramos, na teoria dos discursos em Lacan, coordenadas para trabalhar os impasses a nós apresentados. Em “Discurso de Milão”, Lacan (1972) emprega o discurso do capitalista para sinalizar que o fluxo incessante de consumo, edificado pela promessa de gozo atualizável, rechaça o campo simbólico e, portanto, o laço social. Aqui, Lacan nos fornece coordenadas importantes, pois reporta que esse discurso “anda rápido demais” (p. 62). O “demais” pode ser entendido como uma hipérbole, que acentua o fator de aceleração, sobretudo por se tratar de uma modulação temporal, a qual impede que a insustentabilidade desse discurso seja revelada. Tal aforismo de Lacan ganha atualidade impressionante se localizado discursivamente no quadro atual da gestão das redes sociais.

Vinicius Darriba e Mauricio d’Escragnolle (2017) lembram-nos que o alcance da teoria dos discursos permite acompanhar o contexto histórico da “singularidade concreta” (pp. 543-558), situada a partir de determinados modos de organização dos laços sociais. Com essa abordagem, justificamos que acompanhar o funcionamento da cultura corrente é interrogar acerca do sujeito em vias de advir, principalmente no que tange à sua posição perante os impasses apresentados pelos imperativos neoliberais contemporâneos. Daí procedem duas pertinências: a primeira consiste no cenário ainda pouco explorado pela psicanálise, visto que observamos certa escassez de pesquisas que se debruçam especificamente sobre o tema da cultura sociodigital atrelada à aceleração social. Demarcando a atualidade do problema que se pretende investigar, a segunda cumpre a função de situar a psicanálise como via importante para inserir direções que consideram o sujeito nos impasses inerentes à estrutura discursiva preponderante em nossa época.

Advertidos de que o objeto de operação psicanalítica é o sujeito do inconsciente e considerando que o trabalho com a trama dos conceitos e seus limites configuram o instrumento da pesquisa psicanalítica (Lameira, Costa, & Rodrigues, 2017), selecionamos a metodologia de cunho bibliográfico do tipo hermenêutico, tal como cunhada por Luiz Figueiredo (1999), para o percurso do problema nos textos freudianos e lacanianos. Tal método de leitura também foi utilizado em obras de teóricos(as) fora do campo psicanalítico, objetivando elucidar quais pressupostos seriam elencados para percorrer o problema que se

pretende investigar, o que está devidamente explicitado no item dedicado à metodologia adotada nesta pesquisa.

A metodologia, de caráter hermenêutico, nos permitiu estabelecer uma hierarquização das indagações, o que deu seguimento ao problema central proposto por esta pesquisa. Assim, tais foram distribuídas e encaminhadas no decorrer das seções e seus respectivos itens. São elas: quais dispositivos presentes na racionalidade neoliberal nos permitem compreender a estrutura de aceleração social atualmente? As plataformas sociodigitais podem ser consideradas um dispositivo de aceleração social do capitalismo na atualidade? Quais suas implicações para o tempo do sujeito e dos discursos enquanto laços sociais?

Por isso, antes de esboçarmos o conceito de temporalidade do sujeito e dos laços sociais, a primeira seção objetivou fornecer um primeiro nível de apreciação do problema, que perpassa por debates sociológicos e políticos relacionados aos elementos centrais do neoliberalismo. Nesse aspecto, o desafio aqui proposto é primeiro entender o modo de consolidação e os dispositivos da racionalidade neoliberal para posteriormente aproximá-los do capitalismo de plataforma. A finalidade foi fornecer um segmento que vai do geral ao mais específico, a fim de filtrarmos elementos os quais nos permitiram trazer subsídios para o trabalho no solo psicanalítico.

Nesse momento, mobilizamos contextualizar brevemente o surgimento do que ficou conhecido como racionalidade neoliberal e seus mecanismos de produção de subjetividades, que se autoexploram ao internalizar o modo de funcionamento empresarial. A racionalidade neoliberal, ao instituir o imperativo do desempenho como meio de gozo, inscreve um tipo de dominação exercida pelos próprios indivíduos, uma vez que estes relançam continuamente parâmetros inatingíveis de produção que acabam se expandindo para todas as camadas da vida e das relações.

Nessa linha de debates há, ao mesmo tempo, a presença de teorizações que versam sobre como o neoliberalismo impulsiona a noção moderna de maximização da liberdade como operador controverso de dominação e de exploração. Tem-se, com isso, uma transposição do sujeito da troca e da exultação das necessidades (liberalismo clássico) ao sujeito autoengendrado pelo princípio de liberdade, individualidade e competitividade. Tendo isso em vista, realizamos um exame sobre as contradições da liberdade neoliberal a partir de teorias como as de Wendy Brown (2019), Alain Renaut (2004) e Vladmir Safatle (2012), dentre outros(as), que expõem em que medida a consolidação da ideia de

individualismo e da autonomia ancorada na exortação da liberdade são mecanismos neoliberais para a fabricação de subjetividades, que são princípio e fundamento de sua própria normatização.

O passo seguinte foi facultar um panorama geral do que vem sendo chamado de capitalismo de plataformas assim como os impactos sociais e identitários promovidos por essa gestão. Esse percurso, através de apontamentos de teóricos dos campos político e social, permitiu-nos estabelecer o capitalismo sociodigital como um paradigma que exacerba as formas de subsunção psíquica atrelada à internalização de insígnias neoliberais, tais como maximização da liberdade, individualização, desempenho e autoengendramento.

Com o objetivo de direcionarmos o segundo nível das questões apresentadas, introduzimos algumas ferramentas teóricas, para compreendermos a cultura algorítmica e os processos envolvendo a aceleração social do capitalismo. Assim, ao trabalharmos com a hipótese de que as plataformas digitais atuam como dispositivos da aceleração capitalista, pretendemos entender inicialmente qual a estrutura social que faz com que esse tipo de aceleração se torne uma engrenagem de apropriação capitalista na cultura dadocêntrica. Isso implicou retomarmos algumas passagens históricas, apresentadas pelos(as) autores(as) marxianos(as), concernentes às controvérsias das ideias supostamente emancipatórias do Vale do Silício em face aos processos de degradação social realizados pelas *Big Techs*. Nessas passagens, buscamos evidenciar que a utilização das mídias para construções ideológicas e subjetivas não é exatamente uma novidade. Porém, a colonização dos dados fomentada pelas *Big Techs* por meio da atuação algorítmica faz com que as plataformas passem a obter o poder preditivo e modulador do comportamento dos atores sociais. Tal fato instaura agudas contradições, haja vista que a economia dos dados passa a assumir um valor de produção que sobredetermina o campo do trabalho, dos formatos de consumo e das trocas no laço social.

Encontramos em teóricos(as) como Grohmann (2021), Empoli (2019), Abílio (2021b) e O’Neil (2020) uma rigorosa análise das inúmeras contradições sociais impulsionadas pela economia algorítmica e seus impactos em profundas camadas ideológicas e subjetivas. Tentamos acompanhar tais análises, resguardando suas localizações históricas de um cenário que vem escalonando processos de exploração social. Constatamos que, ao impor o ideal de liberdade como serviço digital supremo, o objetivo da gestão das plataformas versa sobre a monetizações dos dados e também sobre o alastramento de dispositivos presentes da racionalidade neoliberal.

A partir daí, prosseguimos com a finalidade de inserir no debate análises de teóricos(as) como Marcos Dantas (2022), Gabriela Raulino (2022), Franco Berardi (2019) e Jonathan Crary (2014), os quais propõem que a essência do capitalismo contemporâneo reside no enquadramento do tempo para a exploração psíquica através da categoria de trabalho social. Nessa abordagem, baseados nos impactos sociais dessa aceleração, destacamos os estudos de Franco Berardi (2019) para quem a empreitada neoliberal consiste na anexação de processos de produção aos processos de comunicação. Tal anexação, combinada com a ideia de panaceia libertária, conduziria à internalização de uma aceleração como via de estabelecimento de coerções sociais para a produção. O que esses dispositivos trazem principalmente à tona é uma aceleração social jamais vista e que constitui o pivô para que a ilimitação capitalista atinja e modifique camadas profundas da vida humana relativas à dimensão do trabalho, das relações sociais e do próprio funcionamento psíquico dos indivíduos.

É o exemplo da tese marxiana de Marcos Dantas (2022), fornecida no primeiro capítulo, que expõe como a junção da monetização dos dados e da aceleração social seria o novo estágio de produção e apropriação do que vem sendo chamado de mais-valia 2.0. Existe aqui a ideia de que o capital-informação (dados) tem criado modelos de valorização que prescindem do processo de fabricação da mercadoria, visto que se trata da criação de uma propriedade de valor ilimitado e extraído da cultura do compartilhamento presente no trabalho social imaterial não pago realizado pela interação dos usuários em rede. Isso porque os trabalhos dos usuários, além de consumirem conteúdos, igualmente criam demandas subjetivas e ideologias de consumo a partir dessa conjuntura.

Em todo caso, o que Dantas (2022) assinala é que essa captura subjetiva é feita pelo tempo de anulação da troca, em que se obtém um meio de fomentar valor social descentralizado de processos mais amplos de relações intersubjetivas ou identidade de trabalho. Para Raulino (2022), a ideia de acesso irrestrito, democratização informacional e solucionismo cumpre função de fazer com que os usuários cedam de seus dados e de conduzir “a canalização da atividade dos usuários em direção a um consumo cada vez mais acelerado” (p. 152).

Nessas análises, observamos que a própria estrutura do capital faz com que a aceleração assuma um componente primário para a manutenção de subjetividades, que só se reconhecem em aparelhos sociais produtivos em que o tempo psíquico nunca é rápido o suficiente para acompanhar as ágeis engrenagens do modo de vida neoliberal. O aforismo

Time is Money reflete um estado em que a percepção social do tempo passa a ser contabilizada e, transformando-se em uma mercadoria, também passa a organizar psiquicamente as experiências de troca no laço com o outro. Esse quadro, mais do que nunca, está presente na contemporaneidade e ganhou amplo alcance com a chegada das plataformas sociodigitais. O que vamos acompanhando nesses debates é como o alcance do neoliberalismo reside em uma captura do tempo capaz de impedir que as pessoas se percebam inseridas em um processo de trabalho social, ou seja, um modo de enquadre do tempo criado para que a exploração neoliberal se torne cada vez mais escusa.

Para alguns teóricos e teóricas, tais como Maria Rita Kehl (2009), o tempo é uma construção social e reflete os modelos para seu enquadre, que, em cada época, à sua maneira, revela os componentes psíquicos estruturados a partir de determinada gestão do social. O quadro atual de aceleração nos mobilizou a resgatar o aforismo empregado por Lacan em 1972, segundo o qual o aparelho capitalista “anda como sobre rodinhas, não poderia andar melhor, mas, justamente, anda rápido demais, se consome [*consomme*], se consome tão bem que se consoma [*consume*]” (p. 62). Em outras palavras, o aparelho cujas rodinhas, para além da evidência de que tudo anda rápido demais, ilustram que isto, o capitalismo, gira sobre si mesmo. Esse aforismo tão atual constitui o ponto de partida desta pesquisa, pois o que está posto claramente é a presença de um modo específico de enquadre do tempo, que nos levou a uma inevitável indagação acerca de outras possibilidades temporais para além dessas rodinhas velozes e constituídas, a fim de que não haja tempo para que o mal-estar e a invenção possam se enunciar.

Por isso, inserir o modo como a psicanálise concebe a temporalidade do sujeito nessas discussões nos parece um crivo de leitura indispensável para localizar o que está sendo precarizado no nível das operações do sujeito e na própria estrutura do laço social na atualidade. Partimos, então, das seguintes inquietações: quais as implicações da temporalidade do inconsciente para a posição do sujeito em um discurso? O tempo com o qual opera a psicanálise é um contradispositivo face à aceleração social neoliberal?

Como verificamos, a noção de subjetividade é vastamente utilizada nos debates filosóficos e sociológicos para refletir um dos dispositivos históricos e sociais presente no neoliberalismo. Existe um aspecto importante na psicanálise, que pode responder a uma confusão bastante generalizada no campo social quanto à distinção do que seria da ordem de uma expressão social, associado a determinado modo de organização do poder e do saber e o que seria da ordem singular em um plano estrutural composto por operações de linguagem.

Com isso, iniciamos a segunda seção apresentando o conceito de sujeito em Lacan e privilegiando definições que nos auxiliaram nas distinções entre o conceito de subjetividade e o sujeito, tal como pensado pela psicanálise, e o que desses níveis nos ofereceu um fio condutor para o trabalho com o tema da temporalidade, que nos é tão caro e inerentemente acompanha a conceitualização.

Nas formalizações do conceito de sujeito, indo mais além das coordenadas modernas individuais, Lacan (1960/1998) se esforça para empregá-lo como um efeito lógico do atravessamento pela linguagem. Damos especial atenção ao seu estatuto de suspensão significativa, introduzindo uma cadência de trabalho com as reconstruções possíveis a partir do que tropeça. Nesse momento, portanto, tentamos dar ênfase à noção de que o sujeito em Lacan seria uma categoria temporal da cadência, isto é, um tempo de intervalo que equivoca os sentidos fechados e totalizantes, subvertendo os aparatos sociais de qualificação *a priori* da singularidade.

Uma vez considerando que o tempo cadenciado é uma das circunscrições do sujeito, pensá-lo através do laço social é conceber a dimensão temporal necessária à própria estrutura discursiva. Nessa trilha, optamos por entender primeiro como a psicanálise trabalha a temporalidade psíquica em seu sentido substantivo. O passo seguinte, assim, foi percorrer o conceito de temporalidade em Freud. Esse conceito, que foi marcado por obras inaugurais da psicanálise, persistiu admiravelmente de forma inalterada ao longo de toda a sua obra. O alcance desse conceito nos viabilizou elencar uma hipótese de trabalho com os laços sociais, situando-os a partir da temporalidade tributária ao inconsciente e diretamente ligado ao que Freud (1950[1895]/1990) designa como *a posteriori* do traumático. Durante o item, tratamos de demonstrar os subsídios teóricos que nos levaram até essa compreensão.

Ao longo desse percurso, ressaltamos que, embora Freud (1915/1992) por inúmeras vezes tenha caracterizado o inconsciente como atemporal, é notório que desde obras “pré-psicanalíticas” ele se deparou na clínica com operações temporais de simbolização precipitante e remetida a um movimento pendular entre a retroação e o *a posteriori* do traumático construído na relação transferencial. Através da noção de trauma, tentamos demonstrar que é esta temporalidade de espera do “só depois”, operação de retroação, mas também de esvanecer, que permitirá ao sujeito o reconhecimento de uma significação a qual o lançará a algum nível de sua própria constituição.

Nesse momento, buscamos tecer aproximações entre a noção freudiana de *a posteriori* do trauma e a própria concepção lacaniana de discurso como laço social

estruturado por impossibilidades. Aqui, exploramos o aforismo pouco trabalhado por Lacan (1968-1968/2008), de que um discurso só tem alcance pleno em uma temporalidade retroativa articulada a um “só depois” dos efeitos da linguagem. Isso nos trouxe indagações relativas à pertinência da temporalidade do trauma enquanto operador que posiciona o sujeito perante o campo do Outro, do gozo e do desejo em uma estrutura discursiva.

A tessitura temporal escutada por Freud na aurora psicanalítica nos parece ganhar atualidade impressionante para a teoria dos discursos. Há essa assertiva de Lacan (1968-1968/2008), mas encontramos suas bases já em Freud (1950[1895]/1990), em que pesa a consideração de uma temporalidade necessária ao encontro com o Outro. Como nos ensina Freud, a temporalidade psíquica do sujeito é um operador de fala, permitindo que a reconstrução da cena lacunar da sexualidade e do desejo seja reconstituída na relação com o Outro transferencial.

Essa direção basilar nos permitiu arriscar uma leitura do *a posteriori* como próprio à estrutura do desejo. Como pudemos perceber, o só depois do traumático, na teoria freudiana, aponta para um excedente e certa paralisia do sexual quando não conduzido em uma possibilidade, que, com Lacan (1969-1970/1992), podemos chamar de discursiva. Portanto, entendemos que o *a posteriori*, segundo o modo como ele se encontra articulado à teoria lacaniana, fornece-nos vias para conceber uma temporalidade implícita ao funcionamento dos laços sociais.

Isso nos mobilizou a uma leitura do tempo enquanto circunscrição do sujeito em laços de linguagem, mas também em laços com os impossíveis. Por isso, antes de levarmos adiante a questão de localizar o que está sendo precarizado no aparelho de rodinhas velozes, optamos por compreender como Lacan conceitualiza o discurso. Assim, discorreremos coordenadas bases para compreender a teoria dos discursos cunhadas por Lacan entre os anos de 1968 e 1972. A finalidade foi elucidar quais operadores da linguagem compõem tal campo, bem como dar centralidade à construção lacaniana do discurso do inconsciente (mestre) como também sua inversão, que ocasionou a elaboração do que ele mesmo nomeou de discurso do capitalista.

Conforme Lacan (1969-1970/1992), cada discurso, à sua maneira, trabalha em torno de zonas de perdas simbólicas que circunscrevem a insistência de um real impossível, mas que comporta uma transmissão articuladora. Circunscrições as quais permitem que o sujeito se posicione diante da inconsistência estrutural da linguagem em laços sociais convocados por marcas de incompletudes constitutivas. Por mais que nosso intuito central nesse item

fosse apresentar tais coordenadas bases, tentamos trilhar articulações das operações temporais que se encontram na organização dos matemas, tendo por função, conseqüentemente, uma transmissão do real.

Logo, o que poderia soar como certo anacronismo é o que nos autorizou uma leitura que aproxime as rotações (regressão/progressão) discursivas ao *a posteriori* do traumático, que trabalha o real, e o intervalo do sujeito do inconsciente, como operadores discursivos. Adotar a aposta em uma particular relação do discurso com o tempo psíquico nos ajudou a esclarecer em que medida o curto-circuito do capitalismo opera em uma apropriação do tempo que promove um fechamento circulativo para o sujeito, o que tratamos de encaminhar no item seguinte, dedicado ao aparelho capitalista.

Para teóricas como Maria Rita Kehl (2009), o tempo consolida a essência do tecido social e compõe o modo como um sujeito pode vir a perceber certas tendências fundamentais do social, como a classe, o corpo, a cultura e as gramáticas de vinculação, que, em primeiro plano, tecem uma posição de mundo atravessada por laços de estrutura.

Portanto, no item dedicado ao contradiscurso do capitalista, examinamos o matema esboçado por Lacan (1960/1998). Como tudo no capitalismo, o que Lacan (1972) nos esclarece com esse matema é que as conexões diretas e desanexadas das impossibilidades da cultura fazem com que o sujeito seja capturado em um curto-circuito de renovação de gozo sem que haja pontos de fuga para que a subjetividade possa se reconhecer fora dos setores produtivos, em outros campos linguageiros, em que as perdas simbólicas e as renúncias são inerentes às trocas com o Outro.

Nesse item, trabalhamos as direções de Alemán (2016) ao propor que essa ausência de operadores de mediação faz com que o aparelho neoliberal institua o mais-de-gozar (objeto *a*) na vertente do ilimitado. A consequência de tal imperativo do excesso sem claudicações é a produção de subjetividade que se autoengendra no presente, de modo que a causa histórica e o legado simbólico cedem espaço para uma posição fluida e volátil tal como o capital.

Se os discursos produzem certos semblantes sociais em uma estrutura de impossibilidade de representar uma totalidade, o aparelho neoliberal agiria em contrapartida a essa organização. A definição proposta por Alemán (2016) de uma subjetividade sem legado histórico e simbólico nos viabilizou pensar a aceleração como imperativo de autoexploração, que lança os indivíduos a uma busca por modelos de felicidade somente reconhecidos nos meios produtivos, o que desarticula possibilidades narrativas. Os índices

dessa captura são inúmeros, mas os exemplificamos pela crescente tendência ao consumo de conteúdos de autoajuda e de autoaperfeiçoamento, que até prometem a felicidade e o equilíbrio emocional, desde que estes estejam indissociados de um sentimento produtivo de socialização (Alemán, 2016).

A partir daí, tentamos evidenciar em que medida tal quadro ganha preponderância no cenário das plataformas sociodigitais. Exemplificamos pela propensão à hiperexposição do cotidiano nas redes, que acabam sendo um modelo de *checklist* exposta da vida neoliberal e, principalmente, um modo ilimitado de produção para o Outro. Como acompanhamos nos estudos sociológicos, as redes colocam para nós a questão de situar que o forte cenário de perpetuação de insígnias neoliberais tenderá a formas cada vez mais insustentáveis e descentralizadas de exploração. O problemático é que tal gestão, diferentemente de épocas mais clássicas do capitalismo, traz consigo um formato incomum de exploração, que possui estreita relação com a aceleração social enquanto fundamento primário da manutenção do capital.

Questões nos voltaram ao plano antecipado por Lacan em 1972, quando localizou que o aparelho de rodinhas velozes tende a consumir sua própria estrutura. Para nós, tratar-se-ia, portanto, de um contradiscurso que desconhece o custo humano empregado para tal manutenção e, rechaçando a impossibilidade estrutural discursiva, tenderá ao esgotamento devido à ausência de frenagem. Para pensarmos isso, apontamos que a exploração psíquica da mais-valia 2.0 é o paradigma contemporâneo de exploração do tempo, culminando na fabricação de subjetividades sem história, sem biografia e sem legado simbólico. A aceleração social passa, então, a ser um modo de internalização do próprio imperativo produtivo, o que pode precarizar a temporalidade necessária ao advento do sujeito bem como as possibilidades de circulação dos discursos, que dependem de coordenadas temporais para obter alcance de laço social.

Assim, diante do atual estágio do capitalismo, vemos na psicanálise uma direção a ser dada, clínica e politicamente, à pressa dos dispositivos neoliberais. Argumentamos que o sujeito como cadência evocada pelo discurso analítico traduz-se insistentemente como resíduos históricos de uma constituição em espera para reconstruir-se no laço com o Outro. A espera, ao contrário da pressa, é a marca de um registro temporal intimamente ligado ao campo do desejo enquanto legado e é nisso que dele convoca o sujeito a reinventar as tessituras de sua própria constituição.

Por fim, tais construções sobre o tempo em psicanálise nos fez compreender o discurso do analista como contradispositivo antagônico à aceleração social neoliberal. Como nos ensinou Freud, apostamos que o tempo, essa dimensão recusada no neoliberalismo, é o fio direcionador para uma reivindicação do singular nos planos clínico e social.

2 METODOLOGIA

Como assinalado por Luciano Elia (2000), o âmbito da pesquisa é significativo para a práxis psicanalítica por operar com o campo do inconsciente. Isto é, clínica e investigação coincidem, como proposto por Freud. Assim, é na propriedade singular da pesquisa em psicanálise que se delinea um método, abarcando o sujeito em todos os níveis, desde o percurso teórico até as práxis extensivas da escuta. Da mesma maneira, as inquietações do sujeito que investiga estão em articulação com o inconsciente e, portanto, concernidas à transferência de trabalho evocada pela transmissão da psicanálise. Quer dizer, requer a posição do(a) pesquisador(a) mediante o objeto a ser investigado, posição na qual ele(a) se responsabiliza enquanto sujeito (Iribarry, 2003). Trata-se de um método que se ampara no mais singular de um percurso, sendo a produção teórica um trabalho de construção e reconstrução em torno do intraduzível, que escapa à questão formulada e ao saber constituído.

Para Roberto Calazans (2006), a investigação psicanalítica requer uma recusa dos meios de objetificação do sujeito, o que não implica em uma recusa da ciência, mas de uma recusa que torne possível inserir o sujeito enquanto efeito de uma interrogação emergente de uma posição lacunar. Ou seja, a psicanálise trabalha com o sujeito que incide pela falta tomada como questão, sem recusar o pano de fundo conceitual para que o problema possa se configurar. Segundo o autor: “Para a psicanálise, essas propostas, por tentarem tratar do problema com conceitos ou direções que não são próprios aos problemas, acabam provocando um resíduo que fica excluído. É justamente isso que a psicanálise chama de sujeito.” (p. 281).

Além disso, ressaltamos os apontamentos realizados por Magali Silva (2019) ao assinalar que, embora Freud tenha associado a psicanálise à visão de mundo científica, esta se insere como uma crítica que propõe o desamparo enquanto direção ética de trabalho frente às impossibilidades da cultura. Sendo assim, trata-se de considerar o sujeito como o que

escapa ao regime do saber, mas, também, de advertir que este não é situado a despeito de qualquer formalização.

Portanto, advertidos de que o objeto de estudo psicanalítico é o sujeito do inconsciente e considerando que o trabalho com a trama dos conceitos e seus limites configuram o instrumento da pesquisa psicanalítica (Lameira, Costa, & Rodrigues, 2017), selecionamos a metodologia bibliográfica do tipo hermenêutico, cunhada por Figueiredo (1999), para o percurso do problema nos textos freudianos e lacanianos. Também, utilizaremos o método em obras de teóricos(as) fora do campo psicanalítico, objetivando elucidar quais pressupostos serão elencados para percorrer o problema, que se pretende investigar.

Conforme Rosanny Cavalcante (2014), tal método é edificado por quatro modalidades de leituras distribuídas em etapas, que podem se desenvolver concomitantemente. São elas: leitura ingênua, leitura hermenêutica, leitura clássica e leitura atenta desconstrutiva. A leitura ingênua se caracteriza pela leitura intuitiva e investigativa, que, embora seja válida, possui limites de apreensão conceitual, uma vez que sua finalidade é rastrear os conceitos passíveis de serem utilizados para o desenvolvimento do problema de pesquisa. Já a leitura hermenêutica visa à contextualização, descontextualização e recontextualização por meio da articulação dos conceitos às conjunturas internas e externas do material selecionado, isto é, trabalhando com aspectos como datas e contingências sócio-históricas propulsoras da escrita das obras.

Na leitura clássica, considera-se o texto em sua inteligibilidade, que, embora não seja linear, contém parâmetros de apreensão de sentido necessários à formalização dos conceitos. Assim, esta se dá pela extração de uma unidade do texto, que permita a separação do sentido linear e do significado atribuído pelos(as) pesquisadores. A etapa atenta e desconstrutiva se baseia nos efeitos produzidos pelo texto, que permite trabalhar as inconsistências, irregularidades, contradições e limites do alcance de determinados conceitos como componentes do crivo de leitura dos(as) pesquisadores(as) (Figueiredo, 1999). Isso significa que trabalhar as tensões e enunciações dos textos torna-se um instrumento para a construção de um pano de fundo significativo para que o problema da pesquisa se configure.

Através dessa direção, mais lógica do que linear, realizamos um percurso argumentativo que permitiu um trabalho psicanalítico em interface com o campo social. A partir do levantamento de debates atuais, a primeira seção objetivou facultar um primeiro nível de apreciação do problema, que perpassa por debates sociológicos e políticos relativos

a elementos centrais do neoliberalismo e do capitalismo de plataforma, mas somente como índices, que nos permitiu, posteriormente, alinhá-los a encaminhamentos psicanalíticos. Para contextualizarmos o surgimento do que ficou conhecido como racionalidade neoliberal bem como para localizarmos as contradições subjacentes a esse modo de organização da cultura, utilizamos importantes análises de teóricos(as) marxianos(as) e sociais, como Dardot e Laval (2016), Wendy Brown (2019), Alain Renaut (2004) e Vladimir Safatle (2012).

Motivados por esse primeiro nível do problema, prosseguimos com o objetivo de adentrarmos ao terreno de discussões respectivas ao capitalismo de plataforma e seus aspectos de aceleração social, examinando contribuições de teóricos(as) marxianos(as), tais como Evgeny Morozov (2018), Pablo Rodríguez (2018), Marcos Dantas (2022), Gabriela Raulino (2022), Rafael Grohmann (2021), Ludmila Abílio (2021a, 2021b), Cathye O’Neil (2020), Franco Berardi (2019) e Jonathan Crary (2014). Vale, ainda, ressaltamos, que, para a seleção desses teóricos, foi utilizada como critério a afinidade com instrumentos conceituais marxianos assim como a atualidade da publicação das obras. Isso por que, embora as temáticas entre marxismo e tecnologias venham sendo exploradas nas últimas décadas, entendemos que as categorias de análise vinculadas aos algoritmos e ao capitalismo de plataforma situam-se em um campo de análise ainda emergente, o que exige discussões correntes sobre tal campo de investigação.

Com os recursos extraídos das teorias sociais e políticas sobre nosso tema, prosseguimos inserindo a psicanálise nesse campo de debates. Assim, com a finalidade de pensarmos o modo como o sujeito responde à velocidade da cultura algorítmica, elencamos chaves de leitura que contemplem a noção de sujeito e de temporalidade em psicanálise. Para isso, revisitamos obras como: “Projeto para uma psicologia científica” (1895), “O inconsciente” (1915), “Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise” (1933[1932]), “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” (1960), “Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964).

Finalmente, para articularmos este percurso aos impasses apresentados pelo discurso do capitalista, introduzimos a teoria lacaniana dos quatro discursos através de obras, como: “Seminário, livro 16: De um Outro ao outro” (1968-1969), “Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise” (1969-1970), “Discurso de Milão” (1972), “Estou falando com as paredes – Conversas na capela de Sainte-Anne” (1971-1972).

3 A GESTÃO DO PSÍQUICO PELO NEOLIBERALISMO: DO CAPITALISMO DADOCÊNTRICO AOS DISPOSITIVOS CONTEMPORÂNEOS DE ACELERAÇÃO SOCIAL

3.1 Da economia à racionalidade neoliberal: os dispositivos de auto-exploração

*“Vida real dessa filosofia
Máquinas comem você (meio-dia)
O ponteiro, o relógio, a corrida pro pódio
A estética do mal no terror psicológico”
(Criolo- Fio de prumo)*

Neste item, abordamos o contexto de surgimento do que ficou conhecido como racionalidade neoliberal, a fim de elucidarmos o processo de apropriação e exploração do capitalismo na contemporaneidade. A princípio, tal direção nos permitiu compreender em que medida as ideologias neoliberais, tais como a maximização da liberdade, individualismo e lógica do desempenho, se expandem com o capitalismo sociodigital e seus acentuados mecanismos de aceleração social.

Dentro o vasto campo de discussões relacionadas ao neoliberalismo, podemos começar pelo profundo estudo realizado por Dardot e Laval (2016) ao proporem o neoliberalismo como uma racionalidade produtora de subjetividades empresariais que se auto-exploram. A racionalidade é definida, aqui, como um conjunto de discursos, ações e dispositivos, que introduzem um princípio de concorrência universal, assolando normativamente todas as camadas da vida humana. Além disso, tal racionalidade é lida como um formato de subjetivação, que amplia os processos de exploração capitalista ao se inserir no cotidiano das reproduções sociais. Assim, para além dos aspectos econômicos do mercado, os indivíduos passam a ser concebidos como capital humano ao internalizarem subjetivamente o imperativo produtivo.

Nessa análise, podemos realçar duas principais passagens históricas, que facultaram a emergência dessa racionalidade, a qual caracteriza o contemporâneo. Embora já no final do século XIX a concepção radicalista do liberalismo clássico, amparado pela ideia

spenceriana de darwinismo social¹ e fobia do Estado, tenha sido alvo de fortes ataques, foi somente após os efeitos deletérios da segunda guerra mundial, que se instaurou uma corrente liberalista intervencionista² pautada na preservação do capitalismo, e não restringida ao nível de regulações sociais pragmaticamente econômicas. Parte importante dessa organização, foi a criação de estratégias voltadas para criação de um estado administrativo da economia que possibilite um bem-estar social, porém, com o escuso objetivo de contenção de revoltas da classe trabalhista (Dardot & Laval, 2016).

O que se observa é, que, se por um lado o neoliberalismo faz frente à concepção de *laissez-faire*³ do liberalismo clássico, provenientes da crença no naturalismo econômico e na supervalorização da propriedade privada em detrimento ao Estado; por outro, promove uma manobra, que faz do Estado o veículo capaz de estabelecer condições de autorregulação social para livre afluência da concorrência e, desse modo, privilegiando os interesses privativos da classe dominante.

Para Dardot e Laval (2016), portanto, tendo o princípio da concorrência predominado o da troca de equivalências, o ideário neoliberal é conduzido a quatro principais elaborações: a primeira delas, consiste na diluição da ideia de privatização total, pois o foco era a construção de uma racionalidade capaz de enquadrar empresas estatais à lógica da concorrência e controle consonantes com as empresas privadas; a segunda, passou à expandir o horizonte capitalista para além da finalidade meramente econômica e política. Com isso, se consolida uma racionalidade própria, que expande o formato competitivo como meio de subjetivação moderno; já a terceira dessas elaborações, cumpre a finalidade de atacar a ideia de “Estado de bem-estar social” pela crítica moral à segurança. Logo, a passagem da garantia da proteção e assistência social para a garantia da competição como meio de liberdade estabeleceria modelos mais eficientes de controles sociais. Ao contrário

¹ Essa expressão sintetiza as pretensões do liberalismo clássico, a saber: a competitividade e livre concorrência seria um atributo natural vital, que deveria ser fomentado para que a evolução não fosse interrompida. Nesse sentido, há uma intensificação das desigualdades entre as classes dado que não se trata de uma lógica de promoção geral, mas de uma organização de eliminação seletiva; isto é, aniquilação dos mais fracos economicamente.

² Ao contrário do que vinha sendo afirmado, o neoliberalismo não seria resultante da corrente do liberalismo clássico ou da restauração deste pelo liberalismo utilitarista, mas como a própria crise endógena dessas duas vertentes emergentes nos séculos XIX e XX. Segundo os autores, a corrente neoliberal surgiu em agosto de 1938 no Colóquio Walter Lipmann (Paris), ocasião em que teóricos críticos do naturalismo “darwinista” econômico arbitraram sobre as irremediáveis idiosincrasias da lei natural do *laissez-faire*, propondo, com isso, o neoliberalismo como saída inevitável ao conflito.

³ Termo em francês que significa “deixe fazer”. Tal termo é utilizado para designar um formato político e econômico que destitui a intervenção do Estado. Sendo assim, se respalda na independência do mercado à qualquer entidade reguladora (Dardot & Laval, 2016).

do que se pensava, os neoliberalistas localizaram que não são os mercados que conquistam o campo econômico de fora do Estado, instituindo regras que este deve assentir, mas são os Estados que possibilitam introduzir uma universalidade econômica e social, e a própria manutenção subjetiva das trocas sociais. A proposta é agir de dentro por meio das instituições; inclusive, as jurídicas; a quarta elaboração, estabeleceu uma cultura do desempenho, que age pela dissolução da identidade dos(as) trabalhadores(as) ligados(as) à consciência de classe e cooperação mútua. Assim, para autorregulação dos indivíduos, seria necessário fomentar o sentimento de culpa pelo fracasso como forma de repressão e heteronomia autorregulativa.

Sendo paulatinamente implementada geopoliticamente, foi em meados das décadas de 1980 e 1990⁴ que a racionalidade neoliberal ganhou potência de disseminação mundial. Os autores dão destaque à política econômica da austeridade promovida, principalmente, pelos governos implacáveis de Ronald Reagan (1981-1989) e Margareth Thatcher (1979-1990). Tais governos tornaram evidentes a projeção da disciplina da mão de obra, o rebaixamento do custo do trabalho e a constrição dos gastos públicos e assistenciais dentre outros aspectos, que são relegados à suposta insuficiência de livres iniciativas individuais, não adaptados ao meio concorrencial (Dardot & Laval, 2016). Vale ressaltarmos que tanto a dissolução da identidade do(a) trabalhador (a) quanto a transferência da responsabilidade de proteção e manutenção da produção para os indivíduos inseridos na lógica concorrencial são características, que se alastram nas plataformas digitais, particularmente no que se refere aos (às) trabalhadores uberizados (as), como discorreremos posteriormente.

Dentro desse quadro, Wendy Brown (2019) realça em que medida o governo Thatcher habilitou um formato inédito de valorização do mercado por meio da moral e da maximização da liberdade enquanto operadores, controversos, de dominação. Sendo a moral e a liberdade utilizadas como dispositivos de provisão de reproduções sociais, o mercado passa a se ordenar por princípios de governamentalidade (racionalidade) aplicados pelo Estado. Tem-se, como isso, uma transposição do sujeito da troca e da exultação das necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito engendrado pelo princípio da liberdade pela competitividade.

⁴ O que não implica uma ação de monocausalidade em que se pressupõe uma passagem da ideologia iniciada em meados de 1930 para sua extensão econômica efetivada nos anos 1980 e 1990. Segundo os autores, a implementação dessa racionalidade governamental se deu em um emaranhado de ações de apoios recíprocos dispersos. Ou seja, a ascensão da racionalidade neoliberalista escapa à intenção e organização antecipada dos próprios neoliberais.

O que é importante observamos nessas análises, é como o neoliberalismo produz formas de racionalidade, que dirige, por intermédio da administração do “Estado”, as condutas individuais inseridas em um conjunto de ações sociais discursivas, as quais independem do governo para se efetivar. O formato de autogoverno individual, por exemplo, aponta que a essência normativa da livre concorrência subjetiva se baseia em um modelo não a despeito da liberdade, mas se trata de governar “pela” liberdade de atuar ativamente no espaço concedido aos sujeitos, para que estes venham a assentir, por si mesmos, à própria normatização. Ou seja, o plano normativo neoliberal ancora-se em uma concepção de liberdade coercitiva, visto que esta é relegada aos indivíduos somente para manutenção de condutas mútuas de livre concorrência para a produção e auto-exploração. A concepção de liberdade neoliberal nos é pertinente por evidenciar uma das bases pelas quais a ideologia do Vale do Silício se projetou no cotidiano social, o que trabalhamos, posteriormente, no item dedicado ao capitalismo de plataforma.

Como expõe o filósofo francês Alain Renaut (2004), em “O Indivíduo-Reflexão acerca da filosofia do sujeito”, a ideia de indivíduo, enquanto princípio e valor atrelado à liberdade, constitui a base mais elementar do pensamento moderno ao promover o cerceamento da ideia de vontade e autonomia. O autor recusa à concepção crítica de liberdade, presente nos pensamentos heideggeriano e hegeliano, para ilustrar o modo pelo qual esta se torna um valor moderno inscrito por sua dissensão enquanto percepção social. Grosso modo, a liberdade concebida como legislação autônoma dos indivíduos extravai a ideia de liberdade por meio da concepção de autonomia. Para o autor, portanto, isso transparece a essência moderna, a qual se origina do capitalismo, de valorização da autonomia relegada ao indivíduo enquanto princípio e causa de si mesmo. Nota-se, com isso, que a ideia de indivíduo como princípio e fundamento de sua própria normatização não foi algo exatamente criado pelo neoliberalismo, mas utilizado como instrumentalização de novos formatos de exploração.

Em todo caso, o ato livre firmado pela modernidade é “uma vontade capaz de autodeterminação” (Renaut, 2004, p. 11). Assim, se por um lado temos na figura do escravo o representante da verdadeira liberdade pelo não “saber-se acometido” (p. 12), por outro, a moderna liberdade se consolida pelo registro da autodeterminação, mas, também, por uma nova forma de heteronomia (a lei acomete, paradoxalmente, de fora). Aqui, é preciso evitar algumas confusões, haja vista que não se trata de reduzir a modernidade à mera oposição aos poderes das sociedades tradicionais ao relocar o indivíduo enquanto submetido à

autogovernança. Trata-se de localizar que as dissensões inerentes à consolidação do individualismo, da autonomia ancorada na liberdade e da sua reabsorção pelo neoliberalismo são recursos decisivos para a reinserção das origens do capitalismo em seus moldes mais avançados.

Vladimir Safatle (2012), em o “Grande Hotel Abismo – por uma reconstrução da teoria do reconhecimento”, argumenta que a necessária relação entre as demandas de reconhecimento, a vontade livre e a fundação moderna das instituições levaram à ideia de indivíduo e liberdade como condição para regulação das trocas sociais contidas na modernidade. O autor destina sua crítica à exigência de autonomia como modelo de perpetuação da contradição atinente às concepções de instituição e liberdade das estruturas liberais. Para Safatle, é o mesmo que conceber, também, dispositivos de poder, que partem da noção de dever, entendida aqui como criação de leis próprias, condicionadas pelo processamento de uma consciência, que age e julga de forma desarticulada a capacidade da ação pelo reconhecimento atravessado por setores coletivos. Em outras palavras, a ideia de autonomia apropriada pelo capitalismo se baseia no modelo do contrato entre vontades individuais, o que culmina em uma desagregação de formas de reconhecimentos atravessadas pelos laços sociais.

Em “O circuito dos afetos”, Safatle (2015) explora mais de perto esse processo ao recorrer a leitura de Adorno, que apresenta o totalitarismo como intrínseco ao sistema liberal em sua dependência de entidades opressoras para a garantia do individualismo libertário da classe dominante. A título de exemplo, trata-se da fragilidade de aspirações democráticas em um terreno político enviesado pelo retorno periódico de líderes fascistas, que, ao fornecerem o sentimento de unidade e coesão às massas, preservam os interesses da propaganda capitalista supostamente libertária. A conjuntura, que faz coincidir autonomia individual e o modelo de contrato como meio de efetivação da liberdade, revela um processo de precarização do social, que, podemos acrescentar, torna-se um dos vetores, que enseja as formas de reproduções subjetivas do neoliberalismo. Assinala Safatle (2012):

Quando elas são pensadas sob a forma do contrato, é porque perderam completamente sua substancialidade. Por não saberem se portar no interior da ação social, por terem perdido a coesão social que permite relações concretas de reconhecimento, os sujeitos se apegam à compreensão reificada do comportamento de outros sujeitos como se tratassem de coisas que podem ser postas em cláusulas de um contrato (p. 78).

Ao transferir as demandas de decisão e orientação de condutas sociais para polos individuais, aos moldes de uma empresa privada, o capitalismo modula a autonomia segundo regras capazes de assegurar sistemas particulares de interesses. Ressaltamos que entender a instrumentalização da liberdade pelo neoliberalismo em nada contradiz o nosso campo de debate, uma vez que nos permitiu localizar expressões de precarização do laço social contidas no capitalismo de plataforma, mas que não se tornam evidentes dado esse modelo de instrumentalização.

O que tais autores vem apontando, assim, é o modo pelo o qual a racionalidade neoliberal atua como um governo, que executa suas formas de poder, para além das entidades imanentes e transcendentais, visto que sua finalidade é a produção de ideologias, que fazem com que os indivíduos sejam princípio e causa de suas próprias explorações. De modo similar, acentuamos a proposição marxista, que apresenta o capitalismo como um sistema de produção antropológico, para destacar que se trata de agenciamentos estruturais de valores modernos, basicamente ancorados pela produção de indivíduos autodeterminados pela vontade de poder pelo poder (Dardot & Laval, 2016). Na forma como entendemos, o neoliberalismo atualiza e exacerba estruturas mais primárias das próprias origens do capitalismo, que podem ser lidas, também, do ponto de vista da condição moderna.

Seja como for, o que fica claro, é em que medida a tática neoliberal faz com que a iniciativa privada da classe dominante exerçam total liberdade perante as leis da concorrência, sendo a liberdade social condicionada às condições cambiantes do princípio da concorrência supostamente “equitativa” (proposições de Walter Lippmann). É nessa linha que a adaptação da ordem social à divisão do trabalho, e da competição, surge como empreitada central dos neoliberais. Ocorre, que, ao deslocar a manutenção do mercado para ações individuais que restituem a iniciativa privada em seu processo, estabelece-se um limite à deliberação do Estado em termos de representações sociais igualitárias (Dardot & Laval, 2016). Isso por que a produção de subjetividade que se auto-exploram ao internalizarem a ideia de individualismo libertário, acabam precarizando profundas camadas sociais relacionadas a luta de classe, as relações sociais e a própria estrutura psíquica dos indivíduos.

Pelo princípio da competição empresarial, portanto, os sujeitos se autorregulam e substancializam o próprio modo de funcionamento da estrutura econômica dominante. Por exemplo, há um empuxo ao desempenho que conduz os indivíduos ao limiar da equivalência entre competição e prazer, gerando um excedente extraído da impotência das demandas

concorrenciais, o que, invariavelmente, leva ao sentimento de culpa atrelado ao sentimento social improdutivo (Dardot & Laval, 2016).

Diferente da produção na era industrial, a racionalidade neoliberal institui uma nova forma de circulação da norma edificada pelo desempenho como meio em que os indivíduos se inserem no laço social. Não à toa, Dardot e Laval (2016) destacam discussões do campo psicanalítico acerca do discurso do capitalista e do gozo, mas somente como índices da convergência de proposições sobre a produção do que os autores chamam de neosujeitos. O controverso, neste argumento, é que os próprios autores esboçam a maneira pela qual Marx antecipa os efeitos de precarização que o mercado exerce sobre os laços sociais humanos, uma vez que opera a liberdade sujeita às leis impessoais de valorização do capital⁵.

De qualquer modo, existe essa localização importante realizada pelos autores, de que os neosujeitos, ao internalizarem o modo de vida empresarial, sinalizam a emergência de um novo formato de dominação, que os impele ao *status* de ativo, ao tempo impotente, em suas próprias demandas. Para Dardot e Laval (2016), isso se daria através da apropriação do desejo pela racionalidade neoliberal, culminando em processos de alienação. Por exemplo, ao comportar-se como uma empresa, os neosujeitos alienam-se em um desejo do governo de si mesmo, levando os autores a afirmar: “A gestão moderna é um governo ‘lacaniano’: o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito” (p. 322).

O argumento é contextualizado, porém, a passagem possui problemas do ponto de vista de uma posição propriamente psicanalítica. Isso por duas razões, que tomaremos apenas como índices alusivos da teoria psicanalítica, porque teremos oportunidade de respaldá-las mais adequadamente na seção dedicada aos discursos. A primeira reside no uso inadvertido da noção de desejo, que, basicamente, segundo Freud em obras clássicas como “A interpretação dos sonhos” (1900/1970) e “Fragmentos de análise de um caso de histeria” (1905[1901]/1998), não se liga a objetos, nem tão pouco aos signos destes, mas se trata de uma insatisfação, que se atualiza em torno da falta e da impossibilidade e proporção entre sujeito e objeto suposta à satisfação. O que Lacan (1958/1997) designou, em “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”, como falta elevada a uma causalidade posterior capaz de intervir no circuito da demanda a partir de uma política singular. Ou seja, o desejo,

⁵ O que será melhor explicado, através das categorias de análise marxianas, no último item dessa seção.

por operar a partir da falta, e não tentando saturá-la, pode ser entendido como um movimento, que se contrapõe à estrutura capitalista.

A segunda se dá no uso controverso do termo neosujeito, visto que os próprios autores resgatam concepções de Marx, que vinculam o capitalismo à produção antropológica moderna. Isto é, para utilizar o termo, seria necessário, conjuntamente, propor o neoliberalismo como um novo paradigma fora do capitalismo e das instituições modernas, o que não é o caso como vimos. Para a Psicanálise, isso implicaria propor uma nova estrutura de constituição do sujeito, pois esse conceito é igualmente tomado como oriundo da ciência moderna (Elia, 2010).

Respalda, isso, nos é oportuno por possibilitar antecipar a ideia de que o desejo, para a Psicanálise, é um contraponto à racionalidade neoliberal. Ainda, conforme Safatle (2006), a utilização feita por Lacan da dialética hegeliana empregada nos anos 1960, concernente à proposição do desejo do homem como o desejo do Outro, conduz à falência da noção de individualidade. Isso por que o reconhecimento do desejo no laço social é sustentá-lo como presença negativa, dissociada de qualquer meio positivo de aprendê-lo. Ao dissolver aspirações imaginárias de objetos, o desejo deve ser compreendido, também, como uma “subjetivação da falta” (p. 37), entendida, aqui, como reconhecimento do sujeito naquilo que escapa e contesta a imagem individual.

Seja como for, a racionalidade empresarial proposta por Dardot e Laval (2016) promove prescrições e controles exercidos pelos indivíduos, mutuamente, ao maximizar resultados individuais. A tática autorregulatória, faz com que os próprios indivíduos estabeleçam condições cada vez mais rígidas para a realização individual, produzindo ilimitadamente condições concorrenciais explorativas. Tal estratégia de racionalização do “desejo”, ou racionalização da demanda, transforma a coerção econômica e a mercadológica em auto coerção e autoculpabilização. Ao fomentar o excesso de autossuperação (desempenho/gozo), a liberdade instrumentalizada pelo método neoliberal encontra no imperativo do desempenho seu balizador.

Dardot e Laval (2016) sugerem que os neosujeitos do desempenho/gozo e sua relação flutuante com o tempo proveniente do excesso e da rapidez alinhados à ilimitação da acumulação mercantil, também, são atravessados por setores escusos de controle por meio da criação de dispositivos de autogoverno. A saber, a vigilância do espaço público e privado, a rastreabilidade viabilizada pela *internet*, a avaliação desmedida e a apropriação dos dados para fins monetários, dentre outros, são figuras dessa tendência, cada vez mais insidiosa, de

exploração por meio de dispositivos de autogoverno, mas, concomitantemente, pelo o que os autores chamam de vigilância generalizada.

Por outro lado, Dardot e Laval (2016) consideram que é preciso ter cautela quanto às ideias generalizantes, como as que estaríamos na era do individualismo hedonista, gozo anárquico, narcisismo de massa e reificação mercantil, visto que podem denotar um apelo às restaurações de formas de autoridades tradicionais. Isso resulta no desconhecimento da natureza das coerções, que cerceiam os sujeitos no regime moral e político, que é instituído pelo capitalismo em nosso tempo.

Igualmente, trabalhar com a crítica pelo viés da crise das instituições, ou do declínio de entidades de aparelhamento, é improfícuo, uma vez que não nos permite pensar como essa estrutura é incorporada e transformada em dispositivos de desempenho dos imperativos governamentais do neoliberalismo. Dardot e Laval (2016) elencam a necessidade de melhor examinarmos:

Todas as tecnologias de controle e vigilância de indivíduos e populações, sua medicalização, o fichar, o registro de seus comportamentos, inclusive os mais precoces; é melhor analisar como disciplinas médicas e psicológicas se articulam com o discurso econômico e com o discurso sobre segurança pública para reforçar os instrumentos da gestão social (p. 364).

Posto isso, as questões discutidas anteriormente acerca do surgimento da racionalidade neoliberal, e sua instrumentalização através das ideias de individualismo libertário, lógica do desempenho e empreendedorismo nos respaldam para compreender a estrutura de gestão do capitalismo de plataforma, que acabam exacerbando tais dispositivos por atualizarem ilimitadamente mecanismos de aceleração social presente na matriz mais primária do capitalismo. Portanto, faz-se necessário compreender como a cultura dadocêntrica é formatada, para, em seguida, encaminharmos seu aspecto de aceleração social. Assim, a seguir, objetivamos articular debates, que nos possibilitem pensar o capitalismo sociodigital como um possível dispositivo de aceleração social, para, no segundo momento desta pesquisa, analisarmos seus efeitos a partir do campo psicanalítico da teoria lacaniana dos discursos e da temporalidade do sujeito tal como concebido pela psicanálise.

3.2 Algoritmo e precarização social: o capitalismo de plataforma e a panaceia das liberdades individuais

*“Já pensou, bolas de fogo a chover num lugar
Ninguém vai ver, todo mundo vai tá no celular
Se tudo forem dores, dos valores se esquecem
Tem como repetir? eu tava fazendo uma selfie”*

(Emicida, Final dos tempos)

A finalidade deste item é traçar alguns recortes atuais relacionados às contradições que envolvem o capitalismo de plataforma e a cultura algorítmica, a partir de teóricos que se debruçam sobre seus impactos nos campos geopolíticos, sociais e identitários. Por isso, elencamos discussões dos campos políticos e sociais, que nos permitiram trazer subsídios discursivos, os quais serão integrados ao debate psicanalítico sobre o tema, em um segundo momento desta investigação.

Começamos pela linha adotada por Rafael Grohmann (2021), que compreende o modelo sociodigital e a vigilância como dispositivos sociais que impulsionam a tendência capitalista à apropriação, acumulação e exploração a partir de formas, indiscerníveis, de valorização do valor ⁶na atualidade. Para o autor, isso se deu em função do processo histórico de implementação ideológica efetuada pelo Vale do Silício, que aguçam mecanismos de controle social através de concepções neoliberais, tais como a responsabilização individual, a concorrência e o desempenho. Por exemplo, se tomarmos como paradigma os(as) trabalhadores(as) uberizados(as), têm-se, de um lado, a exacerbação das responsabilidades individuais em detrimentos de leis trabalhistas capazes de protegê-los(as) e, de outro, a reprodução do imperativo de desempenho, que, como aponta Brown (2019), conduz a uma cidadania sacrificial, em que a exploração também se realiza por meio da extração de dados sociais fornecidos nesse processo.

No livro *“Big Tech: ascensão dos dados e a morte da política”*, Evgeny Morozov (2018) propõe que as últimas décadas foram marcadas pelo utopismo digital, que vinculava perspectivas tecnológicas à panaceia das liberdades individuais. Ainda que a gestão das *Big Techs* esteja sendo cada vez mais questionada, por representar monopólios construídos mediante interesses mercantis obscurantistas, há duas principais bases, que fazem com estas imponham um campo ilimitado de ascensão econômica monopolizada. A primeira, a implementação da visão de mundo projetada pelo Vale do Silício, que fomenta concepções

⁶ O que será melhor explicado, através das categorias de análise marxianas, no último item dessa seção.

como empreendedorismo, inovação, economia do compartilhamento, *big data* e inteligência artificial em nome de um suposto solucionismo e potencial emancipatório das redes. A segunda, reside no surgimento do capitalismo de plataforma que expande seus formatos de exploração através da apropriação corporativa dos mais diversos setores das atividades humanas em curso. Para Morozov, o capitalismo dadocêntrico, enquanto principal setor de atuação econômica associado a serviços de inteligência artificial, constitui o principal embate geopolítico do século, protagonizado por potências mundiais, como o caso dos EUA e da China. Em contrapartida, é inegável a soberania do Vale do Silício no que diz respeito à importação de reproduções sociais tanto na Europa quanto na América Latina. Por exemplo, México, Colômbia e Argentina são países que ocupam posições de liderança no *ranking* de consumidores das redes projetadas pelo Vale do Silício, sendo o Brasil o segundo maior consumidor, ficando atrás somente das Filipinas⁷.

O que vamos seguindo na análise desse autores, é uma gestão neoliberal dos dados que vem constituído um terreno geopolítico capaz de degradar democracias já consolidadas, uma vez que o potencial social da informação passa a ser condicionado somente por padrões de reprodução algorítmica, em que critérios de falseabilidade ou fidedignidade das informações são inapreensíveis à randomização do condicionamento de dados (Morozov, 2018). Mais adiante, através do debate sobre o processo das *fake news*, demonstramos, dentre outros fatores, que o algoritmo se expande por sua capacidade de personalização, mas, também, pelo potencial produtor de contextos provenientes dos conteúdos mais inflamados, muitas vezes associados ao discurso de intolerância e de ódio às diferenças.

Para ampliarmos o alcance das afirmações de Morozov (2018), faz-se subsidiário conceber, em primeiro lugar, como a gestão neoliberalista das tecnologias impele ao mecanismo de controle e coerções, que condiciona as expressões sociais presente cenário. Ocorre, que, através da atuação algorítmica, as plataformas passam a obter o poder preditivo e modulador do comportamento dos atores sociais. Isso não se na de maneira simples, pois trata-se de grandes laboratórios mercadológicos projetado para o controle da comunicação, que atinge diretamente ideologias tanto nas esferas privadas quanto públicas (Rodríguez, 2018). Ao instituírem intermediação entre conteúdos e serviços orientada por protocolos codificados, criam-se dissensões problemáticas quanto aos conteúdos, que serão (in)visibilizados a partir de regras preestabelecidas pelo regime neoliberal (Jurno, 2021).

⁷ Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49602237>

Aqui, podemos nos perguntar como o modelo algorítmico nos permite localizar os novos formatos de trocas sociais presentes nas redes? Pablo Rodríguez (2018) suscita que, para que haja uma cultura cibernética de circulação informacional como mercadoria, foi necessário condicionar os formatos de comunicação humana aos processamentos maquínicos; isto é, nas redes sociais, as relações tenderão a refletir formas de vínculos similares ao próprio funcionamento algoritmo⁸, que abrevia processo de troca com a finalidade de produzir mais-valor (capital).

Diante desse quadro, Cathy O’Neil (2020) nos apresenta a ideia de que toda atividade nas redes prescinde da simples interação, isso porque todo arcabouço de palavras, imagens e conteúdos fornecem às máquinas um repertório de comparação, permitindo deduzir e determinar os contextos de consumo pelos quais os indivíduos serão capturados. A título de exemplo, a criação da Siri pela *Apple*, entre 2008 e 2015, marca um projeto de aprendizagem linguística algorítmica, que fornece um domínio da língua capaz de soldar tanto códigos e comparação quanto propriedades de vigilância e controle. Lembremos, até os programas matemáticos mais sofisticados demonstram dificuldades com as assimetrias, isto é, em distinguir uma ideia de simples corrente de palavras. A virada promovida pelos algoritmos das redes sociais, é permitir com que esses fluxos ganhem contextualização a partir da orientação humana. Nesse sentido, O’Neil entende que a suposta “ciência” matemática aplicada à lógica algorítmica é uma armadilha, pois se trata tão somente de um conjunto de suposições não testadas e, portanto, passíveis de serem apreendidas em códigos.

Encontramos nos estudos de Lucas Vilalta (2020) uma rigorosa análise de como o algoritmo constitui-se com uma gestão neoliberal que cumpre a finalidade de sobredeterminar e prever o comportamento humano para fins de monetização da vida. O algoritmo, enquanto um conjunto de metadados integrados ao sistema de memória e parametrização de processos sociais, estabelecem um critério comum e uma medida mínima de padronização para o condicionamento das atividades humanas. Esse processo, sistematicamente maquiado pela ideologia das panaceias individuais, é uma mera unidade de memória, porém, acentuada o bastante, para enviesar subjetivamente as ideológicas que

⁸ Segundo Rodríguez (2018), um algoritmo se por: “um conjunto finito de instruções ou passos que servem para executar uma tarefa ou resolver um problema de tipo matemático por meio da manipulação de símbolos. Toda a complexidade de sua influência na atualidade reside no fato de que tal conjunto é o que faz funcionar o computador e, por extensão, também qualquer sistema informático baseado em um sistema decodificação binária” (p. 5).

consumo e produção de relações sociais que geram valor a ser apropriado pelo grandes monopólios.

Além disso, existe um aspecto importante localizado por Antonio Casilli (2021), de que a cultura algorítmica vem acentuado processos de exploração através da categoria do microtrabalho⁹, em que a tática central reside na monetização dos dados a partir da perpetuação das tendências criadas pelos usuários nessas plataformas, indissociadas do modo de vida produtivo neoliberal. É verdade que temos hoje uma hiperexposição da vida nas redes, que nos soa como grandes *check-list* expostos do modo de vida neoliberal, mas trata-se de uma camada mais profunda e que se relaciona diretamente com os modelos repressivo do mal-estar em nosso tempo. O que localizaremos na seção dedicada a um debate psicanalítico.

De qualquer maneira, é importante percebermos que a ideologia do Vale do Silício vem se apropriando da intimidade e das relações sociais, constituindo para seus atores um “destino que lhes escapa das mãos” (Morozov, 2018, p. 26). Para nós, a gestão algorítmica acaba acentuando a contradição da liberdade no neoliberalismo a medida em que é fragrante que a livre escolha, aqui, é restringida a um imperativo que delibera as formas de consumo e extração de valor através de expressões sociais imateriais. Somados a isso, ainda que as interações nas redes sociais sejam interceptadas pelos mais diversos conteúdos e publicidades, vinculadas ao bem-estar cumulativo, os aplicativos funcionais, como o *Facebook* e o *Instagram*, conhecem, em especial, as inseguranças e vulnerabilidades de seus usuários a ponto de transformá-las em tendências mercadológicas.

O que esses(as) autores(as) vêm apontando é que, com a chegada das redes, o capital rompeu as fronteiras de modo que a distinção entre o trabalho e o tempo do ócio é ultrapassada. Trata-se ia de um campo constituído para a apropriação ilimitada dos relacionamentos humanos, do tempo livre, do descanso e do sono, que passam a ser contabilizados como uma mercadoria reconvertido em tendências, identidades e performatividades produtivas para valorização do capital. Ao propelar o funcionamento de sujeitos autorreferenciados e autoengendrados na hiperexposição monetizável, as dinâmicas das redes acabam por exacerbar o funcionamento elementar do capitalismo, a saber, de tornar toda existência subjetiva condição de substancialização do próprio capital, inclusive em sua estrutura mais ampla de exploração e perpetuação de injustiças sociais (Morozov, 2018).

⁹ O que trabalhamos, mais especificamente, no item referente à aceleração social e ao trabalho social não pago contido nas plataformas digitais.

Por exemplo, para Ludmila Abílio (2021a), uma das pioneiras no debate marxista sobre a uberização, o gerenciamento algoritmo tem íntima relação com a apropriação e precarização do modo de vida periférico. Conforme a autora, o que está claramente posto nas plataformas uberizadas, é um processo de invisibilidade social por meio de mecanismos de sucateamento de medidas de proteção legal dos (as) trabalhadores (as) e usuários que assumem atividades forçadas com recursos mínimos. Ela define a uberização como esse deslocamento da identidade do(a) trabalhador(a) para o ofício *just-in-time*, em que importação da ideologia do Vale do Silício, associada à lógica do empreendedorismo, impele o(a) trabalhador(a) ao cenário de desproteção e total ausência de garantias quanto às condições básicas legais de efetivação do trabalho. Mais ainda, essa propensão capitalista ao rompimento das barreiras entre o tempo de lazer, o tempo de descanso e o tempo do trabalho, tem impactado diretamente distintas camadas sociais, como as modificações de demandas de pertencimento, ainda que fora do processo de trabalho informal/informacional. Em outra discussão, Abílio (2021b) expõe que o autogerenciamento do trabalhador *just-in-time* informatizado/informalizado, além de contradizer os processos de legalização do trabalho, instaura formatos de controle e espoliação por reforçar “uma relação de trabalho em que todas as garantias, regulações ou definições sobre tempo de trabalho, distribuição do trabalho, são eliminadas” (p. 56).

A tentativa de equivalência entre força de trabalho, tempo e produção¹⁰ já é um conflito inexorável às condições modernas do capitalista. A novidade é o surgimento de estratégias de controle, facultadas por aspectos técnico-políticos da gestão algorítmica do trabalho. Ao vincularem o espaço e o tempo à demanda ilimitadas, as plataformas revelam o potencial vigilante de captação dos fluxos potencialmente produtivos. A controversa, aqui, é que as próprias estratégias de sobrevivência dos(as) trabalhadores(as) são extraídas como dados reconvertidos em formatos de comando, impelindo os(as) trabalhadores(as) a recriarem, constantemente, mais e mais estratégias de sobrevivência. Nas palavras de Abílio (2021b): “Nessa desigual retroalimentação permanente, as empresas detêm o poder de determinar as regras do trabalho (...) E não se trata de definir a regra do jogo, mas como o jogo termina” (pp. 63-64). Isso para reforçar a ideia de que os algoritmos não são neutros, que sua distribuição não é arbitrária e meramente contingente. Estes são determinados por uma gestão, baseada na produção de contradições sociais. Por exemplo, a antecipação

¹⁰ O que será melhor explicado, através das categorias de análise marxianas, no último item dessa seção.

condicionada das corridas periféricas, para motoristas negros, e a corridas do centro urbano, para motoristas brancos, torna-se expressão de que o capitalismo sempre tenderá a se retroalimentar das próprias crises (Abílio, 2021b).

O que se faz notar na análise desses autores e autoras, é a maneira pela qual o neoliberal instrumentaliza o algoritmo para fins de dominação e controle. Ao processar as informações, as demandas sociais a elas inerente, toda ação social é transformada em regras cambiantes, que não são estabelecidas de antemão e não são feitas de forma compactuada. Ao se questionar sobre as categorias presentes em um novo modelo de relações enviesadas por contrato não compactuado, a autora diz: “É algo que coloniza o que é cotidiano, o que é tempo de trabalho, o que não é tempo de trabalho. É algo muito poderoso” (Abílio, 2021a, p. 89).

Grohmann (2021), também, se aprofunda nas relações de desigualdade social presente nas em plataformas sociodigitais brasileiras que representam, largamente, a precarização dos direitos adquiridos por trabalhadores(as) de baixa renda, racializados(as) e estigmatizados(as) nas atividades por essas vias. Por exemplo, segundo pesquisas apresentadas por Grohmann, em São Paulo, cerca de 71% dos trabalhadores de plataformas são negros de baixa renda. Porém, pesquisas dessa natureza não são divulgadas por serem assonantes aos interesses presentes na ideologia do Vale do Silício, visto que a precarização das relações de trabalho nessa conjuntura é escusa e conduz, invariavelmente, à autoexploração escamoteada de empreendedorismo e solucionismo.

Para o renomado sociólogo brasileiro do trabalho, Ricardo Antunes (2021), a ideia anteriormente apologética, que atrelava o terreno das plataformas à liberdade e condições melhores para as trocas sociais, demonstrou seu exato avesso. Segundo o sociólogo, esse cenário objetiva intensificações de traços vinculados à “individualização, invisibilização e práticas de jornadas extenuantes” (p. 34), enquanto traços das estratégias de controle do tempo do trabalho social. Isso resulta no alastramento das contradições presentes, por exemplo, na ideia de empreendedorismo libertário em face à precarização de leis de proteção aos(as) trabalhadores(as), que passam a ter seus direitos e garantias neutralizados e invisibilizados nesse terreno. Grosso modo, e baseados nos estudos sobre a racionalidade neoliberal empregados anteriormente, concepções com a maximização da liberdade, individualismo e empreendedorismo, vem se acentuando nas plataformas digitais pois conseguem adentrar em setores ampliados de trabalho sob forma cada vez mais descentralizadas e escusas. Esse novo estágio, bastante recente no arco histórico do

capitalismo, denuncia o um aparelho social que tende a se consumir pela ausência de frenagem, pois trata-se de “impulsão da reestruturação produtiva permanente do capital” (p. 36). Ainda, ele delimita alguns índices, que exemplificam esse estágio:

Hegemonia do capital financeiro (...) Labor diário frequentemente superior a oito, dez, doze, catorze horas ou mais, especialmente nos países periféricos; remuneração salarial em constante retração, apesar do aumento da carga de trabalho (traço que vem se agudizando na pandemia); extinção unilateral dos contratos pelas plataformas, sem apresentar maiores explicações, entre tanto outros elementos. E, além desta intensa exploração, soma-se também uma forte espoliação, presente quando os/as trabalhador/as arcam com as despesas de compra (financiada) de veículos, motos, carros, celulares e suas respectivas manutenções (p. 34).

Isso leva o autor a associar o trabalho informal nas plataformas a uma das expressões contemporâneas veladas da colonização, porque os corpos inseridos no trabalho uberizado, por exemplo, correspondem, em larga medida, às mulheres negras e homens negros subordinados(as) aos enquadramentos flexistas, desregulamentados e precarizados desse tipo de trabalho. O que não é facilmente identificado, à medida em que a exploração é executada por duas vias, pelas corporações que monetizam os dados produzidos nesses contextos que sequestram as estratégias de sobrevivência, e pelo imperativo produtivo da libertada e do empoderamento individual.

Além disso, o potencial reprodutor de estigmas sociais, operadas pelo capitalismo de plataforma, encontra exemplos concretos na própria gestão redes sociais. O *Facebook*, recentemente, criou e patenteou um modelo de classificação de crédito baseado nas informações de seus usuários. Para compreendermos a lógica dessa classificação, a cientista de dados O’Neil (2020) nos fornece o seguinte cenário: um hipotético indivíduo, que possui ensino superior e viajou para a África durante seis anos para auxílio de populações em alta vulnerabilidade social. Ao retornar, ele não foi classificado com créditos, tendo dificuldades para solicitar empréstimos. Contudo, seus amigos do *Facebook* são PhD, engenheiros e ávidos consumidores, o que o torna apto, segundo os parâmetros do *Facebook*, para obtenção de empréstimos. Certamente, essa mesma análise vetaria uma faxineira residente em território periférico, que possui amigos no *Facebook* com histórico criminal, desempregados, usuários de drogas ou qualquer expressão de corpos historicamente oprimidos. Como se pode entrever, ainda que o algoritmo atue deliberadamente, sua gestão certamente não. Vale lembrar que a plataforma de mais de 1,5 bilhão de usuários é uma

corporação de capital aberto, que promove, segundo O’Neil, uma controversa dissimulação entre correlação e causa.

Os próprios pesquisadores e experimentos realizados diariamente pelo do *Facebook* são exemplos dessa dissimulação entre correlação e causa. Basta recorrermos aos experimentos realizados pelo *Facebook* nas eleições dos EUA, entre 2010 e 2012, através da campanha “megafone do eleitor”. Embora a ferramenta tenha objetivado estimular eleitores a exercer o direito ao voto, outros interesses estavam escamoteados nessa aplicação. Concomitantemente à ação diligente, os pesquisadores estavam verificando como diferentes modelos de postagens e conteúdos podem influenciar a decisão de voto de cada usuário. Como aponta O’Neil (2020): “nenhum pesquisador jamais havia trabalhado num laboratório humano dessa escala” (p. 169). Em poucas horas, as palavras, imagens e *links* compartilhados pelos usuários já permitiam que o *Facebook* medisse o impacto da ferramenta. Através de perfis políticos e das ações de influência entre os usuários, torna-se possível a aplicação de estratégias de influência sobre essas mesmas massas. Nesse tipo de episódio, fica claro que as *Big Tech*, além de perpetuarem desigualdades sociais, também se caracterizam como potência capaz de influenciar geopoliticamente os processos democráticos. São questões que estão amplamente demonstradas nos estudos realizados por Morozov (2018) assim como na historiografia apresentada por Giuliano Empoli (2019), no livro “Engenheiros do caos”, em que o autor aponta a fragilidade das aspirações democráticas, posto que o contexto para sua consolidação está indissociado, desde sua origem, da influência dos meios de informações neoliberais.

Também, em 2012, os pesquisadores do *Facebook* realizaram um experimento com 680 mil usuários com o intuito de verificar se os *posts* teriam capacidade de impactar e contagiar o humor especificamente no ambiente digital. Nesse experimento, concluíram que os usuários, que haviam consumido conteúdos negativos, tendiam a postar conteúdos semelhantes em seus *feeds*. O mesmo ocorre com conteúdos positivos. O resultado é que estados emocionais, além de serem transferidos de um usuário ao outro, também podem ser enviados sem que as pessoas tenham consciência disso. Questiona O’Neil (2020): “O que ocorreria se jogassem com as emoções das pessoas no dia das eleições?” (p. 172).

Para exemplificarmos a gestão que privilegia e cria contextos de degradações sociais, a partir da capacidade inflamatória algorítmica, reportamos às recentes negociações de Elon Musk na compra do *Twitter*. Como estamos acompanhando recentemente, para os problemas de moderação de conteúdo nas redes e às políticas de contenção das *fake news*,

por exemplo, o neoliberalista intencionou flexibilizar o controle dos conteúdos de ódio às diferenças em nome de uma suposta liberdade de expressão irrestrita e absoluta. Entretanto, é insidioso que a liberdade de expressão seja equiparada ao discurso de ódio, uma vez que este fomenta o silenciamento e a aniquilação dos grupos historicamente oprimidos.

Em se tratando do Brasil, também pudemos acompanhar, em que mediada a *fake news* compuseram a base da ascensão das insígnias fascistas presentes no governo bolsonarista. A máquina de desinformações, inflamadas pelos algorítmicos, instaurou os sentimentos de hostilidade e insegurança capazes de atualizar bases totalizadoras do regime ditatorial. Ambos exemplos, deixam, suficientemente claro, que a ideologia do Vale do silício tenderá a estabelecer modelos de opressão cada vez mais indiscerníveis. Posto que, o algoritmo tende a personificar o próprio capital e, ao se retroalimentar dos conteúdos mais virais (rentáveis), na maioria das vezes associados ao ódio e a desinformação, é inexorável que nele se mantenha o sistema de contradições e dificulte as aspirações democráticas.

Diante do exposto, entender os processos de degradação da lógica coletiva, em um cenário supostamente libertário e emancipador, nos parece indispensável para pensarmos as relações ilimitadas presentes no discurso do capitalista e seu modelo específico de maestria, ao que daremos os devidos encaminhamentos na seção dedicada à teoria dos discursos.

Até aqui, é importante notarmos que a cultura algorítmica transforma identidade, comunidade, coletivos e diferenças em compatibilidade uniformizadora e passível de ser monetizável. Tal como propõe Morozov (2018), as *Big Tech* promovem um território arenoso de incitação ao ódio e a consequente eliminação de espaços de circulação de narrativas que sejam dialetizáveis entre si. Quer dizer, as expressões sociais não se organizam por conjunturas diversamente políticas, mas pela capacidade de perpetuação contida nas medidas de valor dos conteúdos mais inflamados, muitas vezes vinculadas a desinformações e opressões.

Por outro lado, como enfatizam Morozov (2018) e Rodríguez (2018), tais elucidações não devem nos conduzir a ópticas tecnofóbicas. É importante percebermos que, sem uma gestão sistêmica, os algoritmos produziram apenas códigos, e não informações. Os algoritmos, enquanto exteriorizações da técnica, já participavam dos mais diversos setores da vida humana, anteriores à ascensão do modo de produção neoliberal. Por isso conceber o algoritmo enquanto gestão neoliberalista é tão basilar, pois nos desvia de concepções tecnofóbicas demasiadamente ingênuas.

Para compreendermos como os sujeitos vêm respondendo a esse cenário, - e a fim de já começarmos a introduzir índices para pensarmos os processos de aceleração social aqui -, é preciso enfatizar alguns pontos. As redes sociodigitais colocam, para nós, a questão de situar como o forte cenário de perpetuação de insígnias neoliberais, tenderá a formas cada vez mais insustentáveis e descentralizadas de exploração. Isso não se localiza tão facilmente, visto que a autogestão, diferentemente de épocas mais clássicas do capitalismo, traz consigo um formato inédito de produção e exploração ilimitada, cuja mola tem estreita relação com a aceleração social enquanto fundamento primário de manutenção do próprio capital.

Se até aqui trabalhamos algumas das contradições históricas do ideário utópico do Vale do Silício, o passo seguinte é esboçarmos a maneira pela qual tal exploração se efetiva, e se encontra intimamente ligado a aceleração do que vem sendo chamado de a mais-valia 2.0. No próximo item, utilizamos de teses marxianas, que vêm ao nosso auxílio para tal compreensão.

3.4 A mais-valia 2.0: aceleração, capitalismo de plataforma e exploração do trabalho social

*“Às vésperas do último eclipse
Tá todo mundo sem agenda
Pro apocalipse (Sem tempo, irmão)
[...]
Num tempo quente
O bem e o mal se enrosca como um arabesco
É desesperador como soa burlesco”
(Emicida, Final dos tempos)*

Os impasses respectivos à velocidade dos modos de reprodução do capitalismo vêm sendo amplamente trabalhados por teóricos marxianos, que se dedicam a estudos políticos e sociais. Por exemplo, para Byung-Chul Han (2016), ainda que em outras épocas houvesse um regime temporal instituído na ordem de produtividade, é somente com o capitalismo que o tempo disperso passa a ser uma engrenagem substancial para a produção de mais-valia. Do mesmo modo, Jonathan Crary (2014) argumenta que o capitalismo instaurou, desde o século XIX, uma homogeneização do tempo capaz de subverter os limites naturais e sociais das cadências humanas, instituindo uma espécie de tempos de equivalentes maquímicos atrelados à produção e à acumulação. Para esse fim, e ao trabalharmos com a hipótese de que as plataformas digitais atuam como dispositivos de aceleração capitalista, é primordial

compreendermos, antes, qual a estrutura social que faz com esse tipo aceleração se torne uma engrenagem de espoliação capitalista através da cultura algorítmica.

Conforme Sergio Silveira (2021), a influência da informatização, embora tenha emergido em meados de 1930-1970, ganha expansão no século XXI com o surgimento das redes sociais como formato descentralizado de produção. Para Shoshana Zuboff (2015), citada por Silveira (2021), o objetivo é superar a lentidão dos setores maquinicos clássicos por meio da estrutura de valorização do capital imaterial presente nas plataformas de dados. Em suma, a informação agenciada pelas plataformas passa a redimensionar o campo do trabalho, da economia e dos formatos de consumo, também, nas relações intersubjetivas.

Marcos Dantas (2022), no recente livro intitulado “O valor da informação de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo da *internet*”, traz teses marxianas, que vêm ao nosso auxílio quando propõe que a junção dos dados informacionais e a aceleração social são o novo estágio de produção e apropriação de mais-valia (mais-valor) na atualidade. Salientamos que não pretendemos, aqui, trabalhar a pertinência do corpo de conceitos marxianos para uma análise social mais rigorosa, mas, sim, situar acompanhamentos de debates atuais, que nos forneçam subsídios para tratá-los no solo de problema psicanalítico. O autor cunha o termo capital-informação para definir a nova etapa do capitalismo no século XXI, caracterizado por modelos de valorização, que prescindem do processo de fabricação da mercadoria, pois se trata da criação de uma propriedade de valor intérmino e extraído da cultura do compartilhamento e do trabalho social.

É importante lembrarmos que o fundamento do trabalho, em Karl Marx (1867), conforme Jorge Grespan (2021), reside na distinção entre sua dimensão concreta, respectiva à especificidade de materiais e operações, e sua dimensão abstrata, concernente ao dispêndio de força física e mental relativizada por cada trabalhador(a). Segundo Grespan, a primeira se caracteriza pelo valor de uso, que, basicamente, consiste nas qualidades, que cumprem utilidade específica. Já a segunda comporta uma abstração de qualquer especificidade conferida nos instrumentos de utilização ou finalidade; ou seja, define-se como energia dispendida pelo(a) trabalhador(a) em unidades de tempo (hora, dias, mês) a partir de processos de troca reiterados. Grosso modo, o produto que não se destina à troca cumpre

valor de uso, sendo o cerne do valor extraído dos processos de troca ao agregar essas duas operações (valor de uso/valor)¹¹

Para justificar tal hipótese, no nosso entendimento inédita, Dantas (2022) salienta que, embora toda informação seja decodificável a partir de certa graduação em repetição e automatismo, há sempre um grau de lacuna, que faz com que o trabalho informacional assuma e se associe a sentidos distintos. Mas, o fato é que, diante de toda informação, é crucial uma resposta a partir da qual se extrai uma função de utilidade, que implica um cálculo de tempo de trabalho despendido no social. Isto é, no cenário das redes, o tempo dispensado para interações, postagens e compartilhamentos de informações e conteúdos gera um valor a ser valorizado e lastramente apropriado, implicando o trabalho social de manutenção da valorização.

Com isso, entendemos que, para que haja um processo de alienação¹² psíquica promovido pelo dispêndio de tempo otimizado dentro da economia dos dados, é preciso que o algoritmo atinja o processo primário do capital, em que, segundo Marx, em “Os manuscritos econômicos”, de 1857-1858, citado por Dantas (2022), “a produção é imediatamente consumo, o consumo é imediatamente produção. Cada um é imediatamente seu oposto” (p. 33). Isso significa que a lógica do capital prescinde de seu aspecto econômico, posto que é antes um processamento de enquadre do tempo de trabalho vivo (cotidiano) enquanto constante movimento a ser apropriado.

É nesse sentido que as plataformas sociodigitais não se equivalem, necessariamente, a um novo sistema de troca, uma vez que o que estas acentuam é uma aceleração mais primária e fundamental à engrenagem de extração e exploração capitalista. Isso porque, para Marx em “O Capital” de 1867 citado pelos autores, a apropriação do tempo do ócio está a serviço do imperativo produtivo, que, ao desarticular os ritmos cadenciados humanos, desintegra possibilidades para a elaboração de um tempo criativo de setores não enviesados

¹¹ Ainda que uma mercadoria possa comportar esses dois aspectos a partir de uma posição, a repetição das trocas tenderá a representar e produzir equivalentes gerais. Por exemplo, a mercadoria geral seria para Marx o dinheiro e as formas que ele representa (Grespan, 2021).

¹² Segundo Jorge Grespan (2021), a alienação, em Marx, se designa por um processo social capitalista de autonomização, que comporta contradições e inversões relativas à ausência de reconhecimento do indivíduo no produto de seu próprio trabalho. Assim, por não se apropriar imediatamente do produto que produz, sendo necessário um *a posteriori* da mediação do mercado, o indivíduo não possui a consciência de sua contribuição direta no processo de produção da mercadoria. Desta maneira, a alienação se define como uma estranheza gerada no(a) trabalhador(a) mediante o poder social que exerce sobre ele(a) formas de controle através da autonomização e inversão. Isso, para Marx, é a fonte do mal-estar social inserido nesse sistema.

pelo processo mercadológico. Segundo Marx, em “O Capital” de 1867 citado por Dantas (2022):

O Capital fez do tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo- e mesmo no país do sábado santificado- pura futilidade (p. 41).

O que se nota, é que a aceleração capitalista, presente nas plataformas sociodigitais, além de expandir o modelo do fluxo do capital¹³ de anulação do espaço pelo tempo para produção e acumulação¹⁴, oculta processos de exploração do trabalho social a partir da ideia de solucionismo. Quer dizer, esta não transparece como o tempo fluido e de ócio passa a ser enquadrado sistemicamente como tempo a ser ocupado pela produção e acumulação a partir do trabalho social, que, no caso da economia dos dados, passa a produzir mais-valor. Nas palavras de Dantas (2022):

O trabalho nas comunicações (...) não é transferido para um produto “separável dele”, não é congelado em uma mercadoria. Ele aí cria diretamente mais-dinheiro porque está em movimento, em ação, durante o tempo mesmo deste movimento, durante “o próprio processo de produção (p. 62).

Gabriela Raulino (2022) traz contribuições que nos permitem compreender o que vem sendo chamado de estágio capitalista da mais-valia 2.0. O cerne do conceito de mais-valia, em Marx, se define, sumariamente, pois discorreremos sobre o conceito posteriormente, como trabalho que excede o valor de produção relativa ao salário (horas pagas). Igualmente, conforme Grespan (2021), sendo o valor da força de trabalho e seu produto distintos, o capitalista extrai um ganho oriundo da maximização do valor do produto a partir do consequente aumento de unidades de tempo da força de trabalho, que não é comportado pelo salário. Ou seja, o mais-valor é o ganho do capitalista em cima do trabalho não pago executado pelo(a) trabalhador(a) em uma estrutura de apropriação de unidades do tempo, que conduz a jornadas mais extensas de trabalho.

¹³ Segundo Jorge Grespan (2021), Marx denomina o capital como valor que se valoriza constantemente, fazendo com que este seja um fim em si mesmo no processo de obtenção de lucro. Para Marx, portanto, o capital é o elemento que surgiu com a transformação da satisfação de necessidades simples na produção de mercadoria em meios de obtenção de lucro mediante a finalidade de criar condições cada vez mais proflucas para produção e extração de mais-valia.

¹⁴ Acumulação, para Marx, está ligada à sobrevalorização do capital, que precipita crises, nas quais o capital tenderá a se resignar (Grespan, 2021).

Para Raulino (2022), isso pressupõe que, no contexto das redes em que a liberdade é escamoteada, dentre outras coisas, de acesso gratuito às ferramentas de interação, 100% do tempo de vida depositado pelos usuários são direcionados para a produção de mais-valor. Isto é, ainda que os usuários não participem do processo de produção de uma determinada mercadoria, o acesso gratuito representaria o pagamento ao passo que a captura e a transformação de setores impensáveis da vida em fonte de valorização representam um estágio avançado de produção de mais-valia. Salientamos que a contribuição do autor e da autora marxianos (as) cumpre especial pertinência para esta investigação, posto que nos auxiliou na compreensão de algumas relações presentes no discurso do capitalista em face às redes sociais, principalmente, no que concerne à homologia feita por Lacan (1968-1969/2008) entre a mais-valia e o objeto *a* na vertente mais-de-gozar como economia necessária ao aparelho capitalista.

Portanto, a finalidade de maximizar a velocidade e instantaneidades das relações nesse cenário dos dados cumpre a função de produzir valor, mas, especialmente, de alastrar insígnias de autorreferenciamento e consumo. A título de exemplo, atualmente, o investimento crescente em *influencers* digitais é o meio mais eficaz para o estabelecimento de tendências preditivas, que padronizam a produção social. Isso tende a absorver os outros setores da cultura, visto que a informação, ou o conteúdo, fornece uma forma de produto, que não é necessariamente findado em seu consumo, pois se trata de extração de valor dado pela inexistência do ciclo da mercadoria a partir da sua capacidade de viralização (valor-informação).

É válido apontarmos que o valor¹⁵, para Marx em “O Capital” de 1867, segundo Grespan (2021), está associado a toda produção destinada ao mercado, mas também se define por possuir uma realidade historicamente determinada por relações sociais. No caso em exame, não é o processo de geração de mercadorias intercambiáveis que marca o atual estágio do capitalismo, mas a cultura algorítmica e seu alcance ilimitado para o processo de valorização extraído do trabalho social não remunerado como os *likes*, compartilhamentos, interações e engajamentos de tendências nas redes.

¹⁵ De acordo com Jorge Grespan (2021), o valor, para Marx, consiste em tudo que da produção é destinado ao mercado. Para Marx, porém, o valor não se limita ao espectro de qualidades distintas das mercadorias dadas a partir de sua utilidade, que é igualmente variável, não podendo estabelecer comparações gerais oriundas de níveis diversos de necessidade (valor de uso). Assim, o valor de troca só ocorre em decorrência da impossibilidade de extrair valor dessa qualidade (uso), fazendo com que a alternância seja relativa à quantidade (maior ou menor) definida por ser um produto do trabalho humano. Ou seja, sendo o trabalho humano a única qualidade comum da mercadoria, é somente por meio do trabalho que se pode estabelecer o valor. Nesse aspecto, o valor se define por possuir uma realidade historicamente determinada por relações sociais.

Para Dantas (2022), o capital passou a fomentar um novo modelo de trabalho vivo (em movimento), em que se obtém valor na passagem da mercadoria para a imagem desta. O resultado é a perpetuação de formatos sociais esvaziados de tempo de troca e cuja precariedade é a maximização das insígnias neoliberais. Conforme o autor, isso diz respeito ao “trabalho não pago no tempo de lazer, de bilhões de pessoas nas plataformas sociodigitais (...) por meio das quais captura dados pessoais e empresariais com fins de valorização. Trata-se de uma nova fronteira de acumulação: o capitalismo de plataforma” (p. 68). Assim, o automatismo das interações nas redes atinente à produção e ao consumo de conteúdos expressa que os tempos não cambiáveis, necessários à extração de valor, anulam os formatos de troca.

Isso converge para as contribuições de Franco Berardi (2019), quando assinala que a semiótica vinculada à temporalidade instantânea e deslocável dos processos de produção implica um aumento de valorização do capital dado pela apreensão de unidades de tempo. Ou seja, é preciso acelerar. Segundo o autor, a expansão da aceleração das máquinas à informação indica que a velocidade foi internalizada pelos indivíduos e convertida em automatismo atrelada à repetição e o infundável de produções idênticas. Entendemos que é nesse processo que reside a capacidade algorítmica, de modo que a personalização instantânea, ao operar com o tempo de rotação no limite zero, permite o acesso à informação sobre a totalidade do mercado no qual pretende intervir.

Com isso, conclui-se: o usuário é a fonte do mercado. A relevância desse processo para nossa investigação consiste na noção de que, para haver alienação e segmentação de processos sociais atravessados pelos conteúdos virais, é essencial que a estrutura e as trocas se deem em fluxo acelerado vinculado à acumulação autogerada. Nas palavras de Dantas (2022): “Essa sociedade precisa também do consumo acelerado, volátil, descartável. Ao tempo de rotação acelerado da produção e de realização, há que corresponder a um tempo de consumir e descartar” (p. 74). Basicamente, trata-se de ajustar o tempo do ócio às exigências do automatismo instantâneo da engrenagem capitalista.

Do mesmo modo, a economia do compartilhamento, presente em plataformas como o *Facebook* e o *Instagram*, converge para uma vertente contemporânea de acumulação, trabalho e valorização a partir de uma autoprodução, que exacerba o poder de exploração do capitalismo. Segundo Berardi (2019), a transformação efetuada pelo neoliberalismo consiste na conversão dos processos de produção em processos de comunicação, que combinam velocidade e a falsa ideia de liberdade como forma de conduzir à internalização do controle

social. Posto isso, se no século XX ainda se fazia possível discernir entre tempo de trabalho-valor e o ócio, com a inserção da economia de plataforma, distintos processos produtivos para a geração de valor passam a ser indeterminados. Isso resulta na expansão capitalista pelo automatismo de valores oriundos de relações sociais flutuantes, não menos potentes para internalização de normas neoliberais, dada a sua condição de aparente liberdade, o que leva o autor a afirmar que conexão e precarização andam lado a lado por criarem formas de vínculos sociais provenientes de processos ininterruptos de exploração. Diz o autor:

A distribuição de tempo-trabalho pode, assim, ser desconectada da pessoa física e jurídica do trabalhador. O tempo de trabalho social se torna um oceano de células de valor que podem ser convocadas e re combinadas conforme as exigências do capital (Berardi, 2019, p. 85).

Similarmente a Berardi (2019), Dantas (2022) distingue que a cultura dadocêntrica, ao reduzir exacerbadamente o tempo de realização do processo ao limite zero, situa um novo estágio de captura dos sujeitos através do empuxo (ele chama de estímulo) ao consumo e realização das reproduções neoliberais desarticuladas do tempo das trocas sociais. Nas palavras do autor: “Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideias, isto é, quanto mais o tempo de circulação for = zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna a sua propriedade e autovalorização” (p. 93).

Com a aceleração, que também podemos chamar de limite temporal zero, cuja expressão mais abrangente é o modo de funcionamento do algoritmo, o capitalismo, também, passa a poder se antecipar e fomentar a totalidade das tendências das reproduções sociais. Conforme Dantas (2022), ainda que o trabalho seja a matriz da valorização pelo valor de troca, o que o capitalismo de plataforma evidencia é a capacidade cada vez mais sofisticada de fomentação de valor e apropriação, que resulta em grandes monopólios em nível global, os quais controlam o destino não somente econômico, mas social do trabalho e das trocas intersubjetivas. Isso leva ao alastramento das injustiças sociais a partir do que o autor propõe como “O capital é a rede” (p. 94), como se constatou nas discussões antecedentes desta investigação.

Se, por um lado, as plataformas trazem custos imperceptíveis para os usuários, por outro, sua economia principal é oferecer o serviço informacional em conexões segmentadas, não transparecendo as condições de fornecimento desse serviço, supostamente sem custo. Como assinalado por Raulino (2022), diferentemente do rádio e da televisão, o que as redes

demonstram em seus aspectos de vigilância é um formato de captura intermínimo, visto que os usuários passam, concomitantemente, a consumir, interagir e produzir conteúdo aos moldes do círculo de acumulação do capital, tal como uma empresa. Desse modo, por mais que a exploração do trabalho humano seja uma característica primária do capitalismo, a novidade inserida pelas plataformas reside na substituição da mercadoria pela lógica de extração de valor informacional proveniente da apropriação do trabalho social.

Nessa perspectiva, cabe indagarmos: como se dá o processo de extração de valor e como os usuários são capturados por esse contexto? Raulino (2022), a partir da apreciação de teses marxianas sobre a informação como as de Dallas Smythe, indica que a interdependência da publicidade e da audiência como mecanismo necessário à produção da mercadoria, desde a época do rádio, não é novidade. Como discorrido, o diferencial das plataformas sociodigitais são as ferramentas interativas capazes de conectar o tempo de lazer, trabalho e alienação a processos, que se autoproduzem constantemente.

Isso porque os trabalhos dos usuários, que podemos atrelar aos *views*, *likes*, compartilhamentos, *streaming* e *trends*, além de consumirem conteúdos, igualmente, criam demandas e ideologias de consumo a partir de um cenário, que produz mais-valor através do trabalho social não remunerado. Em todo caso, a captura é feita pelo tempo de anulação da troca, em que se obtém um meio de fomentar lucro, não necessariamente ligado a um processo amplo de produção¹⁶. Segundo Raulino (2022), portanto, a ideia de acesso irrestrito, democratização informacional e solucionismo cumpre função de fazer com que os usuários cedam de seus dados e ,também, de conduzir “a canalização da atividade dos usuários em direção a um consumo cada vez mais acelerado” (p. 152).

A partir deste recorte, entendemos que a economia dos dados atende a três principais tendências do capitalismo avançado respectiva à ilimitação, aceleração social e geração de dispositivos de autogoverno. Para Raulino (2022), por exemplo, ainda que os intercâmbios dos usuários pressuponham um significado subjetivo em cada interação, estes estão determinados pela objetificação e gestão preditiva dos dados agenciados segundo a lógica de saturação do valor mercadológico expresso por cada tendência (circulação). Se tomarmos

¹⁶ Conforme sintetizado por Jorge Grespan (2021), a produção, em Marx, se associa à relação negativa entre o capital e o trabalho assalariado de modo que as relações sociais e os dispêndios produtivos se articulam a partir de processos historicamente determinados. Assim, as particularidades históricas delineiam as formas pelas quais as forças produtivas emergem sejam relativas aos desenvolvimentos sociais de técnicas ou de condições oriundas da natureza. Ou seja, a produção está diretamente relacionada a processos sociais, que podem marcar, ou não, uma mútua complementaridade, que, também, comporta oposições abertas enquanto exigência de novas configurações, muitas vezes provenientes de crises e tensões entre relações de produção e forças produtivas.

como exemplos o *Facebook* e o *Instagram*, mesmo que os conteúdos expostos para cada usuário sejam personalizados, o potencial produtivo dessas plataformas converge para o processo de venda de uma determinada mercadoria, mas, especialmente, na capacidade de os usuários de gerarem valor ao participarem diretamente da totalidade de dados que os representam, levando a uma mutação contínua dos processos de valorização.

Atualmente, a mercadoria seria, segundo a análise de Nicole Cohen em 2008, utilizada por Raulino (2022), o que da extração dos dados fornecidos “colaborativamente” pelos usuários é vendido aos anunciantes. Ressaltando os limites teóricos do uso do marxismo, ela resume sua proposta, que, a nosso ver, traz contribuições congruentes com as abordagens teóricas percorridas até aqui, que visam, basicamente, a alicerçar uma crítica ao formato de gestão e controle dos dados, que é, em suma, um modelo de exploração que gera valor. Quanto a essa abordagem, Raulino (2022) afirma:

(...), é que a audiência e/ou os dados não podem ser considerados mercadorias equivalentes no contexto rigoroso da teoria marxiana, nem no conceito dialético-materialista de informação. Sustentamos que a audiência gera valor por meio da exploração capitalista, mas que a apropriação deste trabalho não se dá pela troca e pelo consumo de produtos cujos valores podem ser equiparáveis, mas por mecanismos de apropriação da renda extraída do controle do acesso aos dados produzidos por esse trabalho. A relação entre o capital detentor do dado e aquele que precisa acessá-lo é similar à de um empréstimo bancário (p. 157).

É nesse sentido que a economia dos dados nas redes evidencia a atual tendência capitalista no que diz respeito à exploração de setores de produção de trabalho imediato associado a uma semiótica; ou seja, não possuindo qualidades físicas ou de massa, como nos processos de fabricação de mercadorias comuns. Assim, segundo a autora, as *Big Techs* seriam uma expansão da redistribuição da mais-valia, que potencializam a manutenção do processo de valorização contido no gênero de trabalho não pago, mas que é impulsionado livremente pelas massas nas redes. Por exemplo, o *Google* não é proprietário, nem produtor direto de informações. Sua estratégia reside na criação de ferramentas de acesso capazes de enquadrar os dados já em um processo social.

Em contrapartida, resgatamos as contribuições de Dantas (2022) ao assinalar que os dados não são, em si, mercadorias, mas, antes, um formato de produção, que acrescenta valor à mercadoria por meio do empuxo à redução do tempo dos processamentos sociais. Aqui, chamamos a atenção para as ferramentas concernentes à interatividade instantânea, ao

compartilhamento, ao solucionismo e à suposta maximização da liberdade, como constata as afirmações do autor, tendo em vista que são esses mecanismos, que permitem extrair valor do engajamento contínuo e plástico dos usuários sem que isso se torne perceptível.

Panoramicamente, trata-se de propor as redes sociais como extensão do mecanismo de aceleração capitalista, principalmente ao interceder nos tempos das trocas sociais pelo impulso à circulação ininterrupta. Dantas (2022) acentua que tal redução do tempo é o que permite a produção de mais-valor na atualidade sem necessariamente se caracterizar como processo de trabalho na produção de uma mercadoria (física). Como mencionado, sendo a economia da interação e compartilhamento uma categoria de trabalho não pago proveniente do produto social, “as plataformas, o capital industrial e outros segmentos concluem o processo de produção de valor ao acelerar” (p. 168). A título de exemplo que constata essa propensão primária à captura, ou forclusão do tempo, destacamos o polêmico algoritmo *EdgeRank* desenvolvido pelo *Facebook*, para apreender a atenção dos usuários ao máximo de tempo possível nas redes, ampliando, aceleradamente, o alcance de engajamento em outros extratos sociais conectados.

Igualmente, Raulino (2022) faz menção às polêmicas entrevistas fornecidas por Sean Parker em 2018, que nos ajudam a refletir sobre tais impactos. Nessas entrevistas, o primeiro presidente do *Facebook* revelou em que medida a estrutura da plataforma foi desenvolvida para incitar descargas de dopamina no sistema nervoso humano. Ao fornecer aos usuários curtas sensações de felicidade, o mecanismo faz com que estes depositassem mais tempo nas redes em busca pela renovação dessas sensações oriundas de ciclos de *Feedback* de curto prazo. Nas palavras de Parker, em entrevista de 2018 citada por Raulino (2022): “Isso explora uma vulnerabilidade da psicologia humana (...) Os inventores disso, eu, Mark [Zuckerberg], Kevin Systrom [Instagram] e todas essas pessoas, nós sabíamos. Apesar disso, nós fizemos isso” (p. 185). Em outros trechos da entrevista, o neoliberalista, também, denuncia que as redes sociais, combinadas com os aparelhos celulares, comporiam uma fórmula de vício equivalente à dependência ao tabaco, alegando uma precarização não somente relativa à saúde pública, mas também às democracias e ao tecido social.

Isso denota que todos os setores dessa estrutura, desde seus engenheiros até os usuários, que vão engajar e consumir os conteúdos, participam da geração de valor apropriado na cultura em que as conexões são passíveis à monetização. Portanto, a tese central proposta por Dantas (2022) indica que o capital rompeu suas fronteiras da divisão

entre trabalho, tempo de ócio, tempo livre e lazer, e cuja expressão máxima são as plataformas sociodigitais.

Como se pôde perceber, o cenário aparentemente gratuito, libertário e solucionista, através da parametrização dos dados (geração de valor) e sua monetização (realização do valor), atrai bilhões de usuários ao processo escuso de precarização e exploração das atividades humanas em curso. O valor da informação, associada aos monopólios da gestão algorítmica, expande a pretensão capitalista de produzir mais-valor pelo “trabalho vivo socialmente combinado, nos termos de Marx” (Dantas, 2022, p. 166). Além disso, julgamos pertinentes as contribuições de Raulino (2022) ao demonstrar que, para além dos aspectos de alienação ideológica das massas, a ideia de liberdade do capitalismo avançado é o que oculta a manutenção das relações entre exploração e trabalho gratuito nesses cenários.

Até aqui, é primordial darmos ênfase em dois pontos. Em primeiro lugar, tal gênero de trabalho está para além das interações, curtidas, compartilhamentos, postagem etc., visto que se perpetua ao expressar uma totalidade das camadas e relações sociais por meio de um conhecimento objetificável. Trata-se do cenário resgatado por Raulino (2022) de mais-valia 2.0, em que sua manutenção se dá pela apropriação do trabalho não pago procedente do enquadramento de atividades sociais diversas, como o próprio lazer, o tempo de ócio e as relações interpessoais públicas ou privadas.

Em segundo lugar, trata-se do surgimento do empuxo à aceleração social como meio mais eficaz de valorização do capital. Jonathan Crary (2014) elenca o termo 24/07¹⁷ para indicar a contradição e a incompatibilidade desse modo de funcionamento com as tessituras cadenciadas dos ritmos humanos, uma vez que remete à organização maquínica, arbitrária e imutável de duração (uma semana) destituindo experiências variáveis (flexíveis) ou cumulativas.

Para Crary (2014), o funcionamento 24/7 pode ser remetido a épocas anteriores da história industrial. A inovação trazida pelo capitalismo sociodigital reside na incorporação dos modelos de desempenho maquínico à identidade pessoal e social de produção ininterrupta e descentralizada. Ou seja, esse modelo de gestão é opaco e não transparece o custo humano exigido para edificar sua eficácia. O modelo maquínico, ao desarticular a execução de ações a longo prazo, impele os sujeitos à homogeneização de expressões individuais, inibindo o futuro de projetos, que não podem ser reintegrados ao circuito do

¹⁷ Vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

consumo. Assim, o autor enfatiza o caráter inanimado de manutenção perpétua, que transforma acumulação em produção contínua e imaterial. Podemos inferir, à guisa das considerações de Crary (2014), que o Vale do Silício opera pela monetização de dados e também, pela espoliação de condições humanas inalienáveis, como o tempo do ócio e da elaboração subjetiva. Trata-se da instauração de um modelo de descanso viciado e interceptado pela cadeia de consumo e produção como a nova identidade social. O termo usuário, portanto, não é mera atribuição contingenciada, é discursiva.

Ressaltamos que, com o atual modo de organização da cultura, emergem formas de mal-estar específicas. Para Crary (2014), o alarmante crescimento de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite, para checagem de informações e mensagens, demonstra que o modo de vida em *Sleep Mod* reduz o sono e o descanso à mera operacionalidade transposta pelo capitalismo a fragmento necessário aos fins lucrativos. O autor indica que, atualmente, os interlúdios da vida humana (exceto o sono) têm sido apropriados e reduzidos ao tempo de trabalho, do consumo ou do *marketing*. Para o autor, o modelo conexcionista do autoengendramento individual é normativo e mina “paulatinamente as distinções entre dia e noite, entre claro e escuro, entre ação e repouso” (p. 18).

Por mais que o regime de 24/7 porte contradições intransponíveis, o capitalismo sempre tenderá a reintegrar sua insustentabilidade à valorização do capital. Em termos concretos, sabemos que um indivíduo não pode fazer compras, compartilhar, interagir, acessar suas redes e fazer *downloads* 24/7. Entretanto, posto que as redes não estabelecem momentos, ou circunstâncias, em que somos impedidos de comprar, consumir ou explorar recursos das plataformas, esse modelo redimensiona os demais setores da vida social por meio de identidades adquiridas nesses contextos (Crazy, 2014).

Por outro lado, teóricos (as) como Crary (2014), Morozov (2018), Berardi (2019), Grohmann (2021), Dantas (2022) e Raulino (2022) trazem junto de suas análises a ideia de que o verdadeiro embate não estaria exatamente nas tecnologias, mas no regime, que impõe a ela uma determinada gestão. Daí a importância de estarmos advertidos do erro de cairmos em perspectivas tecnofóbicas. O que eles deixam evidente é que não se faz possível uma reconquista das tecnologias sem, antes, ultrapassar o sistema capitalista em todos os seus moldes de estruturação. Nesse sentido, rastrear os processos de funcionamento e expansão do capitalismo por essas vias nos é subsidiário, pois o próximo passo é retomá-los a partir de teorizações psicanalíticas, que nos auxiliem a pensar seu e efeitos, e direções para os impasses até aqui elencados.

A partir do levantamento de debates atuais, entendemos que a aceleração do capitalismo de plataforma nos apresenta impasses, que afetam a economia psíquica dos sujeitos e seus modos de confrontação com o gozo, saber e verdade remetidos à teorização psicanalítica dos discursos. Como se pode perceber através dos estudos conduzidos até aqui, ambos constatam que a eficácia da cultura algorítmica reside em um escamoteamento capaz de impedir que as pessoas se percebam inseridas em um processo de trabalho social; ou seja, um modo de enquadre do tempo criado para que a exploração capitalista não se torne evidente. Posto isso, um dos grandes desafios desta pesquisa é examinar as consequências dessa aceleração para os laços sociais contemporâneos a partir do modo como a Psicanálise pensa a temporalidade do sujeito atravessado por um discurso. Isto é, embora tenhamos esboçado inúmeros índices da aceleração social no capitalismo de plataforma, isso não nos permite concluir que inexistam o tempo do sujeito, tal como conceitualizado pela Psicanálise.

Portanto, para percorrermos o segundo nível da hierarquia dos problemas apresentados nesta investigação, realizaremos uma segunda seção com a finalidade de estabelecer um percurso na teoria dos discursos, cunhada por Lacan entre os anos de 1967 e 1972, destacando a necessária relação destes com a temporalidade do sujeito e do laço social. Consideraremos, também, um resgate de noções freudianas, que julgamos centrais para propormos a temporalidade como hipótese de trabalho com os discursos. Isso nos ajudará a pensar a estrutura temporal dos discursos e sua importância para a economia psíquica dos sujeitos, principalmente para extrairmos as consequências do enquadre temporal efetuado pelo aparelho do capitalista para os laços sociais contemporâneos.

4 A ACELERAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E O TEMPO DO SUJEITO NO LAÇO SOCIAL: O MAL-ESTAR NA CONTEMPORANEIDADE

4.1 Do sujeito à subjetividade neoliberal

O que não tem medida, nem nunca terá

O que não tem remédio, nem nunca terá

O que não tem receita

(Chico Buarque part. Milton Nascimento, O que será)

Como pudemos observar, a noção de subjetividade é recorrentemente trabalhada nas discussões filosóficas e sociológicas para apresentar um dos dispositivos históricos e sociais presentes no neoliberalismo. Existe uma posição importante na psicanálise, que pode responder a uma confusão, bastante comum no campo social, quanto à diferenciação do que é uma expressão social, atrelada a determinada maneira de gestão do poder e do saber, e o que seria correlacionado a um plano estrutural atravessado por operações lógicas de linguagem. Levando essa consideração adiante, podemos iniciar a segunda seção, esboçando o conceito de sujeito em Lacan, e priorizando articulações, que nos forneceu distinções entre o conceito de subjetividade e o sujeito tal como operado pela psicanálise, e o que desses diferentes campos, nos ofereceu subsídios para o trabalho em direção à temporalidade, que nos é tão caro e inerentemente acompanha as conceitualizações de sujeito e de discurso.

O conceito de sujeito tem um profundo desenvolvimento na teoria lacaniana, sendo retomado por vários(as) teóricos(as) sob perspectivas, que vão desde de sua localização em momentos incipientes da teoria de Lacan – como o estágio do espelho e sua tese de doutoramento – até momentos mais avançados, que trabalham a influência da linguística e da antropologia estrutural, reconduzidas por Lacan em momentos mais tardios de seu ensino, como é o caso da teoria dos discursos.

Nos estudos que esboçam a noção de sujeito em Lacan, é muito comum nos depararmos com uma vasta corrente de referências à modernidade em que pese uma crítica, bem adicionada, à substancialização da herança cartesiana. Podemos começar pela linha adotada por Luciano Elia (2010), em sua ênfase dada ao advento de uma função moderna, que – além de remeter ao cogito cartesiano e à fundação da dúvida como método – somente expõe a estrutura da linguagem em um momento de crise na história do pensamento. Magali

Silva (2018) esclarece essa passagem ao situar que o paradigmático, no cogito cartesiano, reside no valor determinante da angústia presente na hipérbole da dúvida e o que dela realça um modelo de pensamento fundado na incerteza, a qual caracterizaria o moderno. De acordo com a autora, por exemplo, a ausência de garantias é uma enunciação, que expõe o método de Descartes como privilegiando a estrutura do pensamento em detrimento a qualquer conteúdo, *a priori*, que pudesse refletir o mundo integralmente.

Para ambos os autores, essa estrutura da angústia (crise), pela qual Lacan parte, permite a localização do sujeito enquanto suspensão pontual de uma certeza, cumprindo a função de equivocar as qualidades integradas às garantias formais do pensamento. Poderíamos dizer, freudianamente, que se trata de uma estrutura do impasse inaugural, marcado por uma divisão psíquica constituinte do inconsciente. O passo seguinte de Lacan (1960/1998), como encontramos no clássico texto “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, foi buscar recursos no estruturalismo linguístico para reaver o inconsciente, descoberto por Freud, como paradigma psíquico do sujeito insaturado pela ciência moderna.

Apesar das duras críticas movidas pela ortodoxia pós-freudiana, Lacan (1960/1998) sabia marcar território e empreitou uma leitura do inconsciente freudiano utilizando-se de ferramentas contemporâneas, especialmente presente na corrente estruturalista. Ao inserir correntes teóricas díspares entre si, como é o caso de Lévi-Strauss e Kojève, Lacan arriscasse em uma psicanálise disposta a dialogar com outros campos do conhecimento, permitindo-lhe acessar o conceito de sujeito como derivativo da estrutura histórica e linguageira da modernidade. Existe, aqui, é claro, a inclinação de cedermos ao campo impregnado de referências à linguística estrutural, mas nos direcionaremos a partir da noção base encontrada no texto de 1960.

As clássicas noções de significante, como a que representa o sujeito junto aos demais significantes – uma vez que estes não podem representar a si mesmos somente em uma cadeia diferencial articulada (Lacan, 1960/1998) –, já traz a ideia de sujeito como efeito de um atravessamento pela linguagem, sendo somente suposto como um intervalo, uma defasagem, que impõe limite ao alcance qualitativo do significante. O que já é bastante distinto de concepções sociológicas e filosóficas, que conferem ao sujeito um precipitado de atributos preexistentes ou, como subsumido às qualidades sociais *a priori*, deixando de fora a estrutura linguística para sua consolidação (Porge, 2009). Melhor dizendo, com Ian Parker (2009), o significante em Lacan seria uma relação de diferenciar, sem termos positivos, o

que, inevitavelmente, produz um sujeito como ponto de equivocidade, que subverte os próprios componentes formais da linguagem.

Através dessas fundamentações, Lacan (1960/1998) marca um afastamento de concepções abstratas e universalistas de sujeito, passando a concebê-lo em referência à materialidade concreta do significante. Embora o sujeito passe a ser suposto como uma operação lógica inqualificável, este, também, se traduz como um ponto de ancoragem da estrutura em relação aos efeitos suspensivos da cadeia significante. Portanto, a pontual e evanescente hipérbole da dúvida cartesiana é, para Lacan, o paradigma linguístico do sujeito à medida que evoca uma divisão psíquica, a qual rompe com os componentes formais da estrutura. Magali Silva (2018) resume com clareza essa referência:

O sujeito evocado por Lacan no cogito cartesiano é sem qualidade, evanescente e pontual; não é empírico, mas efeito de articulação significante e essencialmente dividido. (...) Lacan, por outro lado, ao aplicar ao cogito as leis do significante, toma o sujeito como sem substância e sem identidade possível, senão pontual, evanescente e parcial; sujeito não da consciência racional, mas do inconsciente estruturado como linguagem. Privilegia, como já indicamos, o sujeito no ápice da exploração da dúvida, sujeito do cogito (p. 72).

É importante percebermos que tal operação lógica não é algo exatamente descoberto por Lacan, fato inúmeras vezes advertido por ele. A leitura linguística da hipérbole cartesiana comporia um modelo da divisão psíquica originalmente localizado por Freud, especialmente ao escutar a estrutura dos sintomas histéricos. Para Luciano Elia (2010), a função do sujeito pode ser remetida às numerosas passagens da obra freudiana, como as clássicas diferenciações internas do aparelho psíquico, decentralizando a noção de indivíduo atrelado à razão substancializada da herança cartesiana. É o mesmo caso, para nós, com a noção de pulsão, sendo um conceito limítrofe entre o psíquico e o somático, que atua como exigência de trabalho representacional imposto ao aparelho psíquico mediante uma impossibilidade de qualificação da experiência parcial de satisfação (irrepresentável) (Freud, 1915/2019).

Se para Lacan (1965/1998) a ciência moderna é o arcabouço inaugural do sujeito, sendo essa mesma estrutura que o exclui de seu campo de intervenções, é mérito de Freud a reinserção do sujeito na ordem do dia do plano metodológico moderno. Isso por que Freud (1930/1997) confrontou os discursos, que conferiam ao sofrimento psíquico um caráter normativamente anômalo e passível de categorias prévias de apreensão, também, por atribuir ao sofrimento histórico um valor ético de mal-estar social. Quer dizer, Freud esteve atento

a uma estrutura de sofrimento, que denunciava a inadequação do desejo face aos regimes de saber prévio e consolidado para uma razão instrumental tecnocientífica.

Para Boonen e Calazans (2017), o comparecimento da noção de sujeito na obra de Freud reside nos impasses apresentados pelas formações do inconsciente e, ao interpelarem as defesas do Eu, conduz a um ponto de trabalho em torno de um imanejado. Tal termo, retirado pelos autores do texto “Totem e Tabu” (Freud, 1912/1996), é preciso e elucida a maneira pela qual o sujeito é sempre remetido a um imanejável, que, em uma análise, dará o tom de trabalho com as reconstruções possíveis a partir do que tropeça. O sujeito, como aquilo que tropeça, é prenunciado por Lacan no texto de 1960 em uma clara referência aos operadores da linguagem. Por ser uma posição de efeito de um atravessamento linguageiro, o sujeito pode ser lido como a incompletude significante, que, por sua vez, é imbuído de tentar representá-lo mesmo que de forma precária e irremediavelmente parcial.

Quanto a essa aposta no sujeito, desde sempre presente no horizonte de escuta de Freud, encontramos, nas contribuições de Luciano Elia (2010), um maneira de resumi-la com precisão. Ele diz:

Só a fala permite que o sujeito, que emergirá nos tropeços das intenções conscientes daquele que fala, possa, além de emergir nesses tropeços, ser reconhecido como tal pelo falante, que, a partir desse reconhecimento, não será mais o mesmo porquanto terá sido levado a admitir como sua uma produção que desconhecia, mas que, ainda assim, faz parte dele (p. 23).

Como observamos, as nomeadas formações do inconsciente¹⁸, como isso que diz no falante sem que ele se quer perceba, são retomadas por Lacan, principalmente em textos, como “A subversão do sujeito” (1960/1998) e “O seminário, livro 5: As formações do inconsciente” (1957-1958/1999). Ambos são marcados por passagens pela linguística e antropologia estrutural, que Lacan acompanha com uma crítica ao sectarismo daqueles, que creem que os fenômenos elementares da organização da linguagem poderiam tudo representar. Lacan deixa explícito que a suposição de que há um sujeito, sem qualidades, é o que impõe limite do alcance estrutural ao mesmo tempo que convoca seu campo de operação. O que fica claro, nessas obras, é a consideração de que o sujeito rompe com a ideia de sincronia estrutural. Ainda, que ele remeta a um compasso, é sempre um compasso

¹⁸ As formações do inconsciente, como trabalhadas por Lacan no seminário de 1957-1958, dizem respeito aos sonhos, atos falhos, lapsos, chistes e o próprio sintoma, trabalhados por Freud em sua psicopatologia da vida cotidiana.

pontual e evanescente, insaturável pelas insígnias de linguagem. O sujeito (com)passa, então, a ser postulado como intervalo da cadeia significante, inserindo novas montagens em torno de uma lacuna inqualificável e atravessada pela inconsistência do campo do Outro linguageiro.

Em “O seminário – Livro 17: O avesso da psicanálise” (1969-1970/1992), deparamo-nos com essas clássicas definições de sujeito, especialmente em referência aos seus correlatos na obra freudiana, como os conceitos de divisão inconsciente, pulsão, representante da representação, conflito e falha do recalque. Isso para autenticar o que dessas concepções distancia o inconsciente descoberto por Freud de uma essência original ou qualidade primeira. Embora possa soar como uma mistura de termos linguísticos e metapsicológicos, o que Lacan resgata, para nós, é o sujeito do significante como uma categoria cadenciada do tempo (intervalo), que, efetivamente, põe em jogo o limite estrutural dos significantes constituídos pelo campo do Outro e do gozo.

É o caso da afirmação de Lacan (1969-1970/1992) de que o “sujeito é dividido pelo gozo” (p. 62), remetendo-se à maneira pela qual uma repetição pulsional aponta para um gozo, que fracassa, permitindo que a falha do recalque (intervalo) possa advir e produzir articulações. Aqui, é preciso evitarmos algumas confusões, posto que sujeito e gozo em medida alguma são sinônimos e coincidem. Se o primeiro participa da divisão simbólica, o segundo se encontra no registro do real como o impossível de modo que a presença de um exclui, conseqüentemente, o outro. Quer dizer, onde houver sujeito, há *feeding* do gozo (repetição). Seja como for, o sujeito é dividido pelo gozo, uma vez que a satisfação plena é impossível. O seu representante, na teoria de Freud, seria a divisão operada pelo fato de que há pulsão em um campo já constituído pelo Outro. Ao retomar a fantasia do “bate-se”, Lacan (1969-1970/1992) ressalta:

Freud imediatamente analisa – dividido pelo gozo. Dividido, quero dizer que também aquele que o enuncia (...) *O você me espanca* é aquela metade do sujeito cuja fórmula tem uma ligação com o gozo. Ele recebe, claro, sua própria mensagem de forma invertida – aqui, isto quer dizer seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro (grifos nosso, p. 62).

Vamos conduzir melhor essas passagens no item dedicado aos discursos, mas é crucial já pronunciá-las aqui, pois é uma das maneiras pelas quais Lacan (1969-1970/1992) insere o sujeito em sua teoria dos aparelhos de gozo (discursos), a começar pela clássica afirmação de que o S1 intervém em um campo já constituído de significantes articulados

entre si, sendo o sujeito um efeito dessa intervenção marcada por uma perda, insuperável, a qual Lacan nomeia de objeto *a*. A propósito, o gozo insere a divisão do sujeito, porque o que ele aponta é que o objeto jubilar é desde sempre interdito ao falante à medida que há gozo do Outro. É em virtude disso que, para Lacan, o gozo é entropia, um “desperdiçamento”, que faz com que o sujeito se lance na tentativa de recuperar algo intransponível, mas que funda o desejo. Citemos, nas palavras de Lacan:

Se o gozo é marcante, e se ele se homologa por ter a sanção do traço unário e da repetição – que desde então o institui como maca –, se isso se produz, só pode originar-se de um pequenínssimo desvio no sentido do gozo. (...) Eis por que o introduzi de início com o termo *Mehrlust*, mais-de-gozar. É justamente por ser apreendido na dimensão da perda – alguma coisa necessária para compensar, por assim dizer, aquilo de início é número negativo – o que esse não-sei-quê, que veio bater, ressoar nas paredes do sino, fez gozo, e gozo a repetir. Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte – há um mais-de-gozar a recuperar. (...) Esses são os diversos nomes com os quais podemos designar como objeto o que concerne ao *a* –, mas o *a*, como tal, é propriamente o que decorre do fato de que *o saber*, em sua origem, se reduz à articulação significante (pp. 47-48, grifo nosso).

O interessante é percebermos que o saber é sempre um trabalho significante em torno dessa entropia, fazendo com que o advento do sujeito, de alguma maneira, venha a evocar que há uma perda estrutural, e estruturante, em uma impossibilidade própria ao campo do Outro. A falha na estrutura do Outro, que decorremos adiante, subjaz a ideia de que advento do sujeito é uma operação de equivocação da cadeia significante, que tenderá a produzir um saber que visa ao seu próprio limite. Nesse plano, Lacan chegou a afirmar que a operação do sujeito assim como a operação do real situaria um impossível para o alcance da estrutura. Claro, o passo seguinte é resguardar a distinção de um impossível da ordem do gozo (real) e de um impossível da ordem do significante (sujeito). Isso por que ambos são índices de um impossível de representar o que escapa à estrutura languageira.

A partir disso, já podemos tratar a questão de saber: como localizar o sujeito no campo de problemas que estamos propomos? Quais as distinções entre o que é da ordem do sujeito e da produção subjetiva em nosso tempo? Para isso, só a habilidade crítica de Freud (1930/1997) nos resguarda do risco de reduzir o alcance do sujeito do inconsciente a uma trama pulsional particular. Nos textos sobre a cultura, Freud põe à prova suas descobertas clínicas em uma clara atividade crítica, que extrai do mal-estar seu cunho ético de

desvelamento a inconsistência dos representantes sociais repressivos, que visam a repelir a potência criadora do desejo, da sexualidade e do feminino. Como é o caso do revigorante texto “A questão de uma *Weltanschauung*” (1933[1932]/1996), em que Freud assume uma virulenta crítica às doutrinárias baseadas em hipóteses superiores dominantes e seus modelos totalizadores destinados à repressão social. Quanto a isso, é preciso termos clareza: a psicanálise opera a dimensão social e as *Weltanschauung*, que, inerentemente, as acompanha, mas insere, aí, uma tática crítica ao apontar o que não pode ser capturado pelas estruturas, principalmente aquelas com fortes marcadores repressivos¹⁹.

Com isso, é preciso levarmos essa ideia adiante de que a psicanálise é sempre atravessada pelo social e pela cultura, extraindo destes os elementos para pensar o funcionamento estrutural da constituição do sujeito do inconsciente, sem que isso implique em reduzi-lo aos marcadores imaginários e culturalistas presentes em determinado modo de organização do social. Acompanhar o sujeito é interpelar expressões concretas de estrutura, que lhes confere uma articulação ao plano social, ainda que, muitos desses planos, visem a fornecer modelos subjetivos, que desarticulam possibilidades para seu advento. A propósito, como adverte o autor, quanto mais o sujeito é abolido de determinado campo de operação, mais ele insiste em reivindicar um lugar ético para o mal-estar, visto que é esse estado, que efetiva seu advento. Por isso, é necessário distinguirmos a subjetividade de nossa época da concepção de sujeito, considerando que essas distinções vêm ao nosso auxílio para pensar o que não pode se apropriado pela regência do discurso do capitalista em nosso tempo.

Conforme trabalhamos amplamente na primeira seção, nossa época é marcada por uma organização neoliberal da vida, em que a produção de subjetividades empresariais é preponderante. Seguimos a linha adotada por Wendy Brown (2019), quando anexa discussões relacionadas à moral e à maximização das liberdades individuais enquanto operadores modernos de dominação e exploração da subjetividade no capitalista. Tem-se, pois, uma passagem do indivíduo da troca e da exultação das necessidades (liberalismo clássico) para o indivíduo autorreferenciado pelo princípio de liberdade associada somente às gramáticas de reconhecimento individualista da modernidade.

Questões políticas e reais, que poderiam facilmente encontrar resistência no solo de debates psicanalítico, foram reinseridas por Jorge Alemán (2016), quando sugere que a categoria psicanalítica de sujeito não coincide com a concepção social de subjetividades, as

¹⁹ Associadas por Freud (1933[1932]/1996) à igreja, ao exército, à ciência e ao próprio movimento filosófico. No entanto, para Freud, há três visões de mundo dominantes, sendo elas a religião, a ciência e a filosofia.

quais refletem a essência moderna neoliberal. Por mais que as definições presentes nos campos filosófico e sociológico, como as de Foucault e Deleuze – que entendam a subjetividade como um efeito de distintas relações de poder construídas durante a história –, sejam inexoráveis para a localização dos regimes disciplinadores do saber e do poder no capitalismo avançado, Alemán (2016) vem apontar um erro metodológico dessas análises ao desconsiderarem a dimensão estrutural linguística, não restringida a marcadores e insígnias sociais de poder e dominação.

Érik Porge (2009) traz provocações significativas para pensarmos em que medida o sujeito, com o qual opera a psicanálise, se afasta da noção de subjetividade. Conforme o autor, a subjetividade e a subjetivação – que tomam o sujeito como transparente em si mesmo e aos outros enquanto síntese de uma soma de representações sociais – não se equivalem ao sujeito, visto que este é exatamente o contraponto de uma síntese de atributos, ou de uma essência de qualificação primeira, que uma subjetividade pode, por vezes, comportar. Ao invés disso, a maneira pela qual um sujeito advém, como vimos, é sempre equivocando a saturação de sentidos socialmente compartilhados e desarticulado de uma posição mediada por operações lógicas de linguagem.

É nesse sentido que o equívoco metodológico apontado por Alemán (2016), sobressalta o fato de que, tais discussões, deixam de fora a dimensão do sujeito do inconsciente como aquilo que contesta a imagem individual em um nível mais estrutural. De acordo com o autor, se o mérito da esquerda “pós-moderna” foi situar a subjetividade em seu aspecto histórico, houve um desvio quando esta a restringe, unicamente, aos efeitos dos dispositivos de poder, dominação e política, que organizam as relações sociais em diferentes épocas. Basicamente, trata-se desta distinção entre a subjetividade, enquanto produto dos significantes balizados pelas relações de poder e saber, e o sujeito, como uma posição linguageira subversiva de tais marcadores. É verdade que temos uma anterioridade da estrutura simbólica, sendo o sujeito um efeito dos operadores da linguagem, mas é diferente de uma relação de produto ou produção. O que precisamos deixar claro é que se trata de uma posição linguageira inqualificável e, por isso mesmo, inapropriável pelos significantes neoliberais.

Mais ainda, considerando o aparelho discursivo, que produz subjetividades autogeridas pelo princípio empresarial do desempenho e competição – muito além do que se é possível sustentar no nível do mal-estar por um sujeito –, Alemán (2016) caracteriza a subjetividade neoliberal como a integração dos processos de exploração da mais-valia pelo

trabalho (Marx) e do imperativo de produção e recuperação de um mais de gozo, que desarticula o sujeito de sua função de evocar operações lógicas mediante o que falha no campo do Outro.

Daí a ênfase de Alemán (2016) à mutação neoliberal do capitalismo, visto que esta expande o poder pelas repressões contidas em figuras tradicionais de dominação – como é o caso da igreja, do exército e da disciplinação dos corpos –, em um formato de coerção para exploração cada vez mais escuso e descentralizado. Para ele, tal pivô da racionalidade neoliberal faz com que as subjetividades empresariais se equivalham a uma mercadoria destituída de legado histórico e simbólico, inviabilizando que os indivíduos se reconheçam em outros aparatos sociais fora dos setores produtivos. Essa ausência de mediação simbólica e histórica é o funcionamento, o qual faz com que a racionalidade atinja o caráter ilimitado, que impele os indivíduos a uma autoexploração sem frenagem.

Assim, é indispensável estarmos atentos(as) ao modo pelo qual o poder vai se perpetuando e sendo historicamente construído no regime capitalista e é preciso, também, considerarmos a presença de operações languageiras, inapropriáveis pela totalidade das controversas históricas do capitalismo, já que não nos parece razoável ceder espaço para a ideia de que chegamos a uma época em que a exploração neoliberal seria absoluta e irrestrita (crime perfeito). Adotamos a linha de Alemán (2016) ao aproximar a noção de sujeito em psicanálise como uma resposta a ser dada, a medida em que este vem refletir sobre as tensões estruturais em uma posição inapropriável, impondo limite à produção e captura subjetiva do plano moderno capitalista.

Temos aqui, é claro, uma dificuldade de apresentar essa posição em um terreno político, muitas vezes alvo de forte resistência por parte de uma gama de correntes psicanalíticas. Alemán (2016) põe em cena essas divergências entre o plano conceitual político-filosófico e o psicanalítico, para indicar que esse último, sob a pena de Lacan, se fundamenta na prerrogativa de ausência de metalinguagem; isto é, a inexistência de uma estrutura, a qual fosse capaz de fornecer um significante, que represente o sujeito integralmente. Isso instaura um problema, uma vez que o sujeito é concebido a partir dessa inconsistência estrutural (Outro), que é inábil a dar-lhe um fundamento último, ou um significante que consiga qualificá-lo por completo, mas que nem por isso pode ser desconectado das tensões expressas nos campos social e político. Conforme Alemán (2016), sendo o sujeito a expressão de uma fratura estrutural irreduzível, sua inserção em um plano

institucional político comporia uma frente de trabalho relevante face aos modelos subjetivos produzidos pelo sistema de contradições erigidas para a repressão, exploração e segregação.

Isso nos afasta de uma psicanálise supostamente neutra e reacionária aos processos políticos. Sistematizar a crítica, portanto, não torna a psicanálise isenta de pensar-se nela. Caso assim fosse, estaríamos em um terreno eterno e inelutável. O que faríamos com a noção de sujeito se assim fosse? Ian Parker (2009) nos lembra como o conceito de sujeito em Lacan, assim como o de discurso, vem em resposta ao excesso adaptativo expresso em campos respaldados na reintegração do caráter moderno individualista, permeado de referências neoliberais. Posto isso, é fundamental que o(a) analista enfrente o papel de escutar as repetições e o que escapa aos sentidos socialmente compartilhados, mas com as ferramentas que considere problemas reais que os cercam. De modo semelhante, Alemán (2016) aposta na releitura da noção de sujeito como uma categoria política, uma vez que este é, antes, uma expressão política do mal-estar social associado à insustentabilidade dos representantes estruturais. Quer dizer, o sujeito como o que escapa à estrutura, e sendo por ela determinado, se insere nos processos sociais e políticos que o atravessam em sua determinação material significativa.

Em nossa contemporaneidade, em que subjetividades se equivalem a mercadorias, Alemán (2016) propõe impasses apresentados a nós diante do que ele define como “um ‘homem novo’ engendrado desde seu próprio presente, não reclamado por nenhuma causa ou legado simbólico e precário, líquido, fluido e volátil como a própria mercadoria” (p. 14). Há esse indicativo importante percebido pelo autor de que, para além dessa produção ilimitada de subjetividades empresariais, o neoliberalismo tem instituído uma subjetividade autoengendradora em uma instantaneidade destituída de legados históricos e simbólicos. Isso nos volta às principais indagações desta pesquisa relacionadas à temporalidade do sujeito bem como o modo como o neoliberalismo tem afetado as próprias operações lógicas de linguagem para seu advento. A propósito, Dardot e Laval (2016) sugerem algo semelhante ao proporem que as subjetividades produzidas para o desempenho assumem uma relação flutuante com o tempo, internalizando um excesso e rapidez alinhados ao modo operativo do próprio capital.

Na primeira seção, tratamos de localizar como as plataformas sociodigitais vêm alastrando insígnias neoliberais e escalonando modelos de exploração psíquica cada vez mais escusos. Principalmente, o que esses dispositivos trazem à tona é uma aceleração social nunca antes vista, constituindo o pivô para que a ilimitação capitalista atinja e modifique

camadas profundas da vida humana relativas à dimensão do trabalho, das relações sociais e do próprio funcionamento psíquico dos indivíduos. Nesta abordagem, voltada para os impactos sociais da aceleração capitalista contemporânea, realçamos as exposições de Franco Berardi (2019) ao debater que a campanha neoliberal, nesses cenários, consiste na incorporação de processos de produção aos processos de comunicação em rede, que, associados com a ideia de panaceia libertária, acarretaria à internalização de uma aceleração social como via de estabelecimento de coerções sociais para a produção.

Algo similar também é apontado pela tese marxiana de Marcos Dantas (2022), apresentada, também, na primeira seção, que esboçou em que medida a integração da exploração dos dados informacionais e a aceleração social compõem o novo estágio de produção e apropriação da mais-valia 2.0. Como se fez notar, o autor concebe que o capital-informação (dados) tem cunhado dispositivos avançados de valorização, que prescindem do processo de fabricação da mercadoria, uma vez que se trata da fabricação de um atributo imaterial de valor ilimitado, extraído da cultura do compartilhamento presente no trabalho social não pago realizado pelos usuários. Lembrando que os usuários, além de consumirem conteúdos, ao mesmo tempo, produzem demandas subjetivas, ideologias de consumo e gramáticas de vinculação intersubjetiva sobredeterminada por esse cenário.

Em todo caso, o que Dantas (2022) sinaliza é que esse sequestro subjetivo é realizado pelo tempo de anulação da troca social, em que se adquire uma via de provocar valor social, não essencialmente associado a um processo aberto de relações ou identidade social de trabalho. Isso deve ser acompanhado com cautela, pois, segundo Raulino (2022), a ideia arenosa de acesso irrestrito, democratização informacional e solucionismo exerce a função de fazer com que os usuários cedam de seus dados e, também, de dirigir “a canalização da atividade dos usuários em direção a um consumo cada vez mais acelerado” (p. 152). Como vimos, esses autores tem se debruçado sobre como a aceleração social vem se tornando um imperativo introjetado pelas pessoas, que passam a vivenciá-la em todas as profundas camadas da vida, do trabalho e dos laços sociais condicionados por uma estrutura, que, declaradamente, despreza o custo humano necessário para a valorização da maquinaria sem frenagem.

Tais análises possuem uma valiosa complexidade política, mas o que fica de fora dessa abordagem é o acréscimo de interfaces, que encontramos preponderantemente na psicanálise, que considerem a dimensão temporal linguística intimamente ligada ao advento

do sujeito, à estrutura simbólica do Outro e do laço social bem como o que delas é inapropriável pelo neoliberalismo.

Na assertiva de Maria Rita Kehl (2009), o tempo é uma construção social e repercute os dispositivos para seu enquadre, que, em cada sociedade, à sua maneira, anuncia os funcionamentos psíquicos estruturados discursivamente por certas gestões do social. A aceleração da atualidade, nos faz voltar ao aforismo cunhado por Lacan em 1972 ao prenciar que o aparelho capitalista “anda como sobre rodinhas, não poderia andar melhor, mas, justamente, anda rápido demais, se consome [*consomme*], se consome tão bem que se consuma [*consume*]” (p. 62). Posto está que o aparelho, de rodinhas frenéticas, ilustra que o capitalismo gira sobre si mesmo ao ponto de consumir o laço social. Esse aforismo, tão atual, é a direção de partida desta pesquisa, uma vez que o que está colocado, claramente, é um modo específico de captura do tempo, levando-nos a uma inevitável pergunta acerca de outras experiências temporais, para além dessas rodinhas velozes e constituídas, a fim de que não haja tempo para que um discurso possa se enunciar como posição do sujeito.

Como empregamos neste percurso sobre o conceito de sujeito, para além das organizações modernas individuais, Lacan (1960/1998) se mobiliza para localizá-lo como um efeito lógico de uma posição de linguagem. Damos relevo ao seu estatuto de suspensão significativa, porque insere uma cadência de trabalho com as reconstruções possíveis a partir do que tropeça tanto na clínica quanto no laço social. Tentamos levar adiante a ideia de que o sujeito, em Lacan, seria uma categoria temporal da cadência; isto é, um tempo de pausa (intervalo), que equivoca os sentidos fechados e totalizantes, subvertendo os enunciados sociais de qualificação, *a priori*, da singularidade. Diante dessa construção, em que podemos propor que o tempo cadenciado é uma das circunscrições do sujeito, pensá-lo através do laço social é, além disso, conceber a dimensão temporal necessária à própria estrutura discursiva.

Por isso, trazer a maneira como a psicanálise direciona a temporalidade do sujeito nestes debates nos parece uma chave de leitura valiosa para entender o que está sendo precarizado no nível das operações do sujeito, mas também na própria estrutura do laço social na atualidade. Partimos, portanto, das seguintes inquietações: o tempo com o qual opera a psicanálise é um contradispositivo face à aceleração social neoliberal? Quais as implicações da temporalidade do inconsciente para a posição do sujeito em um discurso? Como já assinalamos, é preciso entendermos, antes, como a psicanálise trabalha a temporalidade psíquica em seu sentido substantivo. No próximo item, portanto, objetivamos percorrer o conceito de temporalidade em Freud. Tal conceitualização, foi marcada pela

aurora dos desenvolvimentos inaugurais de Freud, mas que sobreviveu, admiravelmente, de forma inalterada, ao longo de toda a sua obra. O alcance desse conceito nos autorizou a elencar uma hipótese de trabalho com os laços sociais, situando-os a partir de uma propriedade temporal tributária ao inconsciente e ao desejo.

4.2 A temporalidade do *a posteriori*: do sujeito ao discurso

“Se muito vale o já feito

Mais vale o que será”

(Milton Nascimento, O que foi feito Devera)

O que vamos acompanhando nas discussões relacionadas às plataformas sociodigitais é que o alcance do neoliberalismo reside em uma captura do tempo capaz de impedir que as pessoas não se percebam inseridas em um processo de trabalho social; ou seja, um modo de enquadrar o tempo criado, para que a exploração neoliberal não se torne evidente. Como suscitado, encontramos, na análise de Crary (2014), um vasto estudo, que elucida como o empuxo à aceleração social é um meio decisivo para a efetivação da produção subjetiva no neoliberalismo. O que o autor nomeia de regime 24/7 (horas/dias) é essa tendência à generalização contínua das reproduções sociais do capitalismo, sem ócio, que aparta o tempo de sua grandeza disruptiva, dialética e criativa. Tratar-se-ia, portanto, de uma aceleração imperativa e internalizada, que captura os indivíduos pelo sentimento de dever produtivo vinte quatro horas por dia sete dias por semana (ininterruptos), ainda que tal sensação seja imperceptível socialmente.

Através da psicanálise, podemos inserir, no debate, coordenadas clínicas e políticas, que abarquem uma temporalidade distinta da velocidade das demandas capitalista e que encontram, já em Freud, direções, que postulam o tempo como grandeza decisiva para as operações linguística do sujeito tanto no nível singular quanto no nível da estrutura dos laços sociais. Por isso, antes de esboçarmos as discussões sobre o que está sendo precarizado no aparelho contemporâneo de rodinhas velozes – e onde a psicanálise se localizaria nesse campo –, façamos uma retroação à concepção freudiana de temporalidade, e o que dela permitiu que Freud acessasse a cena inconsciente através de uma hipótese no tempo, compondo um verdadeiro estilo de escuta do laço transferencial.

Ao longo de suas construções, Freud (1933[1932]/1990) sempre enfatizou que a temporalidade do inconsciente rompe com a progressão e linearidade da acepção passado, presente e futuro. Isso fica mais evidente se partimos da definição clássica presente no texto “O inconsciente”, em que Freud (1915/1992) chega a considerar que a atemporalidade do sistema inconsciente desconhece a percepção de passagem e permanência, sendo o filtro dessa distinção tributário ao registro do sistema consciente. Isso significa que o acontecimento psíquico não se desgasta no inconsciente, conservando-se de forma descontínua e inalterada de modo que qualquer referência à cronologia é posta a cabo do sistema consciente. É válido citarmos na íntegra a breve afirmação. Ele diz: “Os processos do sistema Ics são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs” (p. 111).

Por mais que essa atemporalidade nos pudesse soar mais facilmente direcionada, pois é mais adjetiva do que substantiva, é notório que, desde obras pré-psicanalíticas, principalmente o célebre “Estudos sobre a histeria” (1893[1895]/1999) e “Projeto para a psicologia científica” (1990/1950[1895]), Freud constatou, em sua clínica, uma temporalidade de simbolização precipitante, especialmente no que tange ao problema da satisfação no campo aberto pelo desamparo. Ora, Freud inúmeras vezes caracterizou o inconsciente como atemporal e, também, parece apontar o modo singular como a divisão do inconsciente opera no tempo e que está, invariavelmente, atrelada a uma cena com o Outro.

Nessas obras, Freud se depara com a incompatibilidade de vincular a etiologia sexual da neurose a certo registro empírico do trauma, que, como defendia Joseph Breuer, supostamente havia sido vivenciado pelo(a) “doente” na infância e retido fortes catexias patogênicas de afeto. Como já é suficientemente conhecido, seu interesse pela hipnose e pela catarse não era acentuado o bastante para impedi-lo de adotar uma forte oposição às concepções, que pairavam na escola de Salpêtrière e que atribuíam à histeria uma predisposição orgânica, hereditária e desenvolvimentista. Ao invés disso, Freud passou a investigar a etiologia sexual dos sintomas histéricos através da consideração de que o traumático não é algo exatamente desenvolvimentista, mas acrescido a um resíduo irreduzível da sexualidade, que somente é remanejado no *a posteriori* de condições simbólicas bastante específicas. Nesse momento conceitual, tão profícuo na história da psicanálise, o importante é percebermos que a noção de *a posteriori* é empregada por Freud para pensar o trauma como efeito, em detrimento à causa, do núcleo da formação dos

sintomas presentes na neurose. Para ele, a gênese do evento traumático, podendo ser concreto ou fictício, é deposto de uma causa pontual, visto que haveria um estranhamento ininteligível ao Eu e que só adquire sentido retroativamente, claro, a partir dos encobrimentos operados pelo recalque. Nas palavras de Freud (1893[1895]/1999)

Devemos antes presumir que o trauma psíquico – ou, mais precisamente, a lembrança do trauma – age como um corpo estranho que, muito depois de sua entrada, deve continuar a ser considerado como um agente que ainda está em ação; encontramos a prova disso num fenômeno invulgar que, ao mesmo tempo, traz um importante interesse prático para nossas descobertas (p. 253),

No trabalhoso esboço “Projeto para uma psicologia científica” (1950[1895]/1990), Freud estava interessado em percorrer a importância da catexia traumática no surgimento da histeria assim como a maneira pela qual estas só se circunscrevem em um construção temporal do *a posteriori* (*Nachträglich*). Nessa ocasião, Freud apresenta o clássico caso Emma, paciente que havia sofrido um abuso aos oito anos de idade, o qual somente pôde ser representado como traumático a partir de uma segunda cena, associada a condições, para que a atuação do recalque deslocasse a angústia vivenciada por ela para os sintomas histéricos. Aqui, é primordial acompanharmos as próprias palavras de Freud:

As novas investigações revelaram uma segunda lembrança, que ela nega ter tido em mente na ocasião da Cena I. Também não há nada que a comprove. Aos oito anos de idade, ela esteve numa confeitaria em duas ocasiões para comprar doces, e na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa. Apesar da primeira experiência, ela voltou lá uma segunda vez; depois, parou de ir. Agora, recrimina-se por ter ido a segunda vez, como se com isso tivesse querido provocar a investida. De fato, seu estado de *consciência pesada e opressiva* remonta a essa experiência. (...) Agora compreendemos a Cena I (vendedores), combinando-a com a Cena II (proprietário da confeitaria). Basta estabelecer um vínculo associativo entre ambas. Ela própria indicou que ele é fornecido pelo riso: o riso dos vendedores a fez lembrar-se do sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou sua investida. A marcha dos acontecimentos pode ser reconstituída. De fato, a segunda situação tinha ainda outra semelhança [com a primeira]: ela mais uma vez estava sozinha na loja. Juntamente com o dono da confeitaria, lembrou-se de que ele a agarrara por cima da roupa; de que desde então ela alcançara a puberdade. A lembrança despertou o que ela certamente não era capaz na ocasião, uma liberação

sexual, que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, ela temeu que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo (p. 206, grifo nosso).

Como fica posto, Freud trabalha a ideia de que, para haver o trauma, são necessárias ao menos duas cenas relacionados entre si em uma ação psíquica ulterior capaz de reconstituição. Assim, a cena do abuso foi deslocada em um segundo momento associado à formação de símbolos, que conservam as catexias recalçadas da primeira cena. Quer dizer, a cena 2 é a que permite a simbolização retroativa e parcial da cena 1 como traumática, para que a angústia e o afeto retido a ela inerente possam ser representados pela fobia, justificada pelo atentado invasivo de Emma estar sozinha em lojas e pelo asco por proprietários e vendedores. Freud chama de entretempos esse processo de recalçamento ligado a um resíduo impenetrável, que mobiliza a reconstituição *a posteriori*.

A propósito, entretempos seria uma boa maneira de nomear uma posição do sujeito, que, para nós, situa-se como descompasso linguageiro, o qual traz articulações. Seja como for, o que está claramente posto é o modo pelo qual o trauma se inscreve psiquicamente através de uma segunda cena ativada por um trajeto de significação retroativa. Para Amor e Chatelard (2016), havendo uma experiência conservando grande catexia de afeto não articulável ao campo representacional, a incidência do trauma só é possível de ser verificada pelos seus efeitos de retorno no sintoma, agindo como tentativa de tradução daquilo impedido de ser localizado em insígnias de fala.

Lembremos, aqui, que Freud, também, estava às voltas com o mecanismo do recalque. Dessa maneira, o *a posteriori* (*Nachträglichkeit*) é uma operação de reatualização do recalçado veiculada a uma simbolização parcial, que, por remeter à sexualidade traduzida pela mensagem do sintoma, ganha valor de trauma por uma ação psíquica ulterior (Freud & Breuer, 1893[1895]/1999). Se os traços mnêmicos investidos no inconsciente não se extinguem e não possuem distinção entre passagem e permanência, entendemos que o trauma marca tanto a insistência de um núcleo impermeável pelo trabalho do recalque quanto uma cena de catexias (investimentos), que não podem ser reconhecidas pelo sujeito. Adotamos esta leitura de que o trauma estabelece uma relação direta do sujeito com sua própria divisão, instaurando uma temporalidade da sexualidade assim como o que dela é refratário ao trabalho do recalque (Freud & Breuer, 1893[1895]/1999).

Notamos, nessa primeira abordagem da teoria do trauma, que se trata de uma relação necessária entre duas cenas em nenhuma medida arbitrarias, sendo a primeira situada no tempo e a segunda referida à associação da lembrança em experiência de fala endereçada a

Freud (transferência²⁰). Com esse indicativo, não é o acontecimento psíquico acometido ao sujeito demasiadamente cedo ou tarde que configura o trauma, mas a ação psíquica posterior capaz de retroação determinada pelas leis que regem o inconsciente (condensação/deslocamento). Há, no trauma, um duplo movimento, que vai da produção de sentido periódico e descontínuo à exigência de tradução de algo, que interpela o Eu e põe em jogo o trabalho do inconsciente pelo recalque.

Em “Um estudo autobiográfico”, Freud (1925/1996) reafirma as adversidades contidas nos primórdios psicanalíticos ao constatar a impossibilidade de atingir o acontecimento patogênico inicial, sendo ele contingente ou não, e levando-o a reiterar a conjectura do trauma como uma construção de uma cena em dois tempos, propiciados pelo fato de que há fala e mensagem nas construções sintomáticas. É verdade que se trata de movimentos de retroação, porém há, também, uma precariedade das construções da cena, que, embora mantenha uma estrutura, sempre será determinada pelo inconsciente, que desconhece contradição. Em outras palavras, os efeitos de retroação do trauma têm um alcance parcial, uma vez que, para além do conteúdo, o que o trauma vincula é uma exigência de conferir significações pontuais à lacuna do desejo e das catexias da sexualidade.

Logo, conferir um sentido não é atributo do trauma, mas criar condições de remanejamentos psíquico, para que o trajeto em torno do enigma e da sexualidade possa se efetivar. Distintamente de uma gênese oculta a ser revelada, o *a posteriori* é uma operação inexorável à experiência de fala endereçada a um suporte de escuta, muito retratado por Freud ao escutar a transferência e as reconstruções advindas dela.

Segundo Sandra Berta (2012), isso significa que há um para além do sentido contido na contingência, uma vez que se trata, para Freud, de uma ação psíquica, que, também, se impõe como limite à representabilidade. Acrescentamos que tal diretriz ressurgiu em “Além do princípio do prazer”, em que Freud (1920/1996) localizou o trauma a partir da ideia de pulsão de morte e compulsão à repetição, indicando que há limites quanto ao plano da representação, seja no nível consciente²¹ ou inconsciente²². É nesse sentido que o traumático coincide tanto para a ideia de estranhamento do sujeito frente à sexualidade posta como enigma (desejo) quanto para um além do sexual, que insiste na repetição do que jamais ocorreu (*Das-Ding*). A esse respeito, a compulsão à repetição, trabalhada por Freud em 1920,

²⁰ Reedições das moções infantis sobre a figura do(a) analista (Freud, 1912/2017).

²¹ Representação de coisa associada à palavra.

²² Representação de coisa desconhecendo contradição.

denota uma temporalidade, que gera efeitos de simbolização sob fragmentos remanescentes e desligados da economia libidinal²³.

Em todo caso, gostaríamos, aqui, de dar ênfase à atitude freudiana. Freud (1893[1895]/1999) utiliza-se de uma hipótese no tempo como maneira de escutar a posição do inconsciente no laço transferencial. A hipótese, que considera os efeitos de retroação, pode ser resumida como um operador do inconsciente mediante o fracasso do recalque bem como um mediador simbólico, para que o resíduo impenetrável da pulsão possa mobilizar reconstruções possíveis para aquilo que tropeça. Pensemos nas próprias formações do inconsciente, evocadas nos intervalos, pausas e suspensões do recalque sobre a fala, permitindo acessar os rastros do que é preambular no sujeito. Assim, só é possível apontar o inconsciente no resto do recalque; ou seja, somente concernido aos efeitos do que advém como posterior. Em síntese, o *a posteriori* é basilar para a simbolização parcial como saída frente ao conflito (inconciliável) dado pelo campo do desamparo constitutivo.

Em “O Seminário livro 11”, Lacan (1964/2008) reitera o caráter de reatualização do traumático presente na transferência, em seu aspecto de pulsação temporal, em instantes de abertura e fechamento da cena inconsciente. O sujeito, enquanto efeito da divisão pela linguagem, situa-se no “entre” a abertura atemporal da outra cena e o fechamento, que articula o *a posteriori* do sujeito como resto da operação de suspensão e esvanecimento. Luciano Elia (2010) traz uma leitura do *a posteriori* como tempo constitutivo do psíquico, principalmente como operação necessária ao enlaçamento ao Outro da linguagem. Como sugere o autor, o *a posteriori* conjuga a diacronia e a sincronia significantes, estabelecendo uma operação de significação no inconsciente dado no encontro com o Outro. Assim, é no só depois, nessa operação de retroação, mas também de esvanecer, que permitirá ao sujeito o reconhecimento de uma significação, que o lança a algum nível de sua própria constituição. Podemos dizer, com Freud, que o passado é inexistente antes do encontro com o Outro e, sendo “uma anterioridade anteriormente inexistente” (Elia, 2010, p. 48), o sujeito é convocado a responder em um tempo verbal do *a posteriori* das marcas, que o constituem. Aliás, o que Freud nos ensina é que o tempo compõe um verdadeiro estilo de escuta analítica à medida que é a fala que cria o passado articulado a uma posição do sujeito perante o Outro da linguagem.

²³ Definida como grandeza de ligação de representação e afeto (Freud, 1920/1996).

Nos desenvolvimentos de Lacan, é comum encontrarmos a temporalidade sobre os aspectos materiais do sujeito do significante de modo que sua associação ao conceito de *a posteriori* não se evidencia tão facilmente em seus postulados. É Miller (2000), em “A erótica do tempo”, que retoma tal preposição dando radicalidade à dimensão temporal de suspensão e retroação, que, para ele, seria um indicativo de que, assim como a objetividade estaria para o espaço, o tempo estaria para o sujeito como sendo o representante de um intervalo entre o significante do antes (passado) e o significante do depois (futuro). De acordo com Miller, a noção de sujeito permite pensar o tempo como uma escansão significativa, cujo efeito, retroativo e *a posteriori*, produziria uma posição do sujeito em um discurso.

O argumento acerca da pertinência da temporalidade do trauma para pensarmos o tempo dos discursos ganha mais pertinência se nos referirmos às considerações epistemológicas de Jean-Claude Milner (1996). Segundo o autor, a teoria do laço social aponta para uma inerente crítica à linearidade cronológica da história e, rompendo com uma suposta cronologia desenvolvimentista dos acontecimentos sociais, permite que a mutabilidade da temporalidade do sujeito faça com que o discurso tenha alcance de laço social. Tais referências são pouco frequente no ensino de Lacan, mas consideramos seu alcance decisivo para indicar quais as operações psíquicas estão em jogo em uma estrutura em que os laços sociais são mediados pelo campo do Outro, do gozo e do desejo. Um indicativo disso, achamos no seminário inaugural sobre discursos no “O livro 16: De Outro ao outro”, através da assertiva de Lacan (1968-1969/2008) de que o discurso só tem alcance pleno em uma temporalidade retroativa, articulando um “só depois” dos efeitos gerados no sujeito, uma vez atravessado pelos operadores de linguagem. Ele pontua:

Seu interesse é sobretudo atestar que esse primeiro esboço do grafo teve a unção de inscrever, como depois se tornou banal, o que acontece com uma unidade da cadeia significativa, na medida em que ela só encontra sua conclusão ali onde recorta a intenção, no *futuro anterior* que a determina. Quando uma coisa se instaura a partir daqui, que é, digamos, o querer dizer, o que se desenrola do discurso só vem a se concluir ao voltar a esse ponto, ou seja, só adquire seu alcance pleno da maneira aqui designada, isto é, retroativa (Grifos nosso, pp. 49-50).

A expressão “futuro anterior”, cunhada por Lacan em 1953, é habitualmente utilizada para se referir à temporalidade do *a posteriori* do trauma e, também, para lembrar que o passado não está dado *a priori*, sendo somente inserido em uma alternância hiante do só

depois (*après-coup*) da causa do desejo. Em “O seminário, livro 5”, desenvolvido em torno da formalização do desejo inconsciente, Lacan (1957-1958/1999) trabalha a concepção de futuro anterior como um movimento de significação retroativa e subjugada ao atravessamento do sujeito pelo enigma no campo do Outro. Trata-se de uma duplicidade temporal efetuada em progressão (futuro) e retroação (passado) em que podemos considerar um dos fundamentos do discurso. Entendemos que é a lacuna (intervalo) entre esses movimentos que põe em causa o circuito do desejo como devir do sujeito.

Segundo o modo como ela se apresenta na teoria dos discursos, podemos tentar fornecer direções para pensá-la como inexorável ao movimento do laço social. Conforme Sandra Berta (2012), por mais que Lacan tenha sido criticado, em especial por Laplanche, pelo uso da noção de *a posteriori* subordinada à hermenêutica e à materialidade histórica, é mérito do psicanalista francês a retomada da ênfase dada por Freud a esse conceito. Na Proposição de 9 de outubro, Lacan (1967/2003) deixa expressa sua indignação em relação à negligência dos psicanalistas quanto a esse conceito. Ele diz:

Então, vejam, aqui fico completamente chocado com uma coisa: é que o psicanalista não se dê conta da posição decisiva que ele tem ao articular, *Nachträglich* como se exprime Freud, um *a posteriori* [*après-coup*] que funda a verdade do que precedeu (p. 56).

Percebemos, aí, que tal temporalidade é entendida por Lacan como central, inclusive por comportar o estatuto de verdade estruturante. Para além do plano tão criticado por Lacan, ainda nos parece nebulosa sua remissão ao *a posteriori* no seminário inaugural do discurso. Por isso, podemos indagar: quais operadores discursivos esbarram na temporalidade do *a posteriori*? O *a posteriori* do traumático é a operação psíquica essencial para que um discurso faça laço social?

A tessitura temporal escutada por Freud, na aurora psicanalítica, nos parece ganhar atualidade impressionante para pensar o campo da teoria dos discursos. Isso por que a assertiva de Lacan, de que estes teriam alcance pleno no “só depois”, se soma a uma temporalidade necessária ao laço com o Outro. Basta nos reportarmos ao segundo tempo do trauma, sendo possibilitado por uma experiência de fala, que é o que permite uma reconstrução da cena lacunar posta como enigma na relação transferencial. É como se Freud, na teoria do trauma, estivesse atento à questão de saber que, para que a satisfação pulsional remanescente possa ter um remanejamento psíquico, é imprescindível evocar a ordem temporal do desejo traduzido como questão no “só depois” dos embaraços transferenciais.

Como inúmeras vezes advertido por Lacan, trata-se do comprometimento de Freud com a verdade contida na cena primária em detrimento à realidade de um possível sentido original, para evidenciar sua constante busca pelas reestruturações do acontecimento no sujeito (Berta, 2012).

Existe esse aspecto importante, que nos permite arriscar uma leitura do *a posteriori* como próprio da estrutura do desejo. Chama-nos especial atenção a remissão de Lacan ao futuro anterior em um seminário, que inaugura a teoria dos discursos e cuja centralidade argumentativa se baseou na homologia entre a mais-valia de Marx e o mais-de-gozar. Ambos paradigmas do renascente estrutural da causa do desejo (objeto *a*). Como pudemos perceber, o só depois do traumático, na teoria freudiana, aponta para um excedente e certa paralisia do sexual quando não conduzido em uma possibilidade, que, com Lacan, podemos chamar de discursiva.

Como apontam Amor e Chatelard (2016), se a linguagem insere o traumático da estrutura é por depender do campo do Outro enquanto barrado e inapto a fornecer um significante, que seja capaz de qualificar o sujeito integralmente. A inconsistência do campo do Outro, muito trabalhada por Lacan no seminário 16, é o operador estrutural, que viabiliza a inscrição do desejo como causa, precipitante e sem imagem, do sujeito em sua incompletude constitutiva, mobilizando a própria economia de circulação dos laços sociais. A propósito, o estatuto do objeto *a* se formula mesmo como inexistência de um objeto *a priori* para a satisfação, mas que há efeitos, que serão traduzidos em trajetos em torno do “só depois” remanescente, inacessível estruturalmente.

Avançamos com Lacan, explorando esta ideia de que as cadências temporais são balizas, para que o sujeito se posicione no discurso, à medida que sua narrativa retroage à falha estrutural reconstruída por laços sociais de incompletude. Nas palavras de Lacan (1970/2003), em “Radiofonia”: “É preciso tempo para fazer traço daquilo que falhou em se revelar de saída” (p. 427). Portanto, entendemos que o *a posteriori*, segundo o modo como ele se encontra articulado à teoria lacaniana, nos fornece vias para conceber uma temporalidade implícita ao funcionamento do discurso. Em primeiro lugar, compreendemos que o *a posterior* na obra freudiana é balizado por noções como recalque, satisfação e trauma, sendo possível reinterpretá-las na teoria dos discursos através de operações, que circundam em torno do fracasso do gozo, da descontinuidade e do excedente, como o que eleva o desejo à causa emergente no devir do sujeito. Isso nos soa fundamental para as questões que enfrentaremos adiante, principalmente para localizarmos direções

psicanalíticas face à aceleração social do capitalismo, que atua na exploração do desejo, impregnando as possibilidades de circulação dos outros discursos.

A posição que o sujeito assume com respeito aos discursos necessita, assim, de coordenadas temporais. Daí a assertiva de Jean-Claude Milner (1996) ao nos lembrar que a teoria do discurso possui o caráter crítico de antirromance histórico, uma vez que aponta para uma constante reconstrução social das cisões no campo do Outro, denotando que o que outrora foi recalcado, ou negado, retorna no *a posteriori* das possibilidades de enlaçamento do sujeito em cada discurso. A teoria do antirromance histórico, além de romper com uma temporalidade desenvolvimentista – o que restringiria o sujeito aos marcadores estabelecidos por modelos hegemônicos de poder e saber –, também, põe em cena a densidade das fraturas culturais, que foram negadas, mas que obstinadamente persiste no interior de uma estrutura, cujo componente é a insistência de uma causa real. Nesse quadro, se podemos fazer uma leitura sobre a temporalidade do traumático na teoria dos discursos, devemos, aqui, sermos freudianos. O que Freud aponta com a teoria do trauma é que, ainda que a cena inconsciente sofra fortes agentes repressivos, o trauma insiste em reenviar um lugar para o desejo a partir da reconstrução de uma cena enlaçada ao lugar simbólico do Outro, dando condições para que o sujeito possa a isso responder, seja na transferência, seja no social.

De acordo com Maria Rita Kehl (2009), o tempo expressa o bojo do tecido social de modo que a estrutura de sua experiência vem a revelar os ritmos subjetivos que uma cultura pode permitir. Assim, o tempo organiza a maneira como um sujeito pode vir a apreender certas camadas primordiais do social como a classe, o corpo, a cultura e as gramáticas de troca, que, em primeiro plano, refletem uma posição de mundo perpassada por laços de estrutura. À guisa de Freud, compreendemos que o tempo, para cada sujeito, institui uma posição psíquica sobredeterminada pelo inconsciente. Isto é, não somos senhores de nossa própria relação com o tempo, sendo esse ponto de suspensão, inqualificável, uma via pela qual extraímos o efeito de uma historicização singular. Melhor dizendo, o sujeito é um categoria temporal da cadência, que faz com que uma fala não prescindia do laço social, que a acompanha.

Na atualidade, como marca moderna, o capitalismo tem expandido formas de exploração subjetiva por meio de regimes de poder cada vez mais indiscerníveis e aliados a dispositivos de enquadramento do tempo para captura subjetiva. O próprio esqueleto do capital faz com que aceleração assuma um elemento preambular para a apropriação de subjetividades, que só se reconhecem em organizações sociais produtivas, em que o tempo

psíquico nunca é aódoado o suficiente para acompanhar as ágeis engrenagens do modo de vida neoliberal. A expressão *Time is Money* espelha uma experiência em que a percepção social do tempo passa a ser contabilizada e, transformando-se em uma mercadoria, também, passa a sobredeterminar, psiquicamente, as experiências de laço e troca com o outro. Para Byung-Chul Han (2016), por mais que em outras épocas houvesse um regime temporal instituído na ordem de produtividade, é somente com o capitalismo avançado que o tempo disperso passa a ser um elemento substancial para a produção de mais-valia, que, conseqüentemente, se perpetua em modelos subjetivos atrelados ao campo do trabalho, dos afetos e do social.

Estrutura mais do que nunca frequente na atualidade e que mobilizou um desenfreado alcance com a chegada das redes sociodigitais. Como vimos, para Sergio Silveira (2021), a interferência da informatização no social, embora tenha emergido em meados de 1930-1970, ganhou alargamento no século XXI com o surgimento das redes sociais enquanto aparato descentralizado e escuso de produção, que vem a determinar o campo do trabalho, dos formatos de consumo e, principalmente, das identidades sociais dentro de processos intersubjetivas.

Na primeira seção, tentamos colocar em voga em que medida as plataformas sociodigitais não se equivalem, necessariamente, a um novo sistema de troca, visto que o que estas acentuam é uma aceleração mais vital à engrenagem de apropriação e exploração capitalista. Isso por que, para Marx, em “O Capital”, de 1867, citado por Dantas (2022), a apropriação do tempo do ócio para o imperativo produtivo é uma propensão personificada pelo próprio capital, que, por sua vez, desconhece os ritmos humanos e a presença de outros funcionamentos subjetivos exteriores ao setores viesados por identidades de produção. Lembremos, disso, resulta que as redes sociais seriam um campo mais agudo dessa apropriação da subjetividade temporal, dirigindo a marcha de exploração psíquica pelo “consumo acelerado, volátil, descartável. Ao tempo de rotação acelerado da produção e de realização, há que corresponder a um tempo de consumir e descartar” (p. 74).

Lembremos, também, a leitura de Franco Berardi (2019) ao sinalizar que a semiótica, associada à temporalidade instantânea, e deslocável dos processos de produção, resulta em um aumento de valorização do capital proveniente da exploração social de unidades de tempo. Ou seja, é preciso acelerar mais e mais as subjetividades. Conforme o autor, a aceleração das máquinas passa a se introduzir nos formatos de trocas nas plataformas

sociodigitais, de modo que a performance do capital passa a ser internalizada pelos próprios indivíduos atravessados por aparelhos ininterruptos de exploração.

Diante desse cenário, é preciso reafirmarmos que o tempo está sendo apropriado pelo neoliberalismo, mecanismo que vem escalonado com a chegada das redes sociais. Como consequência, o que resta a essas subjetividades é uma aceleração psíquica instituída, que conduz a formas de vinculação precarizada, em que não há tempo para que um discurso do sujeito possa fazer laço social. Aqui, podemos levar adiante duas perguntas: quais as consequências dessa aceleração para os operadores discursivos em um tempo em que o tempo psíquico parece estar sendo negado o que pode, conseqüentemente, trazer dificuldades para a circulação dos laços sociais? Do mesmo modo: essa aceleração social mais aparente nas redes pode nos fornecer índices para pensar as subjetividades contemporâneas?

Como podemos perceber, inserir a maneira como a psicanálise compreende a singular temporalidade do sujeito nessas discussões nos parece uma chave de leitura importante para entendermos o que está sendo precarizado tanto no nível das operações do sujeito quanto na própria estrutura do laço social na atualidade. Se o tempo é uma das circunscrições do sujeito, tal como pensado pela psicanálise, pensá-lo através do laço social é, também, traçar a influência temporal indispensável à própria estrutura discursiva e seus operadores de linguagem. Por isso, antes de chegarmos no que está sendo precarizado no aparelho contemporâneo de rodinhas desenfreadas, é primordial compreendermos, antes, o que Lacan formaliza como discurso. Assim, objetivamos, no próximo item, percorrer a teoria dos discursos cunhadas por Lacan entre os anos de 1968 e 1972, a fim de elencarmos quais operadores da linguagem arranjam tal campo assim como dar centralidade à construção do conhecido discurso do inconsciente (mestre) e sua inversão, que ocasionou a elaboração do que ele nomeou de discurso do capitalista. Privilegiamos passagens históricas e sociais desses desenvolvimentos de Lacan, pois entendemos que o que o psicanalista francês expõe são as controversas modernas da acoplagem entre o mestre moderno, o discurso do saber e o capitalismo.

4.3 Os discursos: a temporalidade do laço social

*“Enquanto os homens exercem
Seus podres poderes
Motos e fuscas avançam
Os sinais vermelhos”*

Começamos por retomar o contexto histórico em que Lacan (1969-1970/1992) concebe sua teoria dos discursos em meio à efervescência das tensões identitárias no campo estudantil, decorrentes dos movimentos contracultura de maio de 68 na França. Nessa ocasião, segundo Júlio Castro (2019), os movimentos interrogavam as instituições de poder e saber representadas pela universidade, refletindo o mal-estar contemporâneo dos impasses relativos à queda dos ideais – em que gozo se depara com as figuras de autoridade em “declínio” – e às formas de dominação regidas pela ciência e pelo discurso intelectual. A própria posição de Lacan (1969-1970/1992), perante tais movimentos, por exemplo, nos parece expressar cautelas quando infere que a greve dos(as) trabalhadores(as) e estudantes relacionadas às reivindicações em face do sucateamento das hegemonias dominadoras, foi um evento social, que colocou em crise as verdades totalizantes tidas até então. Ponto pelo qual seria possível, para ele, que os laços sociais emergissem, através dos limites de seus representantes discursivos, nesse contexto, referidos à impossibilidade de governar e educar. De algum modo, foi uma maneira de Lacan manter vivo algo que ele mesmo evitava, pois tais manifestações evocavam, criticamente, aforismos, tais como *as estruturas não caminham pela rua*.

Além dessa atmosfera contraculturalista, encontramos, nos estudos de Vinicius Darriba e Mauricio d’Escragnolle (2017), uma notável análise acerca dos aspectos políticos presente na teoria dos discursos, que, em primeiro plano, expõe um uso linguístico distanciado de componentes meramente formais, haja vista que se tratou, para Lacan, de ampliar tais operadores às dimensões econômicas, que circundam um sujeito, atravessado pelas impossibilidades estruturais. É nesse sentido que Lacan (1969-1970/1992) emprega uma leitura contrária às perspectivas universalistas das profundas camadas sociais, que envolvem a estrutura do Outro e do sujeito, aqui, pensadas pelo impossível de dizer e de inscrever. Dizem os autores:

É neste sentido, ele mesmo político, que Lacan vai então buscar em seu ensino uma nova forma de teoria da linguagem. Para ele, a noção de discurso na medida em que implica necessariamente uma multiplicidade de estruturas particulares irreduzíveis umas às outras e, sobretudo, identificáveis a formas vivas de existência, caminha em sentido inverso ao do estudo da linguagem (p. 545).

O discurso tem, assim, um valor de manifestação histórica, pondo em cena o limite da estrutura da linguagem, diante do qual irão advir formas de fazer laço social com a estrutura do Outro e também com os impossíveis. Darriba e d'Escragnolle (2017) argumentam a assertiva de que os discursos não trabalham com um registro de uma enunciação *a priori* da subjetividade, mas no modo como essas subjetividades vão ser organizadas a partir de uma localização de tensões sociais concretas e acessíveis historicamente.

Levando em conta as expressões históricas marcando todo o atravessamento de Lacan nesse período, encontramos, no seminário “O seminário – Livro 16: De um Outro ao outro” (1968-1969/2008) o alicerce do que viria a ser sua teoria dos discursos. A introdução dos discursos, aqui, se deu em um eixo permeado por reconstruções conceituais relativas às influências da antropologia e da linguística estruturalista. Ainda que preservando tais influências, Lacan redimensiona o estatuto do Outro, que, além do lugar de tesouro do significante, passa a inserir uma inconsistência estrutural irreduzível ao registro linguageiro.

É algo que Lacan identifica em meio a embaraços, pois, considerar a inconsistência do Outro como operador da estrutura que constitui o sujeito, o conduz à concepção de uma ausência de metalinguagem na cultura; isto é, uma inexistência do Outro, que fosse capaz de conferir elementaridade ou consistência a uma lei universal estruturante. Em lugar disso, o laço social é lido por Lacan (1968-1969/2008) a partir da insistência de um remanescente estrutural necessário à própria economia de circulação dos discursos; elaborações, que culminaram, cerca de um ano “só depois”, na clássica definição de discursos como estrutura sem palavras composta por modalidades de laços sociais. Em “O seminário o livro 17: O avesso da psicanálise” Lacan (1969-1970/1992) profere:

O que prefiro, disse, e até proclamei um dia, é um discurso sem palavras. (...) Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas (pp. 11-12).

O discurso sem palavras, que prescindem das enunciações efetivas, culmina em laços sociais convocados pela marca das impossibilidades da cultura. Porém, são sem palavras, mas posicionados no campo linguagem. Através dos desenvolvimentos freudianos sobre a cultura, presentes especialmente em “Análise finita e infinita”, Lacan (1937/2017) concebe os discursos como posições do sujeito frente aos impossíveis de educar, governar, e curar,

adicionando o fazer desejar, que permite que o sujeito assuma um determinado semblante no laço social.

O que observamos ao longo do seminário, é que a estrutura sem palavras remete tanto ao limite do significante quanto a uma interdição do acesso direto à verdade do sujeito, que, como semidizer, aponta que um discurso só se estabelece se remetido às impossibilidades da cultura e do irremediável furo do saber. Se para Lacan (1969-1970/1992) o saber anexa um meio gozo, por produzir significações parciais para o sujeito face à falha da estrutura, a verdade, por sua vez, situaria um operador discursivo, que sinaliza o real inalienável à ordem simbólica. Isso por que o saber vem a se instituir em torno de uma lacuna, permitindo que a verdade seja registrada como uma ficção mítica, que convoca as operações do sujeito em sua divisão.

Vinicius Darriba (2010) esclarece esse aspecto importante da verdade extraída por Lacan do próprio modo como Freud tratava os impasses originários, que, à sua maneira, se organizam ao modo de uma ficção, como fica claramente assumido em suas deduções sobre as origens presentes no conhecido texto “Moisés e a religião monoteísta”, em que Freud alega que o que foi negado pelos interesses políticos de uma época é o que estruturou as crenças do seu próprio povo. O que é importante percebermos na análise de Darriba (2010) é a concepção de verdade como operador, que sinaliza uma recusa, pondo em cena a insistência de um resto fundamental para o advento do sujeito e que marca uma destituição de todo saber prévio. Para Darriba, o que muda em Lacan é esse giro de concepção, que permite conceber o sujeito como uma posição de divisão entre o saber e a verdade em uma estrutura de enunciação. Como assinala o autor:

Se vimos afirmando que a verdade por Freud é buscada, podemos acrescentar agora que nem sempre será encontrada onde se espera. Na própria experiência analítica, o que se designa como verdade inconsciente impõe-se de modo imprevisto, em ruptura com o que o eu pode veicular. O que diferencia o autor Freud, em sua relação com a própria obra, é que ele não recua diante da evidência de que a verdade não se acopla a um saber prévio. (p.303)

O inconsciente é assim concebido como um saber, que se impõe como a verdade da divisão do sujeito, maneira pela qual Freud mobilizou sua busca por um estranhamento primário, que habita a organização languageira. Embora tenhamos na teoria dos discursos uma concepção de descontinuidade entre o saber e a verdade, que aponta para o real, acompanhamos uma clareza do autor em localizar a verdade enquanto o que trabalha com

os impossíveis da estrutura, seja no nível do significante (sujeito), seja no nível do gozo (real).

Como sinalizado por Júlio Castro (2019), o estatuto da verdade no discurso cumpriria esta função ética de reaver para o sujeito sua incompletude constitutiva. Isso significa que os discursos operam um fragmento velado da verdade em determinado enquadramento social, registrando que o saber, no nível discursivo, não pode ser enunciado sem uma perda para o sujeito. Assim, a consolidação de um discurso, como laço social, depende do modo como seus elementos agenciados irão confrontar a verdade em uma estrutura de impossibilidades instituintes. Não à toa, Lacan (1969-1970/1992) concebe, mesmo que tacitamente, que a relação de disjunção entre o saber e a verdade é a estrutura com a qual operou os movimentos contraculturais de maio de 68. Isso por que as reivindicações dos campos estudantil e trabalhista foram uma greve ideológica. Quer dizer, ao colocar em crise a verdade, se metaforiza que a natureza de um discurso é inserir no social modalidades de posições para o sujeito perante o impossível (real). Diz Lacan (1968-1969/2008): “O discurso que se sustenta é aquele que pode manter-se por muito tempo sem que vocês tenham razão para lhe pedir que explique sua verdade” (p.42).

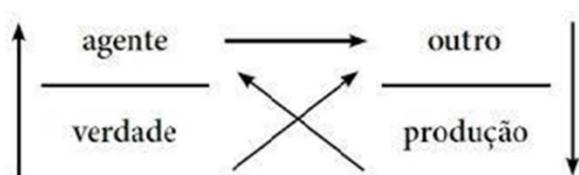
Parte decisiva para essa definição se encontra em “O Seminário livro 16: de um Outro ao outro”, em que Lacan (1968-1969/2008) elenca a homologia entre a mais-valia de Marx e o mais-de-gozar – tipificado, aqui, como excedente e condensador de gozo –, para formalizar a propriedade de circulação e economia pulsional do discurso em torno de um excedente real, que impõe limite ao campo simbólico. Para Colette Soler (2011), a leitura empregada por Lacan da mais-valia reside tanto na ideia da exploração do trabalho que não é paga ao trabalhador quanto em uma redução da força de trabalho à condição de que o(a) trabalhador(a) pense ser possível recuperá-la nas trocas cotidianas. Tal homologia é, para Lacan, um índice estrutural do remanescente perdido, sendo um gozo interdito ao sujeito, que convoca o circuito do desejo (objeto *a*).

Conforme Doris Rinaldi (2002), ao passo que o objeto seria um representante da articulação entre o desejo e a verdade atrelado à produção, o mais-de-gozar situaria um índice da interseção entre os campos do saber, gozo e Outro. Para a autora, o saber fornece uma defesa frente à verdade, que se impõe, desvelando a impossibilidade de equivalência entre sujeito e objeto suposto à satisfação. É nesse sentido que o discurso permite ao sujeito fazer laço social com semblantes da incompletude constitutiva na ordem do simbólico assim como com um real intransponível das estruturas impossibilitadas.

Passamos, então, a um breve plano descritivo do que Lacan (1969-1970/1992) postula como seus matemas quadripartite; isto é, operadores lógicos de linguagem, que venham ao auxílio de Lacan (1969-1970/1992) na tentativa de transmitir algo do real, que inerentemente circunda tais estruturas. Segundo Júlio Castro (2009), para dispor de um aparelho, que interpele a enunciação e as impossibilidades, Lacan instrumentaliza a matemática algébrica matricial²⁴ para fundamentação do uso das letras e a permutação cíclica²⁵ como lógica balizadora da rotação dos elementos na estrutura. Com esse arranjo, e privilegiando termos alusivos de suas proposições até então, Lacan (1969-1970/1992) distribui quatro letras cambiantes, sendo elas: *a*, como causa do desejo e condensador de gozo; \$, sujeito dividido pela linguagem; S1, significante mestre mediante ao qual a bateria dos demais significantes converge; e S2, como saber produzido por uma articulação da bateria significativa.

Os quatro elementos são dispostos em quatro lugares distribuídos em dois quadrantes sustentados por uma barra (/), que se identifica à figura de uma resistência à significação efetuada pelo recalçamento. Ou seja, sinaliza os pontos de tensão, ou negação, especificados pelos lugares onde cada elemento incide nos discursos. Por isso, Lacan (1969-1970/1992) cunha índices de acesso aos tensionamentos do significante pelo sujeito, por intermédio da seguinte configuração, conforme citado por Júlio Castro (2019):

Fig. 1. Os lugares do matema e a direção de interseções.



Fonte: Castro (2019, p. 249)

²⁴ Júlio Castro (2019), através de definições do dicionário, nos define a álgebra como área da matemática, que estuda as leis dos processos formais de entidades abstratas. A álgebra matricial, por sua vez, designa o cálculo das propriedades e transformações de uma estrutura associada à soma, ao produto, à combinação de linhas, colunas etc. Conforme o autor, os discursos se consolidam como álgebra, uma vez que atribuir faz com que o real tenha alcance de letra, permitindo um transmissão do que escapa à linguagem.

²⁵ Trata-se de um modo de organização de um conjunto determinado pela permutação, sem comutação, de modo que cada elemento é substituído pelo subsequente (sentido anti-horário) ou pelo precedente (sentido horário) (Castro, 2019).

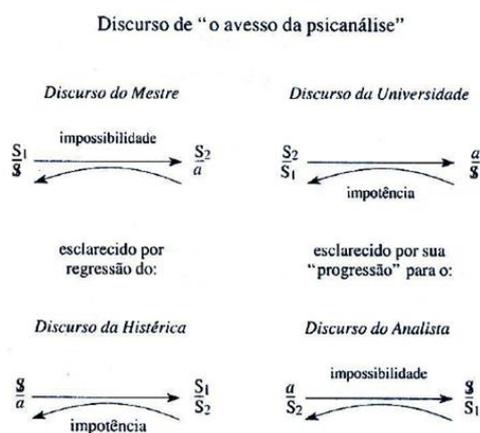
Como podemos notar, Lacan emprega (1969-1970/1992) setas de implicação para indicar a direção da cadeia significante assim como para a função de quarto de giro responsável pela conversão de um discurso em outro, seja por progressão (sentido horário) ou regressão (anti-horário). É controverso, mas a circulação dos elementos, em quarto de giro, depende de uma sequência lógica progressiva, resguardando a configuração estática dos lugares na estrutura discursiva. Para nós, a importância dessa organização se deve à prerrogativa de Lacan de que tais rotações (progressão/ regressão) assumiriam coordenadas do inconsciente, representando a mudança e a interveniência estrutural de um discurso em relação aos demais. Mais ainda, se cada discurso porta pontos de fuga, os quais sinalizam o real, que faz com que se torne impossível deduzir seus efeitos *a priori*, não seria exagero indicar seu caráter temporal de um “só depois” instituinte, visto que Lacan (1969-1970/1992) emprega as barras de negação para indicar que é preciso que a intenção discursiva falhe (claudique), para que os discursos recorram a tais pontos de fuga associados à circulação discursiva.

Lembremos: temos ao menos dois aforismos lacanianos, que nos remeteriam ao componente temporal de circulação do discurso, que, aqui, se encontra indiretamente posto na própria organização dos matemas. O primeiro deles, como vimos, reside no seminário de 68, em que Lacan atribui o alcance pleno do discurso a uma rotação regressiva estrutural; o segundo deles, um pouco depois em 1970, ao elucidar que o tempo das claudicações, do intervalo, comporia a mola mestra, para que um discurso opere os efeitos de significações perante o irremediável furo do saber. O que poderia soar certo anacronismo, portanto, é o que nos autoriza uma leitura, que aproxime tal rotação (regressão/ progressão) com o *a posteriori* do traumático, que trabalha o real, e o intervalo do sujeito do inconsciente como operador discursivo, ambos índices dessa temporalidade psíquica necessária ao próprio movimento dos laços sociais. Adotar a aposta de uma inerente relação do discurso com o tempo psíquico nos ajudou a esclarecer como o curto-circuito do capitalismo opera em uma apropriação temporal, que promove um fechamento circulativo para o sujeito, o que trataremos de encaminhar no item destinado ao aparelho capitalista. De qualquer modo, é preciso situarmos, antes, a estrutura discursiva da qual o discurso do capitalista parte. Voltemos, então, ao acompanhamento do que Lacan postula como discurso.

Quando Lacan (1969-1970/1992) reflete sobre as relações estabelecidas entre os lugares, elementos, barras e vetores, o que está em comum a eles é que estes são condicionados, também, pela impossibilidade situada entre o agente e o Outro do discurso,

e pela impotência, que parte da produção em direção à verdade, instaurando uma proteção quanto ao acesso direto a esta. Assim, é por estabelecer relações de tensões, de perdas e de renúncias pulsionais que edificam barreiras ao gozo, que faz com que os discursos sejam aparelhos, que enquadram um remanescente real (objeto *a*) no laço social. Considerando esse limite, os quatro discursos constituem-se por uma estrutura, que se dispõe de quatro lugares estáticos concernentes ao agente²⁶, ao Outro²⁷, ao produto²⁸ e à verdade²⁹, diante dos quais, quatro elementos cambiantes, S_1 ³⁰, S_2 ³¹, a ³² e $\$$ ³³, rotam em quarto de giro, resultando em modalidades específicas de enquadre do gozo e laços sociais marcados por impossíveis constituintes. Finalmente, com a concatenação desses termos nos quatro lugares estáticos, sem comutação (não modificando a ordem), tem-se o total de quatro laços sociais discursivos: Mestre, Histeria, Universidade e Analista (Lacan, 1969-1970/1992).

Fig. 2. Os quatro discursos e o quarto-de-giro.



²⁶ Lugar que determina a direção de um discurso através da operação de determinado elemento.

²⁷ Lugar mediante o qual o agente se dirige, endereçando uma relação específica de troca com o Outro.

²⁸ Lugar que permite operar o que se produz de efeito da relação entre o posicionamento do agente e do Outro.

²⁹ Lugar que opera o que é negado pelo discurso e, por ser um ponto de velamento e não de acesso, tende a retornar e movimentar o circuito discursivo.

³⁰ O significante mestre tem a função de instituir uma marca, mediante a qual os demais significantes diferenciais vão se articular

³¹ Além de se caracterizar como o significante do saber de um discurso, trata-se de uma função lacunar, que articula os significantes diferenciais em uma bateria significante.

³² Condensador de gozo (circulação) e causa irrepresentável de desejo.

³³ Sujeito dividido pela linguagem. Define-se por uma/um falha/intervalo, que só emerge entre a bateria significante. Por possuir o estatuto pontual/evanescente inapreensível à qualidade, o sujeito não pode ser acessado diretamente pela linguagem. Dessa forma, somente podemos ter acesso ao sujeito por meio de seus rastros; ou seja, dos efeitos das claudicações, das formações do inconsciente e dos impasses expressos em cada trama pulsional particular.

Fonte: Lacan (1970/2003, p. 447).

Muito embora a presença e a intercalação entre os quatro aparelhos sejam o que anima o laço social, nosso relevo, a partir daqui, será voltado ao discurso do mestre e o que dele reflete a mola matriz dos operadores languageiros presente nos demais discursos. Igualmente, cabe já assimilarmos a ideia de que são as ressonâncias históricas e políticas desse discurso, dentro do espectro moderno, que culminou no aparelho capitalista – tal como apresentado por Lacan em 1972 –, passando de uma regulação meramente econômica para uma mutação que inverte, e de certo modo recusa, as funções inscritas pelo laço social de linguagem. Passamos, então, a acompanhar como Lacan esboçou o discurso do mestre enquanto estrutura do inconsciente.

Em “O seminário 17” (1969-1970/1992), a matriz dos demais discursos é inferida por Lacan a partir de Hegel (1807/2007), especificadamente retirada do célebre quarto capítulo de “A fenomenologia do espírito”. Isso por que a dialética do senhor e do escravo situaria, para ele, o representante histórico da operação mínima da linguagem, a saber, do significante como o que representa o sujeito junto a outro significante a partir de uma alienação à estrutura do Outro da linguagem. Afirma Lacan (1969-1970/1992):

Antes de que falasse apenas disso, isto é, que o chamasse por seu nome – pelo menos é o que ressalta em Hegel, e é muito especialmente ilustrado por ele – já estava manifesto que era no nível do discurso do mestre, do senhor, que aparecia algo que nos concerne quanto ao discurso (p. 18).

A leitura de Hegel, utilizada por Lacan (1969-1970/1992), é tomada de empréstimo do programa apresentado por Kojève, entre 1933 e 1939, na *École Pratique des Hautes Études de Paris*. Nessa ocasião, o autor deu centralidade à fenomenologia estrutural, de cunho material dialético, marcada pelo conflito entre a consciência de si e a socialização do desejo, situado pelos processos de reconhecimento no interior das trocas sociais. Basicamente, o que interessa a Lacan na leitura de Kojève (1933-1939/2014) dessa dialética é como esta traz consigo a marca de uma disputa histórica entre duas consciências de si, cuja base antropogênica põe em cena o desejo de reconhecimento, que só pode se concretizar nas relações sociais com o Outro, aqui, vinculadas ao trabalho e à dominação.

Nas contribuições de Richard Simanke (2002), tendo como ponto de partida a negação do vital e o desejo de outro desejo, a dialética entre o senhor e o escravo vem responder às duas proposições de Hegel referidas à servidão e à dominação no processo de

reconhecimento. O que é fundamental percebermos é o reconhecimento como valor assumido pelo sujeito quando atravessado pelo Outro, seja na figura do dominador ou do dominado. Existe um outro aspecto, como reitera Simanke (2002), de que há, invariavelmente, a superação dialética da servidão primária, sendo o que impõe limite à natureza da maestria. Ao passo que o senhor não reconhece dignidade humana naquele submetido à dominação, e embora seja por ele reconhecido, isso não garante a prerrogativa de sujeito ao senhor. O que Kojève (1933-1939/2014) apresenta é que o reconhecimento que o senhor extrai do escravo é simples aparência, pois é mero utilizador dos objetos produzidos pelo escravo. Assim, ao destituir o valor humano do escravo, o desejo do senhor é restringido ao natural, não podendo ser mediatizado pelo desejo do outro.

Como pudemos perceber, o programa kojéviano exprime em que medida o desejo desmantela o homem da quietude, lançando-o à ação opositora, que se transforma em outra realidade relativa ao que foi negado e, também, do que da negação se veicula ao endereçamento ao Outro depósito de consistência. Diante desse quadro, o mestre é destituído da divisão pelo desejo como também do saber como via de gozo. O que Lacan vai extrair dessa relação diz respeito ao próprio modo de ordenamento da linguagem. Isto é, qualquer significante pode contemplar o lugar de significante mestre, basta exercer uma função instituinte, que lança o sujeito em um circuito de contínuo movimento de endereçamento, interpelado dialeticamente pela negação de um estado vital *a priori* (Lacan, 1969-1970/1992).

Grosso modo, o que interessa a Lacan (1969-1970/1992), cumprindo finalidade para a teoria dos discursos, é o desejo como matriz, que viabiliza que o sujeito se volte para sua condição de assujeitamento, conduzindo ao rompimento com a alienação à suposição do objeto último à satisfação. A conclusão lacaniana não poderia ser outra: é a partir da falta que o sujeito se volta para sua condição de ser mirado e determinado por um Outro desejo, igualmente, confrontado com a falta. Quer dizer, o desejo, como negador do vital, de *a priori*, é somente concebido por Lacan como um objeto faltante a despeito da impossibilidade da relação, ou equivalência, entre sujeito e objeto. Lacan não se detém aí. A partir dos anos 1950 e 1960, cujo ápice são as concepções de causação, que constituem o sujeito a partir do enlaçamento entre alienação e perda, encontram-se os encaminhamentos para a teoria dos discursos que opera; em resumo, a partir do que resta do assujeitamento do sujeito ao Outro, a saber, o objeto a na vertente mais-de-gozar.

É nessa visada que o discurso do mestre traduz o assujeitamento primordial ao significante, estabelecendo a relação entre S1 e S2, o efeito do sujeito barrado e o resto irreduzível, que retorna impondo um limite ao registro do significante. Portanto, o que a posição do escravo revela é o “saber-fazer” com aquilo que é desejado (ou demandado) pelo mestre, mas um saber, que se produz a partir de um resto inarticulável e eleva a falta a uma casualidade posterior e inapreensível (mais-de gozar/causa do desejo). É nesses termos que a retomada à dialética do senhor e do escravo na teoria dos discursos põe em questão a verdade enquanto irmã do gozo e o saber enquanto meio de gozo, ambos retrabalhados, em várias frentes, em junção como a ideia de circulação em Marx, vinculada à repetição do resíduo inalienável, que retorna como laço social dado pela marca da impossibilidade da maestria (Lacan, 1969-1970/1992). Algo que caminha para a observação de Safatle (2006) ao indicar que, estando confrontado com a hostilidade do mundo natural, há uma angústia, que lança o escravo à negação, a qual conduz tais desejos adiados a outros destinos, que podem ser inventivamente distintos da repetição da servidão.

Em Lacan (1969-1970/1992), o que conduz ao saber não é o desejo de obtê-lo, mas o laço social representado pelo sujeito que o delega ao senhor ao mesmo tempo que denuncia a insuficiência e precariedade do saber detido nessa função. Isso aponta para o impasse e limite da mestria, qual seja, de que o “verdadeiro senhor não deseja saber absolutamente nada” (p. 21). Como é o escravo que detém o saber e, portanto, os meios de gozo, para Lacan, o único fragmento de saber possível para o discurso do mestre (senhor) é de sua própria insuficiência. Isto é, o importante aqui é a consideração de que nesse aparelho o mestre reconhece e suporta sua própria barra. Quanto a isso, diz Lacan:

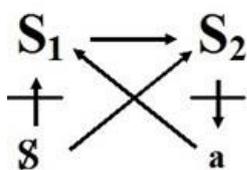
Se há algo que a psicanálise deveria forçar-nos a sustentar tenazmente é que o desejo de saber não tem qualquer relação com o saber – a menos, é claro, que nos contentemos com a mera palavra lúbrica da transgressão. Distinção radical, que tem suas consequências últimas do ponto de vista da pedagogia –, o que conduz ao não é o desejo de saber. O que conduz o saber é – se me permitirem justificar em um prazo mais ou menos longo – o discurso da histórica (p. 21).

É essa operação pela qual o sujeito se consistiu, em que Lacan (1969-1970/1992) extrai da dialética hegeliana os fundamentos para pensar as próprias interrogações estudantis de maio de 68 referente à maestria e aos saberes prévios mercantilizados pela universidade. É com esse crivo, como bem observa Júlio Castro (2019), que o seminário 17 marca uma ultrapassagem de Lacan (1969-1970/1992) quanto à sua pretensão de somente retornar a

Freud, visto que, para formular os discursos, foi preciso pensá-los para além do mestre, do pai simbólico freudiano e dos ideais do Eu encarnado nos líderes nos processos de identificação grupal.

Isso significa que, além de representar a estrutura mínima de alienação à linguagem, o que Lacan (1969-1970/1992) nos apresenta é um aparelho, que produz o sujeito a partir da inconsistência estrutural necessária ao próprio funcionamento da cultura. Nessa perspectiva, Lacan o considera, também, como o discurso do inconsciente, representado nos seguintes termos: a cadeia significante está simulada pelo vetor que vai do agente ao Outro (S1→S2). Aqui, o significante mestre (S1) designa uma marca, que irá se articular ao campo já constituído de saber (S2), estabelecendo uma cadeia retroativa de significações, indissociáveis da alteridade e do enigma do desejo no campo do Outro. Como assinalado, sendo o gozo conferido ao escravo, tem-se o desvelamento da divisão do mestre. Com isso, o sujeito (\$), que não pode ser representado nem tão pouco capturado integralmente pelo significante, ocupa o lugar de verdade nesse discurso, demarcando que a função negada nesse aparelho é a incompletude e a inconsistência da estrutura da mestria. Conforme bem trabalhado por Magali Silva (2012), na posição de produção, o objeto *a*, causa de desejo e condensador de gozo (mais-de-gozar), designa um resíduo não redutível à cadeia simbólica, desvelando o fracasso do gozo engendrado pela intenção discursiva, que, nesse discurso, refere-se à impossibilidade de governar o que não se pode dominar em relação ao escravo, mas, também, ao saber (Lacan, 1969-1970/1992).

Fig. 3. O discurso do mestre.



Fonte: Lacan (1972, p. 24)

O discurso do mestre fornece, então, o núcleo preambular de derivação dos demais discursos, fazendo com que estes possuam resíduos do atravessamento concernentes à alienação à linguagem. Isso fica claro, por exemplo, quando Lacan (1969-1970/1992) emprega a dialética hegeliana para pensar em que medida a filosofia seria um dos representantes históricos da apropriação do saber pelo senhor, que, por sua vez, passa a

utilizá-lo em benefício próprio, sem que isso implique um domínio direto. Lacan, também, trabalha a colonização, embora não explicitando seus termos, como uma empreitada, que congrega, regressivamente, o discurso do mestre e o discurso universitário, função pela qual seria possível dominar onde não se educa e educar onde não se domina. Como aponta Magali Silva (2012), o sujeito, ainda que evoque a divisão do mestre, ao tentar empreender respostas para o enigma do desejo do Outro o restitui a partir do lugar que ele é convocado a saber sobre o gozo. Isso fica muito evidenciado no matema desse discurso, em que há um endereçamento de um saber no lugar do Outro, produzindo formas de velamento da verdade com a qual trabalha esse discurso, a saber, o desejo como causa inventiva, mas que somente se realiza no circuito da incompletude e insatisfação.

Portanto, o que extraímos do aparelho do mestre é que cada discurso, à sua maneira, trabalha em torno de zonas de perda, que circunscrevem a insistência de um real intraduzível, mas que nem por isso deixa de comportar uma transmissão articuladora. Circunscricões, que permitem que o sujeito se posicione diante do impossível, da inconsistência da estrutural e da dissidência do desejo em aparelhos culturais, que fornecem meios de fazer laço social a partir das gramáticas de incompletudes simbólicas e impossibilidade reais e constitutivas.

Esse rigoroso campo de formalizações empreitadas por Lacan em suas concepções de discursos sofreu, claramente, uma aguda controversa quando ele passou a considerar o capitalismo como um discurso que recusaria o laço social. Na conhecida Discurso de Milão, Lacan (1972) introduziu mais expressamente a existência de um quinto discurso dado por um ínfimo deslizamento do discurso do mestre. A inversão dos termos $S1$ e $\$$ ao lado esquerdo da estrutura (agente/verdade) contrasta abruptamente com a regra de ordenamento por quarto de giro contida nos demais, ocasionado uma mutação, que faz com que os próprios operadores da linguagem sejam postos a cabo de um sistema, que rejeita o campo simbólico e revoga os limites das barreiras ao gozo. Lacan (1972) nos fornece apenas pistas, aqui e acolá, sobre quais seriam os efeitos dessa mutação, que gira em torno de si mesma, mas isso caminha para o que retratamos ao longo da primeira seção acerca de um mórbido impulsionamento da economia da exploração para formatos subjetivos precarizados, invariavelmente apropriado por um sistema, que anseia por totalização, subsunção e segregação.

Posto isso, no próximo item, examinamos o matema do discurso do capitalista, alinhando-o a debates políticos e sociais, a fim de localizarmos quais operadores estão em jogo em um aparelho, cujas rodinhas frenéticas, têm produzido subjetividades destituídas de

legados simbólicos, precarizando a temporalidade necessária ao sujeito assim como as possibilidades temporais, para que um discurso atinja seu alcance pleno de laço social.

4.4 O curto-circuito capitalista e os dispositivos contemporâneos de exploração

*“Toda cultura vira comércio
É o ponto de degradação
Então, se pra cada ponto, processo
E cada processo uma ação”
(Criolo, Pegue para ela)*

É recorrente acompanharmos os debates, muito demonstrados no primeiro capítulo, sobre como o capitalismo comporia a marca hegemônica da modernidade, essencialmente, se remetidas às insígnias do individualismo libertário do modo de vida produtivo neoliberal. É verdade que tais concepções não tem alcance tão preponderante no ensino de Lacan, mas a presença das referências ao capitalismo em um campo político e social passa a ganhar protagonismo se pensado nos desenvolvimentos presentes na formalização da teoria dos discursos. Fato decisivo, encontramos já no seminário inaugural de 1968-1969 sobre os discursos, em que Lacan retoma o conceito de objeto *a* pensado, aqui, a partir da homologia entre sua vertente mais-gozar e o sintoma moderno nomeado por Marx de mais-valia.

Como nos lembra Ian Parker (2009), por mais que Lacan tenha esboçado sua formalização dos discursos em uma plateia permeada por acadêmicos(as) e ativistas, sendo o uso dos termos semimarxistas quase uma tática sedutora de captura, ele toca em algo mais profundo relacionado a uma crítica, necessária, aos aspectos reacionários presente na própria IPA³⁴. A maneira pela qual Lacan faz isso, se encontra em sua leitura do discurso universitário como tentativa de recrutar adaptativamente a psicanálise para o mercado do saber técnico científico. É algo que soa controverso, pois Lacan chega a afirmar aos acadêmicos rebeldes que suas reivindicações não passariam de mudanças de termos para restituir a mestria, porém, a enunciação que regatamos, aqui, é seu esforço em apontar que tratar as antíteses do capitalismo exige tanto bases estruturais quanto o para além delas. A propósito, devemos considerar essas inclinações de Lacan (1969-1970/1992) em reafirmar que a precondição para a instalação de uma posição, que se pretenda analítica, é a subversão

³⁴ Associação internacional de Psicanálise.

das amarras do saber detido na acoplagem do mestre e do discurso do universitário, ambos impensáveis fora da estrutura moderna capitalista. Os discursos do analista e da histeria surgem, assim postos, como estratégias de enfretamento, que contestam as organizações mercadológicas para a linguagem.

Seja como for, tais referências são os paradigmas pelos quais Lacan esboça sua teoria dos aparelhos do gozo, retratando o que da estrutura econômica de exploração se aproxima da economia libidinal do sujeito no laço social. O emprego dessas referências demonstra a cautela de Lacan quanto ao plano estrutural em face do político e do econômico, é notório que, por vezes, se tratou, para ele, de ir, paulatinamente, considerando a dimensão histórica envolvendo a influência de um sistema de crises para a estruturação libidinal psíquica de políticas do gozo; ou melhor dizendo, de políticas de produção e captura de gozo. Quanto a isso, encontramos certa sensibilidade histórica em Lacan (1969-1970/1992) quando este se depara com implicações relacionadas à estrutura moderna do mestre e do escravo. Se anteriormente o saber é o meio de gozo do escravo, tal mutação leva à ideia de que o gozo passa a ser produzido para ser apropriado e, conseqüentemente, fazer com que o escravo se escravize, visto que, de certo modo, o detém. Começamos pela citação a seguir.

O sinal da verdade está agora em outro lugar. Ele deve ser produzido pelos que substituem o antigo escravo, isto é, pelos que são eles próprios produtos, como se diz, consumíveis tanto quanto os outros. *Sociedade de consumo*, dizem por aí. *Material humano*, como se enunciou um tempo – sob os aplausos de alguns que ali viram ternura (Grifos nosso, p. 30).

Em seguida, Lacan se volta para a questão do saber, acentuando que o S2 se anexa ao campo do Outro composto por inúmeros S2 – inclusive significantes, que aspiram ao que ele mesmo chama de um saber-totalidade –, e os aprofundamentos relativos ao que seria esse substituto do escravo antigo param por aqui, de modo que os aprofundamentos nebulosos dessa prerrogativa nos convoca a trabalhá-las sob outras perspectivas. Com esse ponto de partida, encontramos, nos estudos de Vinicius Darriba e Mauricio d'Escragnolle (2017), um rigoroso acompanhamento da presença de concepções críticas ao capitalismo na teoria dos discursos e o que dessas influências marcam um giro, que permitiu que Lacan retomasse tais inversões a partir de uma retomada histórica e política. Sendo a teoria do laço social um modo de Lacan reportar os ordenadores da modernidade, o capitalismo não estaria alheio a essa organização, compondo, igualmente, sua presença nos desenvolvimentos relativos à teoria dos discursos.

Tal prerrogativa ganha ainda mais pertinência quando os autores remetem à ideia de discurso universitário, e sua tomada pelo saber sem enunciação como dominante, como correlato moderno de certo deslocamento da função do saber meio de gozo para o lugar de uma produção a ser apropriada e explorada pelo mestre capitalista. Segundo eles, a própria forma como Lacan nomeia esse aparelho do saber, como discurso universitário, e não do universitário, preserva a conotação impessoal, a qual caracteriza, política e cientificamente, a modernidade em seu reduto individual e neutro de enunciação histórica, ética e coletiva. O que se faz notar nesse exame é que Lacan (1969-1970/1992) vai esclarecendo essa mutação na passagem de um mestre antigo, na qual haveria uma sustentação da impotência, que tratamos de evidenciar, para um mestre moderno afetado pelo capitalismo, que opera sequestrando o saber de sua função anteriormente amparada no escravo. Do mesmo modo, faz com que o mestre passe a ser um mero “empregadinho que faltava para dar início à música” (Lacan, 1969-1970/1992, p. 164). Vinicius Darriba e Mauricio d’Escragnolle (2017) resumem com clareza os efeitos dessa acoplagem do capitalismo com o discurso universitário. Eles dizem:

Este tudo-saber não deve ser entendido no sentido simplesmente de saber tudo, mas como a redução de tudo à forma do saber, como a redução de toda possibilidade de existência àquelas unicamente determinadas pela ciência. Disto decorre, então, o que chama de “nova tirania do saber”, pois o S2, nesta forma do senhor moderno, “é o que torna impossível que nesse lugar apareça, no curso do movimento histórico – como tínhamos, talvez, esperança o que cabe à verdade” (p. 548).

Se o que está entre o saber e a verdade é o gozo, o capitalismo é astuto ao operar uma junção, que faz com que os meios de produção sejam via imperativa de recuperação de gozo. Junção de quê? Do saber e da verdade, que passam a ser acessíveis e enquadrados diretamente pelos regimes de vida, que participam da manutenção do capital. E isso não se dá de qualquer maneira. O que Lacan (Lacan, 1968-1969/2008) extrai da mais-valia é o paradigma moderno de uma economia libidinal amparada em um sequestro do saber de sua função significante. Sequestro, que passa a fabricar um gozo, que é, antes, um empuxo do que propriamente uma função, que divide o sujeito interpelado por renúncias e laços de impossibilidades. Arriscamos uma percepção de que é em função disso que Darriba e d’Escragnolle (2017) dão ênfase à ideia de que do discurso universitário para o capitalismo basta apenas um passo. O passo da mutação da função do mestre, e não necessariamente do escravo. Tudo se passa como se o mestre capitalista, ocupando o lugar da verdade, evocasse

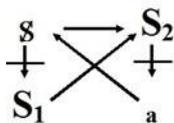
uma economia da totalização, transformando o saber em mero produto de apropriação do capital e destituído da divisão inerente à materialidade do sujeito do significante.

Algo que nos parece inédito nessa análise de Vinicius Darriba e Mauricio d'Escragnolle (2017) é a consideração de que Lacan estabelece um discurso como derivação da relação entre saber e gozo. É uma leitura direcionadora, pois dela extraímos a consequência de distinguir a mais-valia como um índice estrutural – um excedente (gozo) perdido, que anima a circulação discursiva – de algo um pouco mais profundo e que traz à tona a essência do mestre moderno (capitalismo) como marcado pela “exploração do desejo” (p. 551). Isso o torna, segundo os autores, um sistema imune a qualquer natureza singular e social, que denuncie que do desejo somos impedidos de extrair diretamente gozo, pois se trata de posições inventivas mediante à incompletude de uma posição linguageira.

Daí a controvérsia de Lacan, anos mais tarde ao seminário 17, de reaver o capitalismo como um discurso, dado que tal inversão do discurso do mestre nos parece operar dissolvendo o alcance de laço social dos operadores de linguagem. Quanto a esta relação de junção entre o saber e o capital, os autores indicam: “Se o capitalista é o senhor moderno, então a mercadoria é o significante-mestre e, enquanto tal, baliza da própria possibilidade de significação no mundo moderno técnico-capitalista” (pp. 551-552). E o que se segue acerca dessa junção esclarece precisamente: “Em lugar disso, é a associação da mais-valia à função do mais-de-gozar, no caso um mais-de-gozar que passou a ser contabilizado, que participaria, segundo Lacan, da elucidação do que caracteriza o laço social em nossa época” (p. 552).

Por vezes, percebemos esta tentativa oscilante de Lacan em isolar o que da mais-valia seria correlato de um operador estrutural (remanescente perdido) e do que da hegemonia capitalista traria uma estruturação subjetiva, que dissolve o alcance de laço social contido nos operadores da linguagem. É somente no conhecido “Discurso de Milão”, de 1972, seminário, que anteriormente seria dedicado ao discurso analítico, que Lacan introduziu, mais expressamente, a existência de um quinto discurso, resultante de uma ínfima inversão dos termos S1 (significante mestre) e \$ (sujeito dividido) ao lado esquerdo da estrutura (agente/verdade) do discurso do mestre. Ao contrastar subitamente com a regra de quarto de giro, o discurso do capitalista impõe engrenagens fixas e diretas sem que haja pontos de fuga para a circulação dos demais discursos.

Fig. 4. O discurso do capitalista.



Fonte: Lacan (1972, p. 24).

Como tudo no capitalismo, o que Lacan (1972) basicamente apresenta com esse matema é que as conexões diretas, e não mediadas pelas impossibilidades da cultura, fazem com que o sujeito seja capturado em um *curto-circuito* de renovação de gozo sem que haja reconhecimento fora dos setores produtivos e das renúncias inerentes às trocas sociais. Além do mais, a posição descontínua das setas nos poderia levar à ideia de uma temporalidade do inconsciente, que desconhece progressão, ao menos, *a priori*. Mas, essa mutação abrupta é, para nós, justamente a figura de uma revogação do limite e completa ausência de intervalo, mecanismo no qual a aceleração ganha força e desvela sua função de elidir a divisão do sujeito.

Em termos de operadores, Colette Soler (2011) lê que o sujeito, no lugar de autoagenciamento, é destituído da divisão da linguagem, divisão que aparece nos outros discursos, e se organiza pelo regime de objetos e ideais (mais-de-gozar) sobredeterminados por um sistema, que, de maneira suposta, provê meios de acesso a um gozo desmantelado da renúncia pulsional inscrita pelas trocas com o outro/Outro. Tudo se passa como se o sujeito e o objeto suposto à satisfação se equivalessem, levando a uma produção e apropriação ininterrupta, que, ao elidir a falta, confina o desejo à demanda fechada e sem pontos de escape para que o excesso seja intermediado no laço social.

Sendo a operação da linguagem sequestrada pelas reproduções e formas de reconhecimento gerenciadas pelo sistema capitalista, extingue-se, com isso, a relação com o Outro, enquanto inconsistência, e condição na qual o sujeito é chamado a responder como efeito no laço social com a alteridade constituinte (Silva, 2012). Do mesmo modo, o objeto *a*, na função mais-de-gozar, aparece no lugar da produção vinculada a um saber fechado e constituído para rejeição à castração “para fora de todos os campos do simbólico” (Lacan, 1971-1972/2011, p. 88). O que se faz notar, portanto, é que esse saber fechado é o que faz com que o sujeito seja comandado pelos objetos e insígnias capitalistas na vertente do imperativo ilimitado de produção. Para Vinicius Darriba e Mauricio d’Escragnolle (2017),

trata-se de certa ultrapassagem do saber dialetizável para um saber, que se anexa a um gozo contabilizado, constituído para que o sujeito produza sua própria autoconsumação.

Basta nos remetermos às proposições de Jorge Alemán (2016) quando situa que o capitalismo, em sua mutação neoliberal, produz subjetividades empresariais, que se autoexploram ao internalizarem parâmetros inatingíveis de autorrealização, competição e desempenho; quer dizer, um modo de semblante assumido pelo indivíduo, que só se reconhece em modelos neoliberais de vidas produtivas. Notamos, com isso, que o *curto-circuito* do aparelho capitalista faz com que os significantes mestres nessa estrutura não perpassem por uma perda de saber no nível do Outro. Por exemplo, no próprio matema desse aparelho, o significante mestre, sinalizado no lugar da verdade conduzida diretamente ao lugar do Outro, sugere que o saber é restringido ao lugar de gozo, cuja consequência é a produção de objetos e ideias, que, supostamente, satisfaçam esse mesmo saber, sem que haja equívocos e suspensões dos significantes fornecidos por esse aparelho.

É nesse sentido que, para Alemán (2016), essa ausência de operadores de mediação faz com o aparelho neoliberal capitalista institua o mais-de-gozar (objeto *a*) na vertente do ilimitado. Portanto, haveria um imperativo e um excesso, que conduzem a uma subjetividade “engendrado desde seu próprio presente, não reclamado por nenhuma causa ou legado simbólico, é precário, líquido, fluido e volátil como a própria mercadoria” (p. 14, tradução livre). Para ele, o capitalismo na vertente neoliberal promove um fechamento dos sentidos enunciados, sem equivocação, que gera uma ilimitada apropriação da subjetividade como uma “força acéfala, que se expande ilimitadamente até os últimos confins da vida” (p. 15).

Nos debates atuais, conforme situamos amplamente na primeira seção, é comum nos depararmos com estudos sobre como o neoliberalismo tem produzido subjetividades empresariais, que se autoexploram ao internalizarem ideais cada vez mais rígidos de desempenho, autorrealização e individualização. Essa racionalidade econômica da vida, proposta por Dardot e Laval (2016), tem instalado um imperativo produtivo como meio de gozo, que, em si, porta formas de dominação exercidas pelos próprios indivíduos ao integrarem continuamente parâmetros inatingíveis de competição. De forma semelhante, Wendy Brown (2019) propõe que o neoliberalismo tem alastrado o modelo de vida produtiva por meio da moral e da maximização da liberdade individual enquanto operadores, contraditórios, de dominação e exploração capitalista. Tem-se, com isso, um sujeito autoengendrado pelo princípio de liberdade associada a modelos de reconhecimento social cada vez mais solipsistas.

Para Alemán (2016), o discurso do capitalista, apresentado por Lacan em 1972, seria uma antecipação dessa mutação, que faz com que a subjetividade coincida com uma mercadoria. Em função disso, há problemas na concepção desse aparelho como discurso, pois, se os discursos fornecem pontos de impossibilidade e rupturas pelos quais o sujeito advém no laço social, é exatamente esse estado de coisas que o discurso do capitalista deixa de fora. Por girar em torno de si mesmo, sem que haja pontos de fuga para articulação dos demais discursos, o sujeito se anexa prontamente ao mais de gozo, levando a uma captura, que faz com que o sujeito, ao consumir tal fluxo de insígnias totalizantes, também, seja por elas consumido. É daí que Alemán (2016) extrai a ideia de crime perfeito, designando-o como tática neoliberal, que desloca as responsabilidades das contradições sistêmicas para os polos individuais, que, por sua vez, passam a autogerenciar as perdas e as incompletudes das experiências de linguagem segundo a lógica empresarial.

Se os discursos se apoiam em certos semblantes sociais, que trazem significantes para o sujeito em uma estrutura de impossibilidade de representar uma totalidade, o aparelho neoliberalismo agiria em contrapartida a essa organização. Para Alemán (2016), considerando que os discursos são uma heterogeneidade, que insere um limite e uma diferença impossível de se erradicar, o capitalismo se comporia como contradiscurso, pois, além da inexistência de brecha em que se possa constatar sua falseabilidade, também, visa a romper com a circulação de semblantes sociais mediados pela alteridade e pela incompletude do campo do Outro.

Há esse aspecto importante localizado por Alemán (2016) ao mobilizar uma crítica interna a concepções neutras e reacionárias, que, por vezes, algumas correntes psicanalíticas podem fomentar. Isso por que somente apontar as insuficiências dos representantes da cultura não dá conta de tratar o problema relativo aos dispositivos neoliberais, que se apropriam das subjetividades para desposá-las de suas determinações simbólicas e históricas. De acordo com o autor, a dissolução de determinações simbólicas e históricas conduziu a uma relação, até então inédita, entre o excesso e a falta. É em razão dessa relação que o desejo nesse aparelho perde seu estatuto de incompletude indomável – falta que aponta a divisão do sujeito – e passa a ser anexado a um gozo subjugado à ilusão de completude. Como o autor traduz bem, o que marca o mal-estar no século XXI é esta relação com o excesso de um mais de gozar, que lança os indivíduos continuamente em um além de suas próprias possibilidades.

Neste enquadramento em que tudo é contabilizado para a ilusória sensação de que é possível recuperar um gozo, estruturalmente inacessível, vemos surgir expressões de sofrimento contemporâneos como modo de recusa à insustentável máquina de produção ilimitada, como é o caso da depressão, da ansiedade e do mais recente *Burnout*. Como bem sinalizam Calazans e Matozinhos (2021), o que é excluído no cálculo neoliberal é o custo humano despendido para que as vidas prossigam em uma manutenção produtiva máxima sem recursos psíquicos e sociais mínimos. Perde-se, assim, a dimensão subjetiva do sofrimento e se fornece, cada vez mais, vias sem barreiras, para que o neoliberalismo possa se expandir através do sentimento de culpa e fracasso mediante os parâmetros insustentáveis de saúde mental e autorrealização.

Para nós, tais mecanismos ganham atualidade impressionante no cenário das plataformas sociodigitais, que acabam exacerbando tal estrutura de exploração subjetiva. Tudo se passa como se os conteúdos das redes estabelecessem sedutores manuais genéricos de autoajuda e autoaperfeiçoamento para a busca pela felicidade, agora, vivenciada pela devotada busca por validação em um registro em que a relação com o Outro é reduzido aos *likes*, digamos, tal qual uma empresa agencia seus resultados. Quer dizer, por mais que seja forçoso afirmar que haja uma ausência de endereçamento simbólico nas redes, o que nos parece é que não há um retorno desse no mesmo registro, que pudesse interpelar uma posição do sujeito.

O que se observa, em contrapartida, é um *curto-circuito*, que se abole em si mesmo em um mórbido empuxo a um gozo desenfreado e que se consome ao ser exibido. Por exemplo, é notório que os usuários tendem a postar conteúdos de seu cotidiano baseados em recortes de vidas felizes, plenas, *fitness*, produtivas e, se possível, *low carb*. Com isso, o que estamos propondo como gozo que se consome ao ser exibido é um modelo de *checklist* exposta da vida neoliberal e, principalmente, um modo ilimitado de produção para o Outro, sem que esse outro/Outro seja posicionado em um lugar de impossibilidade e incompletude.

Para nós, as redes sociais apresentam, ao mesmo tempo, a questão de identificar que o agudo campo de perpetuação de insígnias neoliberais tenderá a contornos cada vez mais insustentáveis de exploração. Isso não se localiza tão facilmente, visto que a autogestão, diferentemente de épocas mais clássicas do capitalismo, traz em si uma gestão inédita de exploração ilimitada, cuja matriz tem íntima relação com a aceleração social, que, como encontramos já em Marx, é o pivô primário do funcionamento do capital. Lembremos, à guisa de Alemán (2016), que, para além dessa produção de subjetividades empresariais, o

neoliberalismo tem instituído um sujeito autoengendrado na instantaneidade, conduzindo a um ilimitado, que rejeita o reconhecimento de legados históricos e simbólicos no laço social. Dardot e Laval (2016) sugerem algo similar de modo que as subjetividades moldadas para o desempenho estabelecem uma relação flutuante com o tempo, personificando um excesso e uma rapidez anexada ao modo operativo do próprio capital.

Como acompanhamos na análise de Berardi (2019), a transformação realizada pelo neoliberalismo consiste na acoplagem dos processos de produção em processos de comunicação, visto que estes ajustam a velocidade e a falsa ideia de liberdade como maneira de conduzir à internalização de coerções sociais via aceleração. Isso resulta na internalização de um solipsismo e automatismo nas relações sociais, levando a uma precarização dos laços por estes serem produzidos em processos ininterruptos de exploração.

Por exemplo, é o caso da tese marxiana elencada por Marcos Dantas (2022), que demonstrou em que medida a junção da exploração dos dados informacionais e a aceleração social são o mais poderoso estágio de produção e apropriação da mais-valia 2.0 na atualidade. A criação de uma propriedade de valor ilimitado, que é extraída da cultura do compartilhamento e do trabalho social não pago realizado pelos usuários, faz com que esses, além de consumirem conteúdos aceleradamente, igualmente, fabriquem demandas sociais e ideologias de consumo a partir dessa conjuntura.

O mais problemático, como assinala Dantas (2022), é que tal captura subjetiva é somente possível pelo tempo de anulação da troca, em que há ilimitados meios de fomentar valor social imaterial, que dispensa um processo amplo de produção. É o mesmo caso da análise de Raulino (2022), ao indicar que essa organização leva “a canalização da atividade dos usuários em direção a um consumo cada vez mais acelerado” (p. 152).

Como localizamos na primeira seção, o imperativo à aceleração como contorno de apropriação subjetiva deixa cada vez mais escamoteado o custo humano despendido para tal exploração. Conforme Raulino (2022), plataformas, como o *Facebook* e o *Instagram*, foram projetadas para ativar descargas de dopamina no sistema nervoso humano. Como vimos, essas curtas sensações de felicidade, mecanismo que conduz os usuários a depositarem mais tempo nas redes, revelou que as redes fomentariam uma fórmula de vício análoga à dependência ao tabaco, precarizando à saúde pública, mas, especialmente, as patologias psíquicas e as relações intersubjetivas no social.

Até aqui, já se torna possível inserirmos o problema no solo psicanalítico. Podemos encontrar, em Lacan (1972), uma espécie de aforismo, que elucida a ideia de que, para que

as contradições do capitalismo sejam reabsorvidas pelo sistema de valorização, é preciso que sua engrenagem ande rápido demais. Quer dizer, esse contradiscurso vai rápido demais na produção de respostas imediatas para velar o mal-estar e o que dele perturba a máquina de exploração capitalista. Quanto a tal aforismo, citemos Lacan (1972): “o discurso capitalista é algo loucamente astucioso, mas voltado ao esgotamento (...) É que ele é insustentável (...) ele anda sobre rodinhas, e não pode andar melhor, mas justamente anda tão rápido que se consome, se consome tão bem que se consuma” (p. 62).

Ao analisarmos os estudos conduzidos durante a primeira seção, observamos que ambos compreendem que o êxito do capitalismo sociodigital está em uma dissimulação capaz de impossibilitar com que as pessoas se percebam em um processo de trabalho social; isto é, uma máquina de enquadre do tempo criada para que a exploração neoliberal não se torne evidente. A exploração do trabalho social não pago nas redes, a precarização das formas de vida dos(as) trabalhadores(as) uberizados(as), o consumo de conteúdo enviesados pelos algoritmos e a incitação de curtas descargas de dopamina para captura subjetiva, são alguns exemplo, dos inúmeros que temos, de uma gestão que fabrica subjetividades, as quais, ao consumirem insígnias neoliberais, se autoexploram ilimitadamente.

Tal cenário contemporâneo deixa bastante claro o que Lacan, em 1972, sinaliza acerca do que ele nomeou de discurso do capitalista, em que pese a sua tendência ao esgotamento devido à ausência de frenagem. O grande império de exploração psíquica da mais-valia 2.0, para nós, é o paradigma contemporâneo de uma tendência, que faz com que o sujeito seja consumido como uma banal mercadoria decodificada para a manutenção mercadológica. Na forma como lemos, essa redução dos usuários a meros produtos capazes de fabricar ideologias de produção e consumo traduz isso que Alemán (2016) vem assinalando acerca de uma subjetividade sem história, sem biografia e sem legado simbólico.

Embora seja importante localizarmos os dispositivos da aceleração social, e a maneira pela qual estes se anexam aos aspectos concretos do contradiscurso capitalista, tarefa que tentamos empregar aqui, devemos admitir que isso não dá conta de tratar o problema relativo a quais operadores da linguagem estão em jogo com o atual estágio da máquina de exploração. O que fica fora do debate é: se a aceleração social serve para que o capitalismo reabsorva suas próprias crises, o que essa captura do tempo visa a rechaçar?

O que se faz notar com as discussões do item acerca da temporalidade e dos discursos é a importância da tensão temporal de espera do “só depois”, e do intervalo a ele inerente, para que a fulguração das insígnias capitalistas não restrinja a posição do sujeito a conclusões

totalizantes e vazias de enlaçamento ao Outro. Maria Rita Kehl (2009) considera que o tempo da urgência, inerente ao discurso do capitalista, impele ao tempo sem devir, desarticulando o sujeito do inconsciente enquanto dialética *a posteriori* entre duração, hesitação e conclusão de atos, que fazem laços. Nesse sentido, podemos dizer que as subjetividades produzidas pelos diversos dispositivos do capitalismo podem restringir lugares sociais para advento do sujeito, que é, se assim podemos nomear, a circunscrição de uma cadência temporal incompatível com a frenética maquinaria neoliberal.

Os impasses percorridos aqui, longe de nos fornecerem respostas apressadas diante de uma temática ainda tão incipiente no solo psicanalítico, nos convocam a interpelá-los de outro modo e, conseqüentemente, a ampliar direções, que, até o momento, se encontram em aberto. Em sua época, Freud (1930/1997) sempre colocou em voga a recusa social da verdade desvelada pelo mal-estar dos sintomas histéricos pelo fato de estes denunciarem a inadequação do desejo frente aos ideais civilizatórios. Nos textos sobre a cultura, Freud põe à prova suas descobertas clínicas em uma clara atividade crítica, que extrai do mal-estar seu cunho ético de apontar a insustentabilidade dos aparatos sociais adaptativos, que se apoiavam na promessa de felicidade, visando a um tamponamento do que é mais singular em um sujeito. Podemos pensar que a recusa do mal-estar foi se transformando durante o tempo. Hoje, paralelamente aos discursos que impulsionam o consumo cada vez mais desenfreado de psicofármacos para a eliminação do mal-estar de forma rápida e indolor, parece-nos que essa mesma recusa tem ampliado seu terreno nas redes sociais.

Como vimos, a exploração ilimitada da mais-valia 2.0, em um cenário construído para incitar curtas descargas de dopamina (felicidade) no sistema nervoso humano, nos parece evidenciar a emergência de um novo formato de silenciamento do mal-estar, porém com a distinção de ser uma forma de entorpecente não encapsulado e criado para que o custo humano para tal exploração seja elidido. O que devemos considerar é em que medida os impactos dessa aceleração podem afetar os operadores discursivos da linguagem, do tempo do sujeito e da elaboração do mal-estar no laço social de nosso tempo.

Nos campos clínico e social, percebemos que as redes sociais, em seu imperativo de exposição de vidas neoliberais plenas e produtivas, têm gerado efeitos de sofrimento psíquico acompanhados de uma dificuldade de dar narrativas para o mal-estar. A trajetória clínica de escuta de sujeitos, que se queixam recorrentemente do longo tempo depositado nas redes, associada a uma dificuldade de dar endereçamento ao mal-estar, nos convocam a interrogar sobre as novas modalidades de silenciamento das narrativas do sofrimento. É

como se a busca pela felicidade, em um cenário de hipereposição de vidas incompatíveis com as cadências humanas, fosse um entorpecente, que impede que os indivíduos se localizem em um processo de divisão psíquica. Em um cenário em que não há tempo para sofrer, pois esse mesmo tempo está sendo capturado e explorado pelo neoliberalismo, o que resta é uma aceleração internalizada na busca pelo tratamento imediato que os medicamentos psicotrópicos prometem.

Como nos estudos levantados, observamos que, as plataformas sociodigitais exacerbem os dispositivos primários da exploração neoliberal, mas tal organização é consideravelmente recente no arco histórico do capitalismo e, por isso, seus impactos para a dimensão psíquica, linguística e social ainda estão em aberto. Já empreitando direções futuras de aprofundamento, se o advento do sujeito, cuja expressão social é o mal-estar, depende do modo como a perda da linguagem vai ser articulada nas relações de enlaçamento entre (intervalo) o saber, a verdade, o gozo e o Outro, questionamo-nos: a aceleração neoliberal pode levar a uma dissolução das possibilidades de circulação de outros laços sociais? Ainda, se notarmos a aceleração neoliberal no nível do matema do contradiscurso do capitalista, a conexão direta entre os lugares pressupõe que a circulação por progressão institui uma operação sem pausas, conduzindo a uma possível colagem e junção entre saber → gozo → verdade.

Esse curto-circuito nos faz questionar: estaríamos diante de um novo estágio do capitalismo, em que pese uma mutação do estatuto do sujeito, do saber e da verdade, uma vez que, elidindo a escansão e a equivocação significantes, se restringe a possibilidade para que o mal-estar possa ser trabalhado no liame social? Seria esta mutação uma diluição dos próprios operadores discursivos da linguagem? Assim, o aprofundamento de indagações como essas pode oferecer direções psicanalíticas para os problemas, que enfrentaremos pela frente, sendo a psicanálise um campo frutífero para a construção de dispositivos clínicos e políticos, que façam frente aos efeitos psíquicos da frenética máquina capitalista.

Seja como for, até aqui, entendemos que o tempo do discurso do analítico se encontra ligado ao que o contradiscurso do capitalista visa a excluir. Por isso, no item dedicado à conclusão, enfatizamos a temporalidade legada por Freud na escuta do mal-estar de sua época, como uma direção importante de trabalho para os impasses elencados durante esta pesquisa. A seguir, tentamos situar o tempo discurso operado pelo discurso analítico como operador central de reivindicação do singular no contemporâneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Recriar, cada momento belo

Já vivido e mais

Atravessar fronteiras

No amanhecer

E ao entardecer

Olhar com calma, então”

(Milton Nascimento, Anima)

Finalmente, chegamos ao ponto de tentar traçar alguns encaminhamentos para os impasses apresentados neste inquietante percurso sobre o tempo. Afinados com os estudos políticos acerca da degradação social imposta por esse quadro, encontramos, nas noções de temporalidade do sujeito e do laço social, fortes estratégias críticas, alinhadas a outras, face à maquinaria capitalista. Com esta abordagem, tentamos inserir nos debates a maneira pela qual a psicanálise opera o tempo, enquanto prenunciativo necessário, a fim de que os discursos possam estabelecer campos para o advento do sujeito, em laços sociais de linguagem.

Por considerarmos que o discurso do analista esteve presente e atravessa, em várias frentes, as questões percorridas até aqui, autorizando-nos a empreitá-lo, nessa conclusão, em um tom mais adequado a uma direção do que propriamente de esgotamento dos impasses por nós apresentados. Durante todo o seminário 17, é notória a postura assumida por Lacan (1969-1970/1992) ao reafirmar suas pretensões de retorno a Freud em um campo de disputa hostil face aos aspectos reacionários presentes na própria IPA. Isso se observa em lições conhecidas, como as que Lacan (1969-1970/1992) se voltou para o além do pai simbólico do Édipo freudiano, sinalizando o caráter sintomático da tentativa de restituir uma função imaginária, já em declínio na modernidade. É verdade que Lacan reconheceu o operador estrutural, mas sua posição é mais de revigorar algo que já era preponderante na clínica freudiana, em que pese a subversão da impotência da função do pai como mola constitutiva do desejo histórico, como muito evidenciado no clássico caso Dora. Somada a isso, a noção de real, embora sem hierarquização quanto aos demais registros, permite ao psicanalista

francês situar a radicalidade do discurso do analista como o que restou do legado freudiano ao escutar o saber do inconsciente (S1 S2), produzido pelas narrativas de mal-estar expressas naquele tempo.

A condução não poderia ser melhor, visto que a insistência de retornar a Freud, para além do pai simbólico, ao longo desse seminário, não se dá sem razão. Dentre os discursos, Lacan apresenta o matema do discurso do analista por último, indicando que cada transformação discursiva é um precipitado do discurso do analista, não sendo exclusivamente necessária sua instalação. O objeto *a*, no lugar de agenciamento, cumpre a função de convocar o laço social a se movimentar mediante uma interseção do desejo, para nós, intimamente ligado à ordem temporal. Pois, como expomos nos desenvolvimentos sobre os matemas discursivos, se o objeto *a* é a economia essencial à circulação dos discursos, é por estar composto pelas tessituras temporais da claudicação (intervalo), da retroação e do *a posteriori*. Como na música, o desejo é, para nós, uma interseção do tempo, que faz com que as notas que marcam um sujeito possam se transformar em acordes de uma melodia singular. Existe esse aspecto importante do desejo, pouco identificado no ensino de Lacan, como marcado por coordenadas temporais determinantes, para que o sujeito venha a se apropriar de sua posição no laço social. Como *a posteriori*, assim, pudemos compreender o desejo como um estado de espera destituído de imagem, estado pelo qual se faz possível a mobilização discursiva de laços com a incompletude.

Além disso, Júlio Castro (2019) nos lembra como a relação de impossibilidade, estabelecida entre o objeto *a* e o sujeito no discurso analítico, aponta, de um lado, para o limite da cura e, de outro, para os limites de implicar o mais-gozar somente com os recursos existentes no campo do Outro, que, por vezes, pode fornecer saberes totalizantes. Nessa linha, percebemos que a impossibilidade e a impotência são zonas remanejadas nesse discurso de modo que a relação do saber passa a ser advertida pela verdade do laço social, qual seja, do irreduzível do desejo como condição de possibilidade, a fim de que o sujeito emerja, sem dissolver sua própria causa real. Aqui, esse saber produzido pelo discurso do analista é atravessado pelo que tropeça, prenunciando que a verdade do inconsciente só pode ser dita pela metade e, à medida que o gozo é sinônimo de fracasso da complementaridade, faz com que o sujeito se lance a algum nível de sua constituição. À guisa de Lacan (1969-1970/1992), entendemos que a disjunção entre o saber e a verdade é um dos índices, que admite a rotação precipitante entre os discursos, principalmente quando exerce a função de

apontar a insustentabilidade de todo saber produzido para a captura do mais singular do desejo.

É por essa razão que o discurso do analista não se reduz à clínica privada, isto é, este não é predicado da figura de um(uma) analista. Isso por que sua função é intervir em qualquer aparelho, que totaliza o saber com vista a um gozo, estruturalmente inacessível, podendo, com isso, emergir em outros aparatos sociais. Ratificamos que, se cada transformação discursiva é um precipitado do discurso do analista, não sendo sequer necessária sua instalação, esse aparelho, para além de denunciar a falibilidade de um saber que pleiteia o todo, pode, também, se presentificar em outros dispositivos, que fazem frente aos saberes, que desarticulam o ponto de equivocidade a partir da qual o sujeito opera, discursivamente, com sua própria divisão.

Para além do aspecto temporal clínico que ressaltamos, precisamos ser mais claros quanto ao seu alcance nos processos sociais. Entendemos que o tempo da suspensão dos significantes oferecidos pelo capitalismo pode ser encontrado em movimentos de lutas e transformações baseados em legados históricos. Como é o caso das ações sociais afirmativas, que, para nós, metaforizam operações temporais do sujeito como o que equivoca a estrutura, que gera grupos historicamente oprimidos, como os povos originários, mulheres pretas e homens pretos, mulheres brancas e a população LGBTQIAPN+ dentre outras formas de vida segregadas estruturalmente. O que nos sobressalta é que tais movimentos vêm encontrando adversidades profundas nas redes sociodigitais, em que as formas de opressão e ódio dirigidos às diferenças se encontram cada vez mais veladas pela falsa ideia de liberdade alinhadas para fins de monetização.

Para exemplificarmos a gestão que privilegia e cria contextos de degradações sociais, a partir da capacidade inflamatória algorítmica, podemos lembrar discussões da primeira seção relacionadas às recentes negociações de Elon Musk na compra do *Twitter*. Como vimos, para os problemas de moderação de conteúdo nas redes e as políticas de contenção das *fake news*, por exemplo, o neoliberalista fomentou a flexibilização do controle dos conteúdos de ódio às diferenças em nome de uma suposta liberdade de expressão irrestrita e absoluta. Contudo, é estarrecedor que a liberdade de expressão seja igualada ao discurso de ódio, visto que este estimula o silenciamento e a aniquilação dos grupos historicamente oprimidos. Como vimos, também, em se tratando de Brasil, a proliferação de *fake news* foi a base da ascensão das insígnias fascistas projetadas pelo governo bolsonarista. A máquina de desinformações, consagrada pelos algorítmicos, perpetuou sentimentos de hostilidade e

insegurança capazes de atualizar bases totalizadoras do regime ditatorial. Ambos os exemplos deixam suficientemente claro que a ideologia do Vale do Silício tenderá a estabelecer modelos de opressão cada vez mais indiscerníveis. Uma vez que o algoritmo tende a personificar o próprio capital e, ao se retroalimentar dos conteúdos mais virais (rentáveis), na maioria das vezes associados ao ódio e à desinformação, é inexorável que nele se mantenha o sistema de contradições.

Nesses quadros, compreendemos que as plataformas sociodigitais acabam agravando as dissimetrias estruturais e, como entendemos, isso esbarra profundamente na questão do tempo. A perpetuação do ódio dirigido aos dessemelhantes reflete o plano contemporâneo de que há rastros, não elaborados, de uma estrutura brasileira inerentemente segregativa e colonial. A liberdade ilusória, opondo-se à intrusão dos dessemelhantes nesses cenários, nos parece denunciar que não houve na memória coletiva brasileira, ações de reparação de origens coloniais, escravocratas, patriarcais e ditatoriais. É possível conjecturarmos que não houve legados simbólicos temporais capazes de convocar o traumático, impedindo processos de elaboração social e reconstruções (no sentido freudiano) de marcas psíquicas fixadas nas origens. Daí a importância de pensarmos a temporalidade como indispensável para os laços sociais em sua potência de localizar, cada um, à sua maneira, modos de advento do sujeito a partir da falhou ao se apresentar na estrutura.

Como proposto por Burity (1997), acreditamos que a categoria sujeito, em si mesma temporal, também pode ser pensada a partir dos processos políticos que a formam de modo que a heterogeneidade necessária às singularidades, que se pretende coletivas, redundam em uma pluralidade, que rota os laços sociais. Na forma como as vemos, tratar-se-ia de operações sociais do *a posteriori*, em que ações coletivas de reparações históricas, por exemplo, traduzem mobilizações dos laços sociais como esse aparato de trabalho com o mal-estar, para além das insígnias capitalistas destituídas de legados históricos e simbólicos. Assim, o efeito da emergência do sujeito no laço social insere um potente operador temporal para narrativas, que contestam a imagem individual e a totalização presentes nas insígnias neoliberais.

A partir de todo o exposto, buscamos articular o que dá temporalidade em psicanálise poderia nos fornecer um caminho para o problema proposto. Se anteriormente trabalhamos a hipótese de que o tempo é um operador da linguagem, tentamos realçar em que medida a recusa neoliberal do tempo psíquico afeta aparatos, para que uma posição do sujeito possa se enunciar. As subjetividades produzidas pelos diversos dispositivos do capitalismo, que

em nossa época são preponderantemente atravessadas pelas plataformas sociodigitais, limita lugares para o sujeito enquanto circunscrição de uma cadência temporal, incompatível com a frenética maquinaria neoliberal.

Finalmente, diante do atual estágio do capitalismo, vemos, na psicanálise, uma direção a ser dada, clínica e politicamente, à pressa dos dispositivos neoliberais. Ratificamos o argumento de que o sujeito, como cadência evocada pelo discurso analítico, traduz-se, insistentemente, como resíduos históricos, de uma constituição, em constante espera para reconstruir-se no laço com o Outro. A espera, diferente da pressa, é a marca de um registro temporal intimamente ligado ao campo do desejo enquanto legado, nisso que dele convoca o sujeito a reinventar as tessituras de sua própria constituição.

Por fim, tais construções sobre o tempo em psicanálise nos fizeram compreender o discurso do analista como contradispositivo avesso à aceleração social neoliberal. Embora seja imprescindível localizar os dispositivos da aceleração social, empreitada que tentamos realizar nesta pesquisa, admitimos que isso não nos permitiu tratar o problema relativo aos impactos desse novo estágio para os próprios operadores da linguagem. O que fica fora do debate é que, se a aceleração social das plataformas convém para que o capitalismo reabsorva seus próprios colapsos, o que esse sequestro do tempo visa a rechaçar no campo da linguagem? Sempre afetados pelo tempo, abrimos vias para inevitáveis indagações, que, embora não possamos encaminhá-las nesta pesquisa, se situarão em um registro de aprofundamento no “só depois”.

Com o vigor de Antônio Candido retratado na epígrafe que abre este inquietante percurso, acreditamos que a luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo frente à máquina, em que não há horizontes para o “só depois” (futuro). Ficamos, até aqui, com o legado freudiano, pois se o tempo é irrealizável por circunscrever uma posição do inconsciente, apostamos que essa dimensão negada no neoliberalismo é um dos fios condutores para uma subversão e reivindicação do singular no contemporâneo.

6 REFERÊNCIAS

Abílio, L. C. (2021a). Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: *Alessandro D. [et al.];org. Grohmann, R.- 1.ed. Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas* (p. 85-93). São Paulo: Boitempo.

Abílio, L. C. (2021b). Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. In: *Margem à esquerda - revista*. n.36, pp. 55-70. São Paulo: Boitempo.

- Alemán, J. (2016). *Horizontes Neoliberales en la subjetividad*. Grama Ediciones.
- Amor, A.; & Chatelard, D. (2016). Considerações sobre tempo e constituição do sujeito em Freud e Lacan. *Tempo psicanal.* [on-line]. v. 48, n. 1, p. 65-85. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010148382016000100005&lng=pt&nrm=iso> em 20 fev. 2022.
- Antunes, R. (2021). Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho. In: *Alessandro D. [et al.];org. Grohmann, R.- 1.ed. Os laboratórios do trabalho digital:entrevistas* (p. 33-39). São Paulo: Boitempo.
- Berardi, F. (2019). *Depois do futuro* (Regina Silva, Trad.). São Paulo: Ubu Editora.
- Berta, S. (2012). *Um estudo psicanalítico sobre o trauma de Freud a Lacan*. 2012. 274 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Boonen, Carolina, & Calazans, Roberto. (2017). A noção de sujeito do inconsciente como situação imanejada. *Tempo psicanalítico*, 49(1), pp. 98-122. Recuperado em 03 de fevereiro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382017000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo. Editora Politéia.
- Burity, J. (1997). Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos. Recife: *INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais-Fundacao Joaquim Nabuco*. Recuperado em 15 de janeiro de 2023 em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121203021343/joan2.pdf>
- Calazans, R. (2006). Psicanálise e ciência. *Ágora* (Rio de Janeiro), v. 9 (2), pp. 273-283. Recuperado em 10 de setembro de 2022, de <<https://www.scielo.br/j/agora/a/GhM6GmKBrrtzBNzMhtjJTHQ/?format=pdf&lang=pt>>
- Calazans, R., & Matozinho, C. (2021). *Pandemia e Neoliberalismo: A melancolia contra o novo normal*. Mórula.
- Castro, J. E. (2019) *Os operadores éticos da psicanálise: o desejo, o ato, o discurso e o saber da psicanálise*. -1 ed. Curitiba: CRV.
- Casilli, A. (2021). O trabalho digital além da uberização. In: *Alessandro D. [et al.];org. Grohmann, R.- 1.ed. Os laboratórios do trabalho digital:entrevistas* (p. 27-33). São Paulo: Boitempo.
- Cavalcante, R. M. (2014). O estádio do espelho na obra de Jacques Lacan: entre os anos de 1936 e 1949. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Maceió, Universidade Federal de Alagoas.

- Crary, J. 24/7 (2014) *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify.
- Dantas, M. (2022). Informação, trabalho e capital. In: *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*/ Marcos Dantas...[et al.].-1 ed. (p.17-95)- São Paulo:Boitempo, 2022.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Darriba, V.; & d'Escragnolle, M. (2017). A presença do capitalismo na teoria dos discursos de Lacan. *Ágora*, v. XX n. 2, pp. 543-558, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/agora/a/xQjJYj4bC6LyN8KyDhx4zvn/?format=pdf&lang=pt> em 13 Fev 2023.
- Darriba, V. A. (2010). A paixão pela verdade em Moisés e o monoteísmo de Freud. *Fractal: Revista De Psicologia*, 22(2), 297-308. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4798> em 10 Fev 2023
- Elia, L. (2000). Psicanálise: clínica e pesquisa. In: *Alberti, S., Elia, L. Clínica e pesquisa em psicanálise* (p. 19-35).. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Elia, L. (2010). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Empoli, G. (2019). *Os Engenheiros do caos*. 1. Ed. São Paulo: Vestígio.
- Figueiredo, L. C. (1999). Considerações metodológicas preliminares. In: *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1971/1994). *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1990). Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações pré-Psicanalíticas e esboços inéditos. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, p. 212-297. (Original publicado 1950[1895]).
- Freud, S. (1970). A interpretação dos sonhos. In: *A interpretação dos sonhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imago, pp.1-229 (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (1998). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, pp. 3-76. (obra original publicada em 1905).
- Freud, S (2017).A dinâmica da transferência. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica Col. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 295-337. (Obra original publicada 1912).
- Freud,S. (1992). O inconsciente. In: *A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos. Edição standard brasileira das obras psicológicas*

completas de Sigmund Freud Vol 14. Rio de Janeiro: Imago. pp. 95- 129. (Original publicado 1915).

Freud, S. (2019) As pulsões e seus destinos. In: *As pulsões e seus destinos. Obras incompletas de Sigmund Freud*, Tradução: Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autentica, 2019. p. 13-69. (Obra original publicada 1915).

Freud, S. (1996). Totem e Tabu. In: *Totem e Tabu e Outros Trabalhos. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125. (Obra original publicada em 1913).

Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In: *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* vol 18. Rio de Janeiro: Imago, pp. 2- 42. (Original publicado 1920).

Freud, S. (1996). Um estudo autobiográfico (1925[1924]). In: *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* Vol. 20. Rio de Janeiro: Imago, pp. 3-48. (Original publicado (1925[1924])).

Freud, S. (1997). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 38-91). Rio de Janeiro: Imago.. (Obra original publicada em 1930)

Freud, S. (1990). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In: *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, p. 3-124. (Original publicado 1933[1932]).

Freud, S. (1996). A questão de uma Weltanschauung. In : *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos S. Freud. Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago pp.105-122. (Obra original publicado em 1933[1932]).

Freud, S (2017). Análise finita e infinita. In: *Fundamentos da clínica psicanalítica Col. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 295-337. (Obra original publicada 1937).

Freud, S.; Breuer (1999); J. *Estudos sobre a Histeria*. In: Sigmund. Freud Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Vol 2. Rio de Janeiro: Imago, pp. 1-350 (Original publicado 1893[1985]).

Grespan, J. (2021) *Marx: uma introdução* / Jorge Grespan. - 1. ed. [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo.

Grohmann, R. (2021). Os laboratórios do trabalho digital:entrevistas/Alessandro Delfanti...[et al.];organização Rafael Grohmann.- 1.ed. São Paulo: Boitempo.

Han, B. C. (2016). *O aroma do tempo*. Lisboa: Relógio d'água.

Hegel, W.; F. (2007). *Fenomenologia do Espírito*. (trad. De Paulo Menezes, com a colaboração de Karl-Heinz Efen e José Nogueira Machado, SJ), Petrópolis: Editora Vozes. (Obra original publicada 1807).

Iribarry, I, N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, v.6 (1), p.115-138. Recuperado em 24 fev. 2022 de <<https://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf>>

Jurno, A. (2021). Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. In: *Margem à esquerda - revista*. n.36, pp. 47-55. São Paulo: Boitempo.

Kojève, A. (2014). *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto. (Obra original publicado 1933-1939).

Lacan, J. (1997). A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: *J. Lacan, Escritos*. (Tradução Vera Ribeiro), pp.585-652. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998 (Obra original publicada em 1958).

Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *J. Lacan, Escritos* (Tradução Vera Ribeiro) pp 807-842. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Obra original publicado em 1960).

Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. In *Escritos* (V. Ribeiro, trad., pp. 869-892). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Obra original publicado em 1965)

Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado 1957-1958).

Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964).

Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros escritos* (Vera Ribeiro, Trad.), pp. 249-264. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada 1967).

Lacan, J. (2008). *O seminário – Livro 16: De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1968-1969).

Lacan, J. (1992). *O seminário – Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1969-1970).

Lacan, J. (2003). Radiofonia . In: *Outros Escritos* (Vera Ribeiro, Trad.), pp. 400-448. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1970)

Lacan, J. (1972). *Do Discurso Psicanalítico* (Conferência de Lacan em Milão em 12 de maio de 1972)
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767159/mod_resource/content/1/DO%20DISCURSO%20PSICANAL%C3%8DTICO%20-%20Lacan.pdf

Lacan, J. (2011). *Estou falando com as paredes – Conversas na capela de Saint-Ainne*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicado em 1971-1972).

Lameira, V. M.; Costa, M. C. & Rodrigues, S. M. (2017). Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. *Rev. Subj. [online]*, v. 17 (1), p. 68-78. Recuperado em 18 Abril de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000100007&lng=pt&nrm=iso>

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o Cão: a Atualidade das Depressões*. São Paulo: Boitempo.

Miller, J; A. (200). *A erótica do tempo*. Rio de Janeiro: Latusa, Escola Brasileira de Psicanálise.

Milner, J.-C. (1996). *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Morozov, E. (2018). *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu.

O’Neil, C. (2020). *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia - 1ªed* (tradução po Rafael Abraham). São Paulo: Editora Rua do Sabão.

Parker, I. (2009) Psicanálise lacaniana e marxismo revolucionário. *A peste*, v. 1, n. 1, pp. 79-100, jan./jun., São Paulo. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/apeste/article/download/2701/1744> em 14 Fev. 2023.

Porge, É. (2009). *O sujeito sem subjetividade*. In: *Revista Literal*, Campinas, n.12. Tradução de Viviane Veras. pp.145-156, 2009.

Raulino, G. (2022). Capital e trabalho nas plataformas sociodigitais. In: *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet/ Marcos Dantas...[et al.]*.-1 ed. (p.147-2012). São Paulo:Boitempo, 2022.

Rinaldi, D. (2002). Introdução. *Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan*. Doris Rinaldi; Marcos Antonio Coutinho (Org.). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

Renaut, A. (2004). *O indivíduo – Reflexão acerca da filosofia do sujeito*. [trad. Elena Gaidano] – 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL.

Rodríguez, P. (2018). Gubernamentalidad algorítmica — sobre las formas desubjetivación en la sociedad de los metadatos. *Revista Barda*, n. 6, p.26.

Safatle, V. (2006). *A paixão do negativo [livro eletrônico] : Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora UNESP.

Safatle, V. (2012) *Grande Hotel Abismo - por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Martins Fontes.

Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: CosacNaify.

Silva, M. M. (2012). *Psicanálise, estrutura e laço social: por uma clínica do sujeito*. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, Rio de Janeiro.

Silva, M. M. (2017). O sujeito da psicanálise e o cogito cartesiano: uma questão estrutural. *Psicanálise & Barroco Em Revista*, 15(1), pp. 63–86. Recuperado de <https://doi.org/10.9789/1679-9887.2017.v15i1.63-86> em 2 de Fev. 2023.

Silva, M. M. (2019). A assertiva freudiana de que a psicanálise partilha uma Weltanschauung científica e a sustentação do desamparo como direção ética. *Stylus* (Rio J.) [online] , n.39, pp. 105-119. Recuperado em 22 de Junho de 2022, de < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-157X2019000200007>

Silveira, S. (2021). O mercado de dados e o intelecto geral. In: *Margem à esquerda - revista*. n.36, pp. 32-40. São Paulo: Boitempo.

Simanke, R. (2002). *Metapsicologia Lacaniana – Os anos de formação*. São Paulo: Discurso Editorial.

Soler, C. (2011). O Discurso Capitalista. *Revista De Psicanálise Stylus*, (22), pp. 55-67. Recuperado em 12 de dez de 2022 em <http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/816>.

Vilalta, L., P. (2020). O neoliberalismo é uma governamentalidade algorítmica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*. n.9, pp.7-20. Recuperado em 28 de Março de 2022, de <https://revistalacuna.com/2020/07/12/n-9-07/>